



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
NÚCLEO DE LIMOEIRO DO AJURÚ**

GERSON CAMPELO MIRANDA

**SABERES E PRÁTICAS CULTURAIS QUILOMBOLAS: UMA ANÁLISE DO
PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA ESCOLA EMILIANO CABRAL DE
SANTA CRUZ NO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA - PARÁ**

**LIMOEIRO DO AJURU - PA
2017**

GERSON CAMPELO MIRANDA

**SABERES E PRÁTICAS CULTURAIS QUILOMBOLAS: UMA ANÁLISE NO
PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA ESCOLA EMILIANO CABRAL DE
SANTA CRUZ NO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA – PARÁ.**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Faculdade de Educação do
Campus Universitário do Tocantins/UFPA-
Cametá, como um dos requisitos para
conclusão do curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia.**

**Orientadora: Prof^a. Dr^a. Benedita Celeste de
Moraes Pinto.**

**LIMOEIRO DO AJURU - PA
2017**

GERSON CAMPELO MIRANDA

**SABERES E PRÁTICAS CULTURAIS QUILOMBOLAS: UMA ANÁLISE NO
PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA ESCOLA EMILIANO CABRAL DE
SANTA CRUZ NO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA – PARÁ.**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª Benedita Celeste de Moraes Pinto
Orientadora

Prof^ª. MSc. Bárbara de Nazaré Pantoja Ribeiro
Avaliadora

Prof^ª. Msc. Maria Gorete Cruz Procópio
Avaliadora

Conceito atribuído: _____

Limoeiro do Ajurú, ----- de ----- de-----

Dedico este trabalho à minha mãe, Maria Rodrigues Figueiredo Ramos. À meu pai Jacinto Ramos de Miranda. Que com muito esforço me proporcionaram uma educação voltada a valorização da vida, e sempre me mostraram que a dignidade do homem se constitui através do trabalho digno e honestidade com os outros. Meus irmãos: Ana Lucia Campelo Miranda, Belizia Campelo Cardoso, Clodomira Campelo Miranda, Edna Campelo Miranda e Francisco Campelo Miranda, que no enlace de amizade e amor fraterno nos apoiamos em frente as dificuldades e na luta de realização dos nossos sonhos, sentimento esse que nos eterniza enquanto irmãos e amigos. A todos minha eterna gratidão por todo apoio dado a minha pessoa e por acreditarem no meu potencial onde busco sempre inspiração para continuar lutando por oportunidades melhores de vida.

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos citando um refrão da música na caminhada, do projeto: “um pé depois do outro nessa caminhada, coisas boas e ruins eu vejo nessa estrada, e nada vai me fazer parar”. Então, o caminho que percorri até aqui não foi fácil, fiz um árduo e doloroso percurso em busca de um objetivo maior em minha vida. Foram dias, horas, meses de dedicação para chegar à concretização desse sonho. No decorrer da pesquisa encontrei alguns obstáculos, como falta de transporte para chegar até o lócus da pesquisa, falta de material de leitura que pudesse me dar suporte teórico, entretanto, consegui forças e inspiração para continuar graças, primeiramente, a Deus que me concedeu vida, saúde e força para continuar e, dentre outras pessoas que foram decisivas para que pudesse concretizar esse trabalho.

À minha família, nas pessoas de minha mãe, Maria Rodrigues, e do meu Pai, Jacinto Ramos, que nunca mediram esforços para que eu continuasse com meus estudos. A eles também devo a minha vida, pois me trouxeram para esse mundo, serei eternamente grato. Aos meus irmãos que sempre me apoiaram a seguir em frente, mesmo nos momentos difíceis do curso, foram, sem sombra de dúvida, muito importantes nesse processo da minha caminhada. Me davam não só apoio moral, mas, principalmente, financeiro, tudo isso serviu para nos unir ainda mais como família.

Aos amigos que conquistei em Limoeiro do Ajuru, pessoas que se tornaram especiais em minha vida, pois me acolheram e me ajudaram nas horas de dificuldades. Alguns me ajudavam a descontrair da tensão dos estudos, e outros me ajudavam de todas as formas, por isso, todos são importante nessa história. Destes, gostaria de destacar aqui os nomes de duas dessas pessoas, que me acolheram como membro da família: o Albert (conhecido como Malaba) e a Gleica, que muito fizeram por mim, me acolhendo em suas casas dando atenção e cuidados. Levarei vocês sempre comigo, no meu coração; meu muito obrigado!

Aos meus amigos de turma do Curso de Pedagogia, companheiros de estudos e caçadores de conhecimentos, que em meio a tantos conflitos conseguimos apoiar uns aos outros. Agradeço os componentes do meu grupo de estudo e trabalho, com os quais compartilhei muitos momentos de angústia e alegria.

Aos meus amigos da igreja Católica, em especial aos jovens da pastoral da juventude. Pessoas maravilhosas que estão sempre presentes em minha vida, me ajudando e inspirando a trilhar novos caminhos na vida. Pessoas que sempre me apoiam na caminhada e procuram ajudar de alguma forma para que eu tenha êxito nos meus projetos e sonhos, em especial ao meu primo Joelson, que nunca mediu esforço para me ajudar onde quer que seja. Lembro-me

que foram muitas as vezes que atolamos na estrada nas viagens entre Limoeiro e Mocajuba. Ao Leandro, um grande amigo, uma espécie de meio irmão para mim, pessoa que está sempre disponível para me ajudar; é um parceiro para todas as horas.

A minha namorada Eucione, que sempre se fez presente desde o começo do curso, com ela dividi tudo, minhas alegrias, minhas angustias durante todo esse tempo; ela foi meu porto seguro, pois era ela quem me dava inspiração quando já não tinha mais. Às vezes me dava alguns puxões de orelha, para que eu concluísse logo esse trabalho, sua ajuda foi muito importante para mim neste processo de conclusão de curso.

Agradeço também ao meu primo Guilherme, que sempre se dispôs a ajudar-me nesse processo de construção, sendo com seus conselhos ou materiais cedidos para estudos, ou ainda com a força moral e confiança, que sempre deposita na minha pessoa. Meus agradecimentos vão da mesma forma ao João Paulo, que muito me ajudou com materiais de leituras e incentivo para finalizar esse trabalho, que com muito esforço está sendo possível.

Agradeço aos habitantes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Santo Antônio, onde centrei a pesquisa que deu origem ao presente estudo, especialmente, às pessoas que me acolheram e dedicaram um pouco do seu precioso tempo para responder minhas indagações, apesar de minha origem ser da mesma, mas fazia que eu havia me ausentado, retornando com visitas esporádicas para realizar pesquisa, buscando respostas também para minha vida pessoal, para a minha origem.

A minha orientadora, prof^a. Benedita Celeste Pinto, agradeço por se dispor a me ajudar nessa empreitada e pela paciência para ler o meu texto, foi ela quem me indicou o caminho a seguir durante a pesquisa e no processo de escrita de conclusão deste estudo.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para o processo de construção e realização deste trabalho, cujo as ajudas me fizeram chegar até aqui. Ressalto, que não foi fácil caminhar até aqui, mas cheguei. Obrigado a todos, adultos, jovens e crianças, que estiveram envolvidos na construção desse trabalho.

A todos, meu muito obrigado!!!

A educação é uma produção de si por si mesmo, mas essa autoprodução só é possível pela mediação do outro e com sua ajuda. A educação é produção de si por si mesmo; é o processo através do qual a criança que nasce inacabada se constrói enquanto ser humano, social e singular. Ninguém poderá educar – me se eu não consentir, de alguma maneira, se eu não colaborar; uma educação é impossível, se o sujeito a ser educado não investe pessoalmente no processo que o educa.

Bernard charlot.

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar saberes e práticas culturais quilombola existentes na Comunidade Santo Antônio do Vizeu, Município de Mocajuba/PA, na perspectiva de verificar se estão sendo contemplados no processo ensino aprendizagem da EMEF Emiliano Cabral de Santa Cruz desta localidade e se influenciam no cotidiano dos alunos desta escola. Neste sentido, tenta-se compreender como se dá a relação de saberes e práticas culturais na construção da identidade de tais alunos. Metodologicamente, buscou-se apoio teórico em obras de autores que se ocupam das temáticas chaves dos objetivos propostos, entre os quais destacam-se: Costa (2012), Oriá (2005), Pinto (2001), Ribeiro (2004), Silva (1995), Candau (2008), Hall (2006), LEI 11. 645/08. Trata-se aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações do processo e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2000). de uma pesquisa qualitativa segundo Minayo, trabalha com o universo de significados, motivos, A pesquisa foi realizada através de questionário semiestruturados com perguntas abertas orais, diálogos, observação, realização de entrevistas e conversas informais com alunos, professores, coordenadores da escola foco de estudo e cerca de 12 moradores da localidade de Santo Antônio do Vizeu. Além de registros fotográficos localizados nos acervos familiares e feitos no decorrer da pesquisa. Dados da pesquisa apontaram que a escola trabalha a temática da cultura, entretanto ainda é necessário valorizar a cultura local como meio de transformação social, compreendendo que muitas vezes há uma negação dessa identidade por conta de alguns fatores externos e internos.

Palavras-chave: Saberes; Práticas; Ensino aprendizagem; Santo Antônio do Vizeu.

ABSTRACT

The present study aims to analyze knowledge and cultural practices at kilombs that exists in “Santo Antônio do Vizeu” community, in municipality of Mocajuba / PA, in order to verify if they are being contemplated in the teaching-learning process of EMEF Emiliano Cabral de Santa Cruz of this locality and if it are influenced in daily life of the students of this school. In this sense, we try to understand how the relation of knowledge and cultural practices in the construction of the identity of such students. Methodologically, theoretical support was sought in works by authors who deal with the key themes of the proposed objectives, such as: Costa, (2012), Oriá (2005), Pinto (2001), Ribeiro (2004), Silva 1995), Candau (2008), Hall (2006), Law 11. 645/08. It’s a qualitative research, according to Minayo which works with a universe of meaning, purposes, aspirations, beliefs, values and actions, which corresponds a deeper space from relations of the process and of the phenomenos, that can not reduce a operationalization of varieties (MINAYO). This research was done through a semi-structured questionnaire, open oral questions, observation, interviews and informal conversations with students, teachers, coordinators of the focus school and some residents of the town of Santo Antônio do Vizeu. In addition to this, photographic records was done about located in the family collections and made during the course of the research. Research data pointed out that the school works on the theme of culture, however it is still necessary to value local culture as a means of social transformation, understanding that there is often a denial of this identity due to some external and internal factors.

Key Words: Knowledge; Practices; Teaching Learning; Santo Antônio do Vizeu.

LISTA DE IMAGENS

- IMAGEM 1:** Mapa de localização do Município de Mocajuba no Estado do Pará
- IMAGEM 2:** Tabela de Plantas medicinais evidenciadas
- IMAGEM 3:** Título de doação de terra para a Paróquia
- IMAGEM 4:** Capela e barracão comunitário de Santo Antônio de Vizeu
- IMAGEM 5:** Rabetas, um dos meios de transporte na comunidade
- IMAGEM 6:** Mapa de localização do território quilombola do segundo distrito de Mocajuba
- IMAGEM 7:** Família coletando arroz na roça de forma tradicional
- IMAGEM 8:** Agricultores carregando arroz em sacolas de palinha
- IMAGEM 9:** Ribeirinho quilombola transportando cacau no casco (canoa)
- IMAGEM 10:** Família reunida tirando a semente do cacau
- IMAGEM 11:** Casal tirando a semente vinho do cacau
- IMAGEM 12:** Suco do cacau (vinho) na panela no fogo para ferver
- IMAGEM 13:** Fogão a lenha utilizado na comunidade
- IMAGEM 14:** Geleia 1(doce) do vinho do cacau preparado com ovo
- IMAGEM 15:** Geleia 2(doce) de cacau preparada sem utilizar ovo
- IMAGEM 16:** Geleia de cacau sendo vendido na feira de Mocajuba
- IMAGEM 17:** Casa de forno ou casa de farinha da comunidade quilombola
- IMAGEM 18:** Maseira de amassar mandioca feita de madeira cavada
- IMAGEM 19:** Ralo feito de lata de óleo, usado para ralar mandioca
- IMAGEM 20:** Sarilho, instrumento de madeira que serve para prensar a massa da mandioca no tipiti
- IMAGEM 21:** Peneira feita de tala de arumã própria para coar massa de farinha
- IMAGEM 22:** Peneira de tela, usada para coar massa de mandioca
- IMAGEM 23:** Rodo de madeira específico para mexer farinha
- IMAGEM 24:** Forno de torrar a farinha de mandioca
- IMAGEM 25:** Forma de argila para confeccionar mascaras de papel
- IMAGEM 26:** confecção de máscaras de papel para o carnaval
- IMAGEM 27:** Pinturas das máscaras para o carnaval das águas
- IMAGEM 28:** Bloco bola preta depois de uma apresentação
- IMAGEM 29:** Bloco bola preta em fila para se apresentar
- IMAGEM 30:** Foliões do linguarudos se apresentando com as sátiras (comedia)
- IMAGEM 31:** Artesão tecendo paneiro de perna ou de costa como é conhecido na região
- IMAGEM 32:** Paneiro de costa ou de perna
- IMAGEM 33:** Paneiros, peneiras e tipiti, a venda no mercado Municipal de Mocajuba
- IMAGEM 34:** Criança remando na comunidade ribeirinho quilombola
- IMAGEM 35:** Escola Emiliano Cabral de Santa Cruz
- IMAGEM 36:** Sala de aula do professor Adilson Queiroz

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I PELOS FIOS DA MEMÓRIA: SANTO ANTÔNIO DO VISEU SEU POVO, SUAS LUTAS E SUAS CONQUISTAS NAS DÉCADAS DE 30 A 90.....	18
1.1.COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO DO VISEU, RESISTÊNCIAS E CONQUISTAS DO SEU POVO A PARTIR DA DÉCADE DE 30 ATÉ MEADOS DOS ANOS 90.	18
1.2.UM BREVE HISTÓRICO DO NEGRO NO PARÁ, E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DENOMINADA“QUILOMBO”.....	19
1.3.MEMÓRIAS A RESPEITO DA HISTÓRIA E ORIGEM DA POVOAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DE VIZEU.....	27
1.4.OS SABERES E OFÍCIOS COMO MEIO DE SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DO VISEU NAS DE DECADAS DE 1930 ATÉ MEADOS DE 1990.....	32
1.5.MORADIAS E RELAÇÕES COTIDIANAS DOS VIZEUENSES.....	36
1.6.DO BANGUÊ AO CARNAVAL DAS ÁGUAS: CULTURA E IDENTIDADE SOCIAL DOS MORADORES DE SANTO ANTÔNIO DO VISEU.....	39
1.7.OS SABERES DA MEDICINA NATURAL E O CONHECIMENTO EMPÍRICO NA COMUNIDADE.....	41
1.8. OS SABERES DA ARTE DE CAÇAR E PESCAR, A PRÁTICA TRADICIONAL COMO MEIO DE SOBREVIVÊNCIA.....	54
1.9. A RELIGIOSIDADE COMO EXPRESSÃO TRANSCENDENTE DO COTIDIANO RIBEIRINHO DE SANTO ANTÔNIO DE VIZEU-----	55.
1.10. A ECONOMIA DA ÉPOCA DE 1930 A 1990 NA COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE VIZEU.....	59
CAPITULO II	62
2.1. COMUNIDADE RIBEIRINHA QUILOMBOLA: DISCUSSÕES E DESAFIOS SOBRE SUA IDENTIDADE E SUA HISTÓRIA.....	62

2.2.-ENTRE ILHAS, VARZEAS E TERRA FIRME: A COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE VIZEU ATUAL	68
2.3.O DIREITO A TERRAS QUILOMBOLA DE SANTO ANTÔNIO DE VIZEU.....	76
2.4. OS SABERES DO TRABALHO NA COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO	85
2.5- OS SABERES DO PLANTIO E MANEJO DO ARROZ	87
2.6- OS SABERES DA PRODUÇÃO DO CACAU.....	90
2.6.1-OS SABERES DA PRODUÇÃO DO DOCE (GELEIA) DO CACAU	93
2.7- OS SABERES DA PRODUÇÃO DA MANDIOCA.....	96
2.8- OS SABERES DO ARTESANATO: FABRICAÇÃO DAS MASCARAS PARA O CARNAVAL DAS ÁGUAS.....	104
2.9- CARNAVAL DAS ÁGUAS: REALIDADE E FANTASIA SE ENTRELAÇAM NA VIVENCIA E PRÁTICA COMO EXPRESSÃO CULTURAL.....	109
2.10- FIOS QUE ENTRELAÇAM OS SABERES DO PANEIRO	114
CAPITULO III	119
3.1. ESCOLA EMILIANO CABRAL DE SANTA CRUZ E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	119
3.2. PERFIL DA ESCOLA QUILOMBOLA EMILIANO CABRAL DE SANTA CRUZ	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	134

INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva analisar saberes e práticas culturais quilombolas existentes na comunidade de Santo Antônio do Vizeu, Município de Mocajuba/PA, na perspectiva de verificar se essas práticas estão sendo contempladas no processo ensino aprendizagem da EMEF Emiliano Cabral de Santa Cruz. Deseja-se observar se a cultura desenvolvida na localidade influencia no cotidiano dos alunos desta escola. Analisa, portanto, a educação dentro de um contexto ribeirinho amazônico e, quais influências, tradições, identidades, e os saberes manifestados na localidade de Santo Antônio do Vizeu, que corroboram para que escola e a localidade se inter cruzem, uma vez que segundo Freire (1996) o ensino-aprendizagem perpassa por leituras de mundo.

A escolha da temática se deve ao fato de pertencer à Pastoral da Juventude, e no decorrer da minha formação tenho estudado sobre a questão da juventude ribeirinha e quilombola, uma vez que minha origem familiar se estabeleceu nesta comunidade. Também se observa a falta de registros históricos e educacional do local, o que me instigou a desenvolver um trabalho de pesquisa que há anos vinha me motivando a realizar. Deste modo, este trabalho de conclusão de curso é fruto do meu debruçar em trabalho de pesquisa neste povoado, vislumbrando os saberes culturais existentes na localidade em questão.

A localidade de Santo Antônio de Vizeu faz parte do município de Mocajuba, situado na região nordeste do Estado do Pará, com mais de cem anos é um local de economia agrícola de subsistência da pesca, comércio e funcionalismo público. Em Santo Antônio do Vizeu, a vida ribeirinha está presente nos elementos do artesanato para fins de pesca, coleta do cacau os quais caracterizam a vida do homem amazônico. No entanto, após a chegada da energia elétrica, algumas mudanças no comportamento são perceptíveis.

O ambiente educacional não é diferente, neste sentido, observa-se que devido a necessidade de se refletir sobre o saber local, busca-se responder algumas hipóteses: Como a história local está presente na formação docente dos educadores da Escola Emiliano Cabral de Santa Cruz, bem como, em sua prática pedagógica? Uma vez que os valores, inconsciente do coletivo, os saberes das populações tradicionais, suas manifestações culturais e artefatos, são de suma importância para o desenvolvimento de uma educação plural, contextualizada e alicerçada nos princípios de valorização dos homens e das mulheres (estudantes) como sujeitos da sua própria história.

Neste bojo, os saberes afro-brasileiros e indígenas estão presentes de modo que o intercâmbio ou hibridismo cultural é algo constituído na realidade amazônica como bem ressalta Funes (1999):

Estudo de comunidades negras remanescentes de quilombo, através das lembranças dos netos e bisnetos de quilombolas, possibilita uma incursão em suas raízes históricas, tornando mais vivo um passado que sempre esteve presente em suas memórias, revelando que as sociedades formadas por negros fugidos da escravidão não tem que, necessariamente, desaparecer com a extinção de seus respectivos mocambos. Há toda uma historicidade a ser conhecida. Nesse sentido é que se torna interessante buscar entre os mais velhos a memória, elemento capaz de ancorar o presente ao passado. À memória se juntam, por fazer parte dela, os cantos, as lendas, “os causos”, a linguagem, as variadas formas de expressão, a arte de curar e outras manifestações culturais, significativas para a construção do conhecimento (FUNES, 1999, p. 12).

Os saberes e práticas culturais quilombolas apresentam riquezas de conhecimentos adquiridos e vivenciados no dia a dia desses sujeitos, herdados por seus antepassados que, de maneira criativa, se manifestam com características peculiares nas pessoas que vivem nas áreas remanescente de quilombos. Essas experiências do cotidiano, trazem marcas indeníveis na sua cultura como: vestimentas, linguagens, crenças, danças, artesanatos, que constituem todo o processo histórico de um povo rico em conhecimentos (CARDOSO, 2012).

Estes sujeitos procuram expressar de forma clara na sociedade sua identidade e suas raízes e lutam pelo reconhecimento dos seus direitos, conquistados através de muitas lutas pelos remanescentes quilombolas. Muitos são os conhecimentos adquiridos e transformados em saberes que contribuem para a formação pessoal dos indivíduos, que diariamente interagem nessa especificidade de vida e saber, presente na memória dos moradores mais antigos da comunidade Santo Antônio do Vizeu.

A vida desse povo é fortemente movida pelo trabalho na lavoura, na caça, na pesca, na colheita de frutos (cacau, açaí, além de outros), que servem para seu sustento e de suas famílias. Mesmo com todas essas atividades, isso não é o mais importante, pois existem outros valores importantes que cultivam entre si, tais como: viver e conviver bem na família e na comunidade, que se tornam relação de saberes, essencial para a formação pessoal (identidade) dos indivíduos. Para Cardoso;

O saber se entrelaça e faz parte de um grande emaranhado com o afetivo, o social, o cultural, o histórico e o político, possibilitando uma identidade própria preservada pela perpetuação de seus costumes e de suas tradições, ao longo dos séculos, pelos mais velhos aos mais novos. Os saberes estão relacionados também com a concepção de vida, sociedade e relações humanas. Nessas relações está a educação que não se faz apenas nos espaços escolares, mas acontece nos processos de trabalho, de organizações políticas e culturais (CARDOSO, 2012, p.18).

Para Cardoso (2012), o saber é constituído no cotidiano de vida e de trabalho dos indivíduos, das diferentes situações vivenciadas entre eles é que vai se construindo todo conhecimento dos saberes e das práticas culturais. Essa vivência se torna cada vez mais afetiva contribuindo para a sua formação e sua organização social, bem como a construção de sua própria identidade destacando como sujeitos históricos por meio de suas culturas e saberes que não lhes foram passados através de livros ou na escola e sim na relação do convívio social (CARDOSO, 2012).

Quando se pensa em sujeitos quilombolas podemos, a princípio, descrever seu perfil, como aqueles que possuem suas especificidades de morar, trabalhar e conviver na inter-relação com a terra mata e floresta. Sendo assim, sua principal via de sobrevivência é extraída da natureza, bem como, seus próprios instrumentos de trabalho, que na maior parte também são provenientes da natureza, e são produzidos pelos próprios sujeitos, como por exemplo: paneiro¹, matapi, tipiti, tupé, abano, peconha, gancho.

Estes são alguns instrumentos utilizados para facilitar os seus afazeres no manejo e produção dos seus serviços, essas atividades corriqueira e cheias de significados simbólicos são transformados em saberes e práticas culturais enriquecendo ainda mais sua identidade. As jornadas de trabalho desses sujeitos são sempre longas principalmente na agricultura, nas roças no cultivo da mandioca, onde envolvem toda a família no serviço braçal do plantio da mandioca, contribuindo, em alguns casos, para a falta de participação ativa das crianças na escola.

Assim, partindo da temática dos saberes culturais quilombolas, e da importância que têm esses saberes para a comunidade e a sociedade em geral; ressalto que é muito prazeroso trabalhar tal assunto, pois foi nessa localidade, onde nasci e me criei até os nove anos de idade, sendo minha identidade formada a partir desse meio. Deste modo, vê-se a necessidade de pesquisar esses saberes e práticas culturais a fim de provocar discursões pertinentes aos saberes da comunidade de Santo Antônio do Vizeu, na relação com a educação do ensino fundamental, visto que, as questões que envolvem a diversidade cultural brasileira tem sido alvo de inúmeros estudos nas últimas décadas no cenário educacional.

¹ O paneiro é uma espécie de cesto tecido com tala de palmeiras ou cipó.

² O matapi é uma espécie de armadilha em formato de cilíndrico de capturar camarão feito de tala de najazeiro

³ Tipiti instrumento tecido de tala de palmeira usado para prensar massas de mandioca

⁴ Tupé é uma espécie de tapete tecido de tala de palmeira usado para secar sementes e frutos

⁵ Peconha um tipo de laço feito com tecido ou fibra de palmeira

⁶ Gancho uma vara com um laço de nylon tecido na ponta

Todo tempo surgem novos conceitos como Diversidade, Diferença, igualdade e justiça social, têm se tornado uma inquietude por parte daqueles que lutam por uma educação cidadã (BRANDÃO, 2002). Ao mesmo tempo surge uma preocupação em articular tais conceitos na formação de professores, tornando-se um desafio para adequarem em seus conteúdos de sala de aula, com assuntos que partem do cotidiano do aluno para propor uma educação mais crítica, dinâmica, atraente e prazerosa. Esses saberes e práticas culturais quilombola, mostram uma riqueza de conhecimentos vivenciados no dia a dia dos sujeitos que definem suas características como afrodescendentes, bem como mostram a importância do reconhecimento e valorização de suas culturas. GADOTTI apud Oriá (2005) propõe que:

Uma educação multicultural, como estratégia de educação para todos, capaz de reduzir os elevados índices de evasão e de repetência dos seguimentos menos favorecidos da sociedade brasileira, na sua maioria constituídos por pobres, negros, e mestiços. Considera ele que uma das tendências do mundo contemporâneo é o multiculturalismo, que deve se traduzir no respeito e valorização das diferenças socioculturais (GADOTTI apud ORÍÁ, 2005, p. 385).

Então podemos pensar em educação por uma perspectiva diferenciada, para torná-la mais significativa, se levarmos em consideração as dificuldades e experiências de vida dos sujeitos, aproveitando a bagagem dos saberes constituídos no âmbito social e cultural de cada indivíduo, provaremos uma mudança no panorama histórico da educação. Por outro lado, pensar no ensino sistematizado pelo viés dos saberes dos sujeitos pode colocar o professor diante de alguns dilemas que dificultariam suas práticas pedagógicas, elas ofereceriam uma realidade complexa, pois os elementos culturais são vivos, dinâmicos, utilizados por sujeitos que vão se constituindo ao longo das relações que estabelecem, e muitas vezes, nota-se que o trabalho em sala de aula, para dar conta do conteúdo, reflete uma situação artificial do estudo (VITTE, 2009).

Neste sentido, surge o interesse em levantar uma pesquisa que se possa identificar quais os saberes e práticas culturais existentes na localidade de Santo Antônio do Vizeu, e de que forma a escola faz uso delas no processo ensino aprendizagem do ensino fundamental no Município de Mocajuba. Pois, através desta pesquisa podemos pensar uma forma diferenciada e significativa de dar aulas, uma vez que, ao levarmos as realidades vividas pelos alunos para a sala de aula, poderemos criar um ambiente mais atraente e prazeroso para estudar. Como defende Freire (1995), sobre a necessidade de se fazer uma leitura de mundo, da realidade do educando para, de fato, compreendermos o seu processo cultural enquanto sujeito histórico,

abrir-se à alma, às culturas é deixar-se molhar, ensopar das águas culturais e históricas dos indivíduos envolvendo-se na experiência.

Ao enfatizarmos a educação junto aos saberes quilombola, estamos procurando de alguma forma primar pelos alunos como sujeitos ativos da educação, tornando o ensino não mecanizado, mas que desperte a consciência crítica de mundo, da vida e de sua história.

A comunidade de Santo Antônio do Vizeu, é considerada remanescente quilombola desde o ano 1999 (mil novecentos e noventa e nove) sendo reconhecida oficialmente por titulação quilombola desde 02 de dezembro de 2008, pelo decreto nº3.572/1999 e instrução normativa nº 02/1999 - ITERPA, que regulamenta, a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das propriedades definitivas das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. A comunidade está situada a uma hora (de barco) da cidade de Mocajuba. O acesso se dá somente por transporte fluvial: via rio Tocantins, pelos seguintes rios e comunidades: são Joaquim, passa pelo rio Jacarécaia, até chegar ao rio Vizeu, não tendo acesso pela estrada da cidade.

É uma comunidade composta de umas 53 (cinquenta e três) famílias com aproximadamente 370 (trezentos e setenta) moradores. As famílias se constituem, na maioria, em graus de parentesco e tem em média de 5 a 7 (cinco a sete) pessoas em cada casa. Quanto à realidade educacional da comunidade Santo Antônio do Vizeu, esta atende somente às necessidades básicas de educação, com foco apenas nos estudos dos adolescentes e jovens, os adultos e idosos na sua maioria, não chegaram a completar ou concluir o ensino fundamental maior cursando até a quarta série. A comunidade conta com atendimento da escola Emiliano Cabral de Santa Cruz, com funcionamento registrado da turma do primeiro ao quarto ano no turno da manhã, e atendendo com o ensino fundamental maior até o sétimo ano do ensino fundamental na parte da tarde; a escola recebe as crianças e adolescentes que trazem seu saber, sua história de vida, de trabalho e religião.

A partir dos pressupostos, delineamos o seguinte questionamento: De que maneira os saberes culturais quilombolas se relacionam com a educação e como esses interferem no contexto da escola? A partir de tal indagação fomentou-se o objetivo maior deste estudo que é analisar os saberes e práticas culturais quilombolas existentes na comunidade Santo Antônio do Vizeu, observando a utilização desses elementos no processo de ensino aprendizagem dos alunos do 3º e 4º ano da escola Emiliano Cabral de Santa Cruz no município de Mocajuba – PÁ. De modo a contribuir com reflexões pertinentes aos saberes quilombola na sua relação com a educação, de maneira específica, buscando a dimensão do contexto da comunidade de Santo

Antônio do Vizeu, colocando em destaque seus saberes, e investigando sua relação com a educação frente às perspectivas pedagógicas no contexto escolar desses sujeitos.

Nessa perspectiva destacamos nesse estudo os autores que desenvolveram pesquisas em educação em áreas quilombolas na região. Dentre os quais destaca-se os professores Zenildo Pinheiro, Professora Katuscia, Professor Guilherme, Professora Francinete, Professor João Paulo que em seus trabalhos de mestrado enfatizaram saberes de origem ribeirinha e quilombola. Estes estudos me instigaram a pesquisar ainda mais a localidade de Santo Antônio do Vizeu, o qual possui um diferencial em relação às demais regiões por possuir políticas públicas diversas das demais áreas, bem como, a questão da identidade dos moradores deste local.

Para desenvolver esse estudo, metodologicamente, buscou-se apoio teórico em obras de autores que se ocupam das temáticas chave dos objetivos propostos, entre os quais se destacam: CARDOSO, (2012), CANDAU (2008), BRANDÃO (1993), FREIRE (1987) ORIÁ (2005), PINTO (2001), PINTO, RIBEIRO (2004), SILVA (1995), MINAYO (2001), LEI 11. 645/08, HALL (2005).

Assim posto, a partir do primeiro capítulo, onde introduzimos o estudo e sua problemática, convergimos nossa investigação para os pressupostos teórico-metodológicos, no qual é delineado o percurso da pesquisa e os procedimentos utilizados para a obtenção do *corpus* de dados. Neste sentido, a pesquisa se caracteriza como de cunho qualitativa, que segundo Minayo, trata-se de uma pesquisa que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações do processo e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2000).

A pesquisa foi realizada através de questionário semiestruturados com perguntas abertas orais, diálogos, observação, realização de entrevistas e conversas informais com alunos, professores, coordenadores da escola foco de estudo e cerca de 12 moradores da localidade de Santo Antônio do Vizeu. Além de registros fotográficos localizados nos acervos familiares e feitos no decorrer da pesquisa.

Desta forma, a pesquisa se processou em três etapas a fim de analisar os saberes e as práticas culturais no processo ensino aprendizagem na escola e comunidade local. Quando foi realizado o levantamento de dados referentes aos saberes e práticas culturais existentes na localidade em estudo. Quando através de entrevistas semiaberta e questionários realizados com os alunos do ensino fundamental, professores, coordenadores da escola e alguns moradores da comunidade, se obteve dados relacionando aos saberes e práticas culturais quilombolas no

processo de ensino aprendizagem, após serem analisados resultaram na escrita do presente trabalho de conclusão (TCC).

Na segunda etapa da pesquisa realizou-se uma visita na localidade de Santo Antônio do Vizeu, oportunidade em que se apresentou a proposta de pesquisa ao diretor, coordenador, professores e alunos da EMEF Emiliano Cabral de Santa Cruz, os dados foram coletados através de questionário semiestruturado, com questões argumentativas, observações, fotos, diálogos para mapear o perfil dos alunos e identificar aspectos relativos às experiências que estabelecem com a educação formal, cultura e a família, visando compreender os saberes e práticas culturais no contexto escolar e como se dá a relação no processo ensino aprendizagem, com base nas diretrizes curriculares nacionais para a educação.

Na terceira etapa, após a coleta dos dados mediante observação, realização de entrevista e conversas informais, foram realizadas as análises dos dados obtidos, que culminaram na redação do presente estudo.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado, Pelos fios da memória: Santo Antônio do Vizeu, seu povo, sua luta e suas conquistas, nas décadas de 30 a 90 do século XX busca situar o campo de pesquisa no contexto histórico da escravidão na amazônica até a história local.

O segundo capítulo, Comunidade Ribeirinha Quilombola: Discursões e desafios sobre sua identidade e sua história, discorre sobre a história da área quilombola e da comunidade de Santo Antônio do Vizeu, aprofundando a respeito dos seus habitantes e os saberes existentes nesta comunidade.

No terceiro capítulo, E.M.E.F Emiliano Cabral e sua prática pedagógica, é analisada a educação aplicada na escola local e a inter-relação com os saberes quilombolas, focando no desafio da educação numa perspectiva pedagógica diferenciada de ensino.

CAPÍTULO I: PELOS FIOS DA MEMÓRIA: SANTO ANTÔNIO DO VISEU SEU POVO, SUAS LUTAS E SUAS CONQUISTAS NO DECORRER DO TEMPO

1.1.COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO DO VISEU: SUA HISTÓRIA, CULTURA E SABERES A PARTIR DA DÉCADE DE 30 ATÉ MEADOS DOS ANOS 90 DO SÉCULO XX.

A história da localidade de Santo Antônio do Vizeu está alicerçada nas memórias de seus moradores que possuem uma riqueza imensurável de saberes e conhecimentos. A vida ribeirinha é fortemente movida pelo trabalho árduo de seus moradores que tecem uma relação íntima com a natureza de onde retiram seus recursos de sobrevivência e garantem uma vida tranquila aos mesmos.

No cotidiano dos ribeirinhos quilombolas o trabalho é que move a vida das pessoas, que de forma harmoniosa mantêm uma relação fraternal uns com os outros. Descrever a história dessa comunidade é fazer uma viagem no tempo, pelas memórias de seus moradores que muito tendem a contribuir para este processo, são pessoas simples e humildes, que produzem seu próprio sustento, na inter-relação com o meio natural: rios, mata, igarapés, terra e floresta.

Os saberes adquiridos por eles vêm desde seus antepassados, e foram sendo aperfeiçoados com o passar dos anos, hoje provocam uma reflexão sobre essa riqueza de conhecimentos vivenciados no cotidiano desses sujeitos. Esses saberes trazem marcas indelével que os caracterizam como ribeirinho amazônico e quilombola. As conquistas na comunidade foram muitas e visíveis aos olhos de quem à visita, toda sua história é tecida por lutas e sonhos que aos poucos foram se concretizando.

Contar a história de Santo Antônio de Vizeu é fazer uma viagem ao passado, para isso faremos uma viagem nas memórias de seus moradores mais antigo e a fonte utilizada para a constituição do presente estudo foi a memória oral. A partir dos trabalhos de Halbwachs (2006) o qual trabalha em seus estudos o sentido de memória coletiva e individual, dizendo que toda memória individual perpassa por uma memória coletiva e na qual pode haver lembranças e esquecimentos. Este dado discorre para as observações da localidade em questão, uma vez que nem sempre se pode pesquisar toda a memória coletiva e, ainda ocorrem alguns “esquecimentos” devido a negação de certos informantes, ou devido à falta de registro por escrito que relate um pouco da história local, o que possibilitaria uma melhor apuração dos fatos históricos.

Foi através dos relatos orais, das histórias de vida e das lembranças e relembrações das pessoas mais velhas, habitantes da comunidade de Santo Antônio de Vizeu, que se buscou os dados, informações, lembranças, experiências, casos e narrativas acerca da história dessa comunidade. Essa reconstrução da história através dos relatos orais, se torna crucial para a confirmação dos fatos ocorridos na comunidade que foram vivenciados pelos próprios atores existente no local, nesse sentido Leal (2013) fala que:

Considerando primeiramente o caráter psicológico da memória, é automática a ideia de que “lembrar” de algo requer a existência de um acontecimento e de um ator. Nessa perspectiva, temos a noção individual de memória, na medida em que entendemos que é preciso haver uma pessoa que participou do fato, seja como ouvinte ou como ator, que se lembre daquele fato e que possa relatá-lo e guardá-lo. Temos então, a noção de memória como faculdade de armazenamento de informações e podemos classificá-la como “memória individual” (LEAL.2013. p.2.)

Dessa forma, surge a afirmação de que não basta apenas que haja uma lembrança viva dos fatos ocorridos para se perpetuar na história, é preciso que se tenha a existência do acontecimento e de um autor que tenha participado de forma direta do fato, faz-se como ouvinte ou expectador, mais, que possa relatar as informações da memória individual para a coletiva.

Para Lowenthal (1981), toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado. A coleta desse material é de suma importância para o registro histórico do povo, neste caso a comunidade de Santo Antônio de Vizeu, foram muitas as dificuldades para se fazer esse levantamento, uma vez que a maior parte das pessoas mais idosas dessa comunidade já faleceram, levando com eles boa parte dos conhecimentos e história local, os poucos que ainda existem encontram-se com dificuldades para lembrar dos fatos históricos da localidade. Dessa forma Delgado (2003) ressalta que:

Assim sendo, o olhar do homem no tempo e através do tempo, traz em si a marca da historicidade. São os homens que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história. As análises sobre o passado estão sempre influenciadas pela marca da temporalidade. Ao se interpretar a história vivida, no processo de construção da história conhecimento, os historiadores são influenciados pelas representações e demandas do tempo em que vivem e a partir dessas representações e demandas, voltam seus olhos para o vivido reinterpretando-o, sem no entanto o modificar (DELGADO.2003.p.10).

Ainda, segundo Delgado (2003), é na dinâmica do lembrar, estimulado por sinais exteriores, o homem memorioso reconstitui referências tais como: no tempo do rádio, na década de 1960, na época dos Beatles, quando eclodiu a grande guerra, quando as famílias temiam o comunismo, quando a prefeitura construiu aquela ponte, no tempo em que cortaram as árvores

da cidade, quando os bondes enfeitavam as ruas, na época da guerra do Vietnam, quando os pacifistas saíram às ruas.

Mesmo sendo a memória oral a ferramenta principal do nosso estudo, não se pode deixar de procurar algumas fontes escritas que fossem capazes de fornecer em sua análise de dados uma importante reconstrução do histórico da comunidade. Fontes como certidões de nascimento, batismo, óbitos, fotos e documentos de terra, serviram para a constituição desse trabalho com melhor embasamento. Apesar de discorrermos a procura desses documentos nossa pesquisa se valeu mesmo pelos relatos orais dos moradores mais antigos.

A comunidade de Santo Antônio de Vizeu está localizada a oeste do município de Mocajuba, na região das ilhas, banhada pelas águas do rio Vizeu, afluente do rio Tocantins. O acesso à comunidade se dá somente através de transporte aquático, via barco, rabetas e casco de remo (canoas), está aproximadamente 0:45 minutos da cidade na viagem de barco, dependendo da maré, que define a viagem dos ribeirinhos e dos remanescentes de quilombos que residem do outro lado da cidade. Para se chegar a Santo Antônio é necessário atravessar o rio Tocantins, entrar nos “furos” (pequenos igarapés), passar pela comunidade de São Joaquim, Jacarécinha, até chegar no rio Vizeu e à comunidade pesquisada.

Segundo a oralidade local, a povoação de Santo Antônio de Vizeu, remonta a ocupação colonial na Amazônia brasileira pelos portugueses, holandeses e franceses, empenhados na conquista da Amazônia. Logo após a fundação da cidade de Belém, capital do Pará atualmente, os colonizadores portugueses, atraídos pelas riquezas da região do baixo Tocantins, seguindo os rios a cima juntos com os frades jesuítas, vão tomando posse das terras, dentro de uma lógica geopolítica que operava dentro dos tratados internacionais da época.

Acredita-se que esse é um elemento determinante para a história local, pois devido às várias expedições exploratórias que saíam de Cametá, cidade vizinha, organizadas pelos padres capuchos religiosos da ordem de Santo Antônio, que tinha como objetivo a conversão cultural dos indígenas tupinambás na região, foram surgindo alguns povoados que deram origem a alguns lugares que existem hoje, como a comunidade de Santo Antônio de Vizeu.

Depois de feito o contato com os indígenas e sendo eles catequisados, surge daí uma relação próxima com os portugueses. Desse contato direto de portugueses (brancos) com os indígenas origina o caboclo, etnia mais comum na região (RASCON, 2017, p.3). Ainda segundo o mesmo documento, nesse período Mocajuba estava em processo de formação administrativa, subordinada ao município de Cametá. Somente a partir de 06 - 07 - 1895, ela foi elevada à categoria de cidade e constituía de dois distritos. O distrito de Mocajuba e distrito de São Pedro

de Viseu, atualmente vila de Vizânia, anos depois em 1961, foi criado o terceiro distrito de manjeiro (Mangabeira).

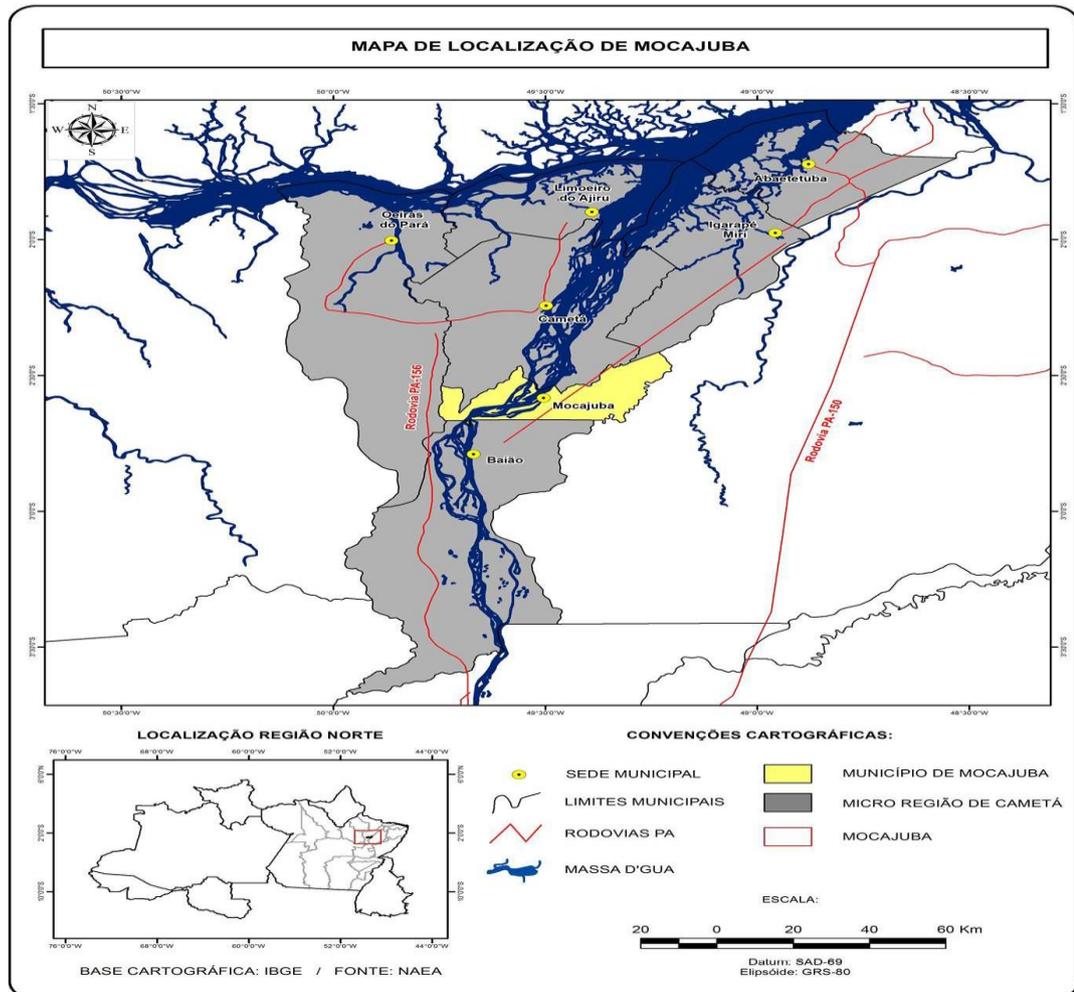


FOTO 1: Mapa de localização da Cidade de Mocajuba no Estado do Pará. Fonte: João Paulo Alves Costa.

A comunidade de santo Antônio de Viseu está entre os dois distritos citados acima, sendo rota principal de tráfego na região. Segundo nos contam os moradores, os primeiros a explorarem as terras da região foram os frades em suas expedições em busca de conhecimento e povos para doutrinar, com isso, deixavam suas marcas em cada local que passavam. Decorrente deste fato, surgiam as lendas ou acontecimentos “estranhos” reforçando o misticismo e credices presente em toda região amazônica que caracteriza a identidade e cultura desses povos que demonstram respeito aos lugares onde ocorre algum fato marcante, segundo é constatado pelos relatos do senhor Jacinto Ramos de Miranda:

[...] É, nós temos uns lugares que quando eu me entendi, a gente tinha até receio de andar lá por que era, foi os frades que fizeram aqueles acampamento, então ali ficava

um negócio encantado lá. Fazia vizage, fazia muita coisa e por isso a gente tinha lugar que quase a gente num festeja num ia lá. [...] (MIRANDA em 15/06/2017).

Na fala do seu Jacinto, podemos observar que o encantado das florestas e rios são fortes no cotidiano dos moradores, despertando neles um respeito com os acontecimentos ocorridos no local, tornando muitas das vezes o lugar sagrado, como acontece com outro fato presente na comunidade, o caso conhecido como veneranda, são sepulturas existente no começo da terra firme, segundo os moradores mãe e filha foram enterradas nessa localidade devido as duas sofrerem de lepra ainda no começo da povoação da comunidade, com o tempo as duas foram ganhando respeito e dos moradores que todos os meses iam acender velas em memoria das duas, os mesmos dizem que elas protegem aquelas terras, os caçadores contam que é preciso pedir permissão para elas quando vão caçar nas proximidades caso contrario não encosta nenhuma caça e ainda se dizem ser perseguido por um tipo de galinha fazendo barulhos estranhos deixando – os apavorados.

Devido a esses acontecimentos as pessoas da comunidade local ficavam temerosas em andar pelos lugares onde ocorriam esses fatos como os que os frades demarcavam, pois tudo indica que foram os primeiros a montarem acampamento nessas terras que hoje constitui a comunidade de Santo Antônio de Viseu. Seguidos pelos portugueses e Holandeses, acompanhados dos caboclos oriundos da região, que foram se apossando das terras às margens do rio até a vila de Mangabeira.

Segundo o senhor Jacinto Ramos de Miranda, nosso entrevistado, é relatado que os moradores mais antigos que ele conheceu faziam parte de algumas das famílias influentes da região, na época os Benarrosadas e Amancios Dutra, que possuíam o domínio das terras e das plantações naquela área. Consta nascimento de alguns desses desde 1915, eram holandeses e portugueses, judeus que certamente foram descendentes dos primeiros habitantes da localidade, contribuindo para a sua formação e constituição de sua história até os dias atuais. Como conta seu Jacinto Ramos ao relatar sua história.

Nascido em 21 de outubro de 1939, na localidade de vizeu. Então quando ..., de quatro a cinco anos eu já me lembro do que tinha e conheci pessoas que mais ou menos eram de 1915 ou 1920, tinha uma cheia muito grande que foi a cheia de 1926, que abalou uma mundo o povo todo do município todo tiveram que tomar suas providencias. E daí veio vindo a descendência daquelas pessoas que foro chegando eram judeus, portugueses, uma família muito grande, que era dos (pausa) os judeus, Benarrosada, ai essa benarrosada era um comerciante e uma família muito, muito grande de muitos filhos, tudo eram judeus mesmo diretamente não foi que nasceste, vieram mesmo de lá diretamente de Portugal e tudo [...] (MIRANDA em 15 de junho de 2017).

Havia também outra família muito conhecida no rio que detinha um poderio econômico muito grande, suas origens eram de holandeses porém esses nasceram na própria região, eram

moradores descendentes dos pioneiros da comunidade que herdavam suas riquezas e davam continuidade ao legado. Essas famílias tinham posse das grandes propriedades, os Amâncios Dutra, ofereciam trabalho aos moradores locais, possuíam o monopólio e controle da economia local, certamente, faziam parte dos moradores mais antigos da comunidade, como podemos acompanhar na fala de seu Jacinto Ramos quando relata que em 1932, essas pessoas já eram de idade avançada com cinquenta, sessenta anos de idade, e já ouvia relatos de pessoas nascidas em 1905, que com certeza eram os descendentes antigos das famílias da comunidade. Além de serem influentes, contribuíram também para o povoamento de Viseu, como por exemplo os caboclos, que eram pessoas livres mais que nem sempre possuíam terras, mas que hoje constituem a população local.

Os relatos que temos das memórias orais dos moradores são de 1930 em diante, nessa década eram poucos moradores no rio tinha aproximadamente de 10 (dez) famílias, em sua maioria pobres todos caboclos ou de descendência europeia que viviam na região, na fala dos moradores não fica claro a existência de negros na comunidade porém em observações sobre a cultura e os costumes desse povo, percebemos que os saberes são resquícios de presença forte de negros na comunidade. Outro ponto que chama atenção é que os primeiros moradores viviam em regime de escravidão nos seus trabalhos, pelo fato de não possuírem terras próprias onde pudessem viver e trabalhar tranquilamente, e não tinham condições para comprarem suas terras, sendo assim, toda produção dos seus serviços eram repassados aos donos das propriedades, que detinham poder na região como vemos na fala de nosso entrevistado:

[...], Pois é então eles eram uma família o benarrosada e esses Amancios Dutra eram pessoas daquele tempo da escravidão que mandava era quatro, cinco que fossem vizinhos trabalhador mais era escravo deles e a gente tinha que trabalhar pra sobreviver. A minha vó era escrava mesmo, o meu pai era um escravo mais determinado um pouco, ele determinava mandava um pouco na vida dele, nem ele e nem ela era negra agora era pobre e tudo o que era pobre era escravo, não tinha nada, tinha que trabalhar pra sobreviver[...] (MIRANDA 2017).

Como sabemos na história de colonização, quem possuía grande quantidade de terras eram os senhores que comandavam o trabalho e a economia de cada região. Sendo assim na comunidade de santo Antônio se destacavam as duas famílias já citadas ai pelo entrevistado. Com o passar dos anos, as famílias foram se organizando e aos poucos foram negociando suas terras e, com muita luta, se tornando independentes dos seus patrões no que diz respeito ao trabalho. Outra forma de adquirir terras é por meio de herança, deixados para os filhos que deixavam para os netos, conforme a família crescia as terras eram divididas entre eles. Dessa forma, foi aumentando as casas e o povoamento nas beiradas do rio, processo esse que até hoje

se dá na comunidade. Como é contado pelo senhor Marcos Sepeda Castelo, conhecido como seu Neco:

[...] Eu só sei que essa propriedade aqui era uma propriedade, daqui do combate até divisando com Dinho castelo, isso era uma propriedade de um dono. Era meu avô era que chefiava isso tudo. [...] Era dum dum duma família ai ficou ele responsável, ai quando ele morreu, ai o que foi que aconteceu? Foi dividido entre a família, eles eram muitos irmão, irmã, daí foi dividido, ai entrou a família Dutra na família, tinha o Raimundo Dutra que era pai do velho chico Dutra, que era primo do meu pai. Eraquides Pereira Mendes que pai do meu pai. [...] E huje existe isso tudo dividido, cada pedacinho é de um dono, por que vem de la daquele velho antigo. [...] Agora depois que foi dividido não diminuiu, o meu pai, o meu avô tomou conta de uma parte, o pai de Raimundo Dutra tomou conta de outra e ai começaram a dividir. E ai vem vindo os filhos e os filhos passaram pra filho pros neto e pra bisneto, antão huje em dia cada um tem uma talhada, cada um tem um pedaço, cada um tem um pedaço, mais era só de uma família, é só de uma família, Mendes Dutra era a família (Fala do senhor Marcos Sepeda Castelo, seu Neco), em 15/06/2017.

O sonho de possuírem suas próprias terras para se tornarem livres foi aos poucos se realizando, quando os moradores conseguiram comprar seus lotes só a partir daí a população da comunidade foi aumentando gradativamente. As terras que não foram adquiridas através de compra foi conquistada por herança deixada pelos pais. Essa prática de herdar terras ainda se constitui até nos dias atuais na comunidade de Santo Antônio, como podemos ver na fala de seu Neco, também pode se constatar que as famílias do rio em sua maioria possuem graus de parentesco o que viabiliza esse processo e assegura a continuação dos pertences entre os próprios moradores que procuram manter viva as memórias e costumes de seus ante passados.

Hoje em dia a comunidade está mais povoada, reafirmando que as famílias tentam garantir e assegurar as posses das terras que são herdadas mantendo vivo essa tradição. Nesse contexto de acordo com o número de filhos as terras são divididas por igual permanecendo sempre na mesma família. Percebe - se que desde muito cedo os filhos são ensinados a valorizar suas propriedades, que de alguma forma são sua riqueza pois é dela que se tira o sustento para as famílias toda forma de subsistência desse povo está ligado a terra. Mesmo os moradores que se mudaram para a cidade não se desfazem de suas propriedades, ficam sempre vindo visitar e colher os frutos que nelas estiverem para consumir e vender na cidade, eles procuram manter como uma garantia em suas mãos.

As atividades desenvolvidas na comunidade eram muitas e intensas além de definir a forma de vida que eles levavam, sua relação com a natureza e os costumes adquiridos na comunidade, a forma como se organizavam para executar seus trabalhos e as brincadeiras que envolviam seu cotidiano, dessa relação direta com seus afazeres surgiam seus saberes que foram se perpetuando entre as gerações da comunidade.

Entende-se por saberes o conhecimento das ações desenvolvidas e realizadas em processo dinâmico das atividades humanas e vinculada à vida social e cultural dos indivíduos. Sendo algo único do ser humano, por onde se atribui sentido às práticas construídas de acordo com as intenções e as especificidades de um determinado grupo social. Cada grupo apresenta um estilo diferente de vida, de confecção de objetos, de vestimenta, de se comunicar, de dançar, entre muitas formas de realizar determinadas atividades culturais. Na qual ganham características bem peculiares daquele lugar, tornando fácil sua identificação diante de outros grupos sociais:

Toda relação com o saber, enquanto relação de um sujeito com seu mundo é relação com o mundo e com uma forma de apropriação do mundo: toda relação com o saber apresenta uma dimensão epistêmica. Mas qualquer relação com o saber comporta também uma dimensão de identidade: aprender faz sentido por referência à história do sujeito, às suas expectativas, às suas referências, à sua concepção da vida, às suas relações com os outros, à imagem que tem de si e à que quer dá de si aos outros. (CHARLOT, 2000, p.72, apud CARDOSO, 2012, p. 17).

Para Cardoso 2012, toda relação com o saber parte da relação do sujeito com o mundo que comporta uma dimensão de identidade, na comunidade de Santo Antônio essa relação com o mundo se entrelaça na realidade local, as diversidades de ambientes no qual vivem seus moradores, que se misturam entre viver na parte de ilha, tendo realidade de várzeas e convivendo com terra firme onde são executados seus trabalhos nas lavouras de mandioca, arroz e outros plantios. Nesse contexto surge uma divisão que compõe a organização social da comunidade hoje, e que contribui para a construção de uma nova identidade da metade dos moradores locais, onde de um lado são denominados ribeirinhos de ilhas e de outro passar a ser denominado remanescente de quilombolas podendo ser chamados de ribeirinhos quilombolas.

No período que corresponde as décadas de 30 à 80 do século XX, a vida dos moradores da comunidade foi marcada pelo esforço e dedicação de cada família nos serviços da lavoura, além da coleta de frutos silvestres, de onde saiam os produtos que movimentava a economia da época. Toda produção da comunidade estava baseada na agricultura de subsistência, girava em torno da produção agrícola das lavouras de mandioca, plantio de arroz, milho, produção de cacau e a coleta de frutos do mato como: murumuru, bucuuba, azeite (fruto da andiroba), extração da seringa (látex), além das plantas medicinais, da pesca e caça que eram fortes nessa época, período em que a comercialização desses produtos ganhou valor considerável no mercado nacional e internacional e movimentou a economia local, onde as famílias tinham como uma das principais fonte de renda a coleta desses produtos.

As famílias saíam para as roças cedo, às seis da manhã, para capinar, roçar, ou cultivar a mandioca (arrancar), para fazerem a farinha, beiju de maça, tirar a tapioca e tucupí, quando

não se deslocavam para a roça, procuravam fazer outras atividades, como ir para o mato, fazer a coleta dos frutos de ucuúba, murumuru para tirarem as amêndoas e, andiroba para destilar e tirarem o líquido que chamam de azeite, ou óleo de andiroba, a extração do látex (leite da seringueira), no período de 1940 a 1980 do século XX, a produção do látex da seringueira ainda estava em alta no mercado mundial e a Amazônia era a maior produtora da goma, esse comércio teve início ainda no século XVIII, ganhando ênfase com a evolução tecnológica como ressalta Lima quando diz que:

A partir do final do século XVIII, a borracha tornou-se gradativamente um produto essencial para a expansão da produção industrial, com as primeiras fábricas se instalando nos arredores de Paris (1803), em Viena (1811) e na Inglaterra (1820).³² Tal essencialidade é majorada de forma expressiva com as evoluções tecnológicas que trazem melhorias ao processo de manufatura desse produto natural, que apresentava uma grande variação estrutural quando exposto à extremos de temperatura alta, ficando muito sensível a compressão, ou baixa temperatura, tornando-se quebradiça. (LIMA, 2013, p. 26).

Essa matéria prima tornou-se uma das principais fontes de renda no Amazonas, no Pará, e na comunidade de Santo Antônio de Vizeu, onde os moradores passavam a maior parte do seu tempo trabalhando na coleta da borracha que se tornou umas das principais economias dos pequenos agricultores que trabalhavam o dia todo para vender e ajudar na renda da família. Parte dessa produção era trocada com produtos industrializados: comida, roupa ou equipamento de trabalho, esses frutos eram abundantes na natureza e isso facilitava para as famílias que passavam a metade do dia no mato, fazendo esse trabalho de coleta. Nesse bojo Lima (2013) diz que:

Num estudo clássico Paul Singer buscou delinear o papel do Brasil na expansão e consolidação do capitalismo após a Revolução Industrial. Para ele, logo na segunda metade do século XIX estruturou-se uma perceptível “divisão internacional do trabalho”, cabendo ao Brasil a condição de [...], produtor especializado num artigo de luxo – o café – e numa matéria prima extrativa – a borracha – que estava em vias de ser produzida de uma forma superior, em plantações, não no Brasil, mas muito significativamente em outros países. ²⁵ A borracha natural era extraída, em sua maioria²⁶, do látex das árvores de *hevea brasiliensis*²⁷, a seringueira, também chamada árvore da borracha. Trata-se de uma árvore originária da bacia hidrográfica do Rio Amazonas, onde existia em abundância e com exclusividade. LIMA (2013, p. 24/25).

Segundo Lima (2013), a borracha, durante esse período, alcançava preços muito altos, o que estimulava a migração de milhares de nordestinos e até de estrangeiros, que assim, chegavam em grandes parcelas, afluindo aos borbotões para Amazônia. Esses migrantes chegavam, seja acossados por intempéries climáticas, trazidos por aliciadores a mando de seringalistas, ou ainda embuídos do espírito de aventura, em busca da propalada fortuna fácil das árvores que “jorravam látex”, onde se acreditava poder juntar dinheiro “*a cambito*”.

O trabalho era intenso. Com uma jornada diária exaustiva e fatigante, exigia muito dos trabalhadores. O serviço era pesado e não tinha auxílio de equipamentos que facilitassem o trabalho, todo serviço era braçal, os poucos instrumentos usados eram para transportar do mato para a casa, Lima (2013) diz que no meio da selva esses trabalhadores eram apresentados a um regime de trabalho compulsório, estribado no sistema de aviaamentos que dava sustentação a toda cadeia de produção gomífera, estimulada pelo capital internacional como nos conta o senhor Marcos Sepeda ao relatar sobre a extração do cacau na época.

[..]Meu pai contava, eles iam apanhar cacau, eles apanhavam e tinha um reboque, talvez você não sabe o que é reboque? Reboque é uma canoa feito tipo proa de barco, proa e popa de barco, agora era bem aberta assim que aguentava sessenta paneiro de cacau. Eles apanhavam sessenta paneiro de cacau por dia e passavam semana apanhando cacau, todo dia sessenta paneiro. [...] (SEPEDA 2017, em 15/06/2017).

A produção de cacau era uma das principais atividades econômicas da localidade, e, no período da safra o trabalho era dobrado para atenderem as demandas da produção, isso exigia muita mão de obra com condições de trabalho muito precária, essas extrações aconteciam diariamente e os trabalhadores tinham que alcançar o valor estipulado pelos patrões que pagavam barato pela mão de obra.

Nunca é demais argumentar que, já no início do século XIX, os naturalistas Spix e Martius, em sua estada em Belém, deixaram importantes registros de que o Pará lançou-se também ao processo de Manufaturamento de artigos com borracha – com as sensíveis limitações técnicas anteriores ao processo de vulcanização –, produzindo calçados que eram comercializados nos Estados Unidos e em diversos portos da Europa entre 1820 a 1855, além de garrafas, algalias (sondas) e borracha de apagar escrita. (LIMA, 2013, p.27).

Além dessas atividades existiam outras que garantiam a renda das famílias locais, todos dos recursos da natureza envolvendo sempre um trabalho arduo e cansativo. Alguns recursos tinham em abundância no rio, outros eram realizados em outros lugares como podemos ver na fala do seu Marcos Sepeda, quando fala de uma prática extrativista do leite da maçaranduba. A mesma não havia na região, então os homens se deslocavam para o município mais próximo em busca do material desejado a fim de produzirem para vender e beneficiar a fabricação da borracha. A resina dessa árvore, a balata, como era chamada, produzia um material idêntico ao da seringa que era utilizado na época, porém com um processo um pouco diferenciado da seringa, o método de beneficiamento do leite da maçaranduba exigia uma técnica diferente e mais trabalhosa além de ser mais escasso o material.

Balata pra quem não sabe era a meçaranduba, e ia o pessoal tirar meçaranduba, torna daqui iu pro Tocantins iam tirar meçaranduba, tira aquela bola de meçaranduba, o leite, agora aquele leite botava numa vasilha, abria uma lata de querozenio fazia um caco assim meio redondo que era pra cozinhar o leite, chegava do mato cada um com sua lata de leite e agora preparava o fogo lá tinha o ispec lá fazia o fogo e botava esse leite pra cozinhar. Quando tirava dela que já tava cozido aquele leite, ele troca a cor, não fica mais branco fica escuro, ai eles pegavo de laaa mexiu ali aquilo embolotá tudinho e jogavo pra água ai depois iu pisar, iu pisar pra preparar aquelas bola enrolado aquilo até preparavam pronto. Aquilo viajava era exportado pra (Pausa) pra fabrica pra fazer..., tudo o que era feito de borracha era feito de seringa e de meçaranduba..., a meçaranduba é o leite da meçarandubeira sabe, a meçaranduba, tiravam o leite da meçarandubeira pra preparar aquilo lá que era pra ir pra fazerem também coisas de borracha (SEPEDA em 15/06/2017).

Havia ainda a extração do leite da seringa, que exigia um saber peculiar de uma prática muito grande dos moradores para executarem o trabalho. Além de ser bastante cansativo era o meio mais comum de trabalho entras as famílias do rio, parte da economia e fonte de renda das famílias era na produção e extração da seringa. Tinha todo um processo de corte e os materiais eram todos da natureza como podemos ver na fala do seu Marcos Sepeda morador do rio mais conhecido como seu Neco.

Olha a produção da seringa era cortado era pregado com barro, com casca de uruá pregado com barro, cortado com machadinho agora tirava de lá. A gente queria reunir a gente deixava botava no paço de molho, huje em dia não bota mais. Huje em dia não se prega com barro e nem na casca de uruá, ele é feito numa tigelas diferente e aintão era assim que era feito, só que ia com muito barro, tinha gente que metia barro até no meio da borracha. E era assim feito as bolas tirava num paneiro ou numa lata, e agora botava no sol deixava secar e quando era de tarde botava pra água, era assim que era extraído o leite da seringa. So que depois eles acharam que ia com muito barro, dava muito trabalho que tinha que aguá essa borracha pra tirar aquele barro todo pra fazer um um produto melhor né. (Castelo, seu Neco, 2017).

Portanto a extração da seringa era um dos principais meio de sobrevivência da comunidade de Vizeu, movimentando a economia local que exportava o produto para fora do país. Esse povo utilizava uma tecnologia de extração do látex da seringueira que exigia muito trabalho, desde a escolha da argila até a coleta do sanambi como é conhecido. Essa técnica utilizada exigia muito mais, um insumo básico para sua produção: a mão-de-obra humana, a força física do seringueiro, daí inferir-se que, com o aumento da produção de borracha, houve um aumento substancial da população da região Amazônica de acordo com Lima (2013). Na região do baixo Tocantins, essa prática exigia um trabalho arduo e cansativo das pessoas, primeiro tinham que tirar o barro apropriado para o serviço, depois eram colhidas as cascas de uruá que seriam usadas para coletar o leite da seringa, esse material era carregado no peneiro (de costa como é chamado ou peneiro

de perna), mato a dentro durante todo o dia de trabalho, e quando chegavam na sua casa ainda havia os afazeres domésticos. Era uma rotina dura e cansativa vivida por esse povo.

Essa prática extrativista da borracha já não se utiliza mais na atualidade, outros recursos são usados que facilita o trabalho dos seringueiros na coleta do látex, além do fator que esse produto é pouco comercializado na região. Há muitos anos ele perdeu valor no mercado causando com isso o declínio de muitos empresários que dependiam do comércio da borracha. A vida dos ribeirinhos amazônida ganhou novos desafios a partir daí, com o fim da época de ouro da borracha os ribeirinhos procuram outros meios de sobrevivência, com isso aumenta a produção do cacau e outros frutos oriundos da região além do cultivo da mandioca para a fabricação da farinha que se torna um dos principais produtos de comércio.

No período de 1930, as moradias das famílias eram simples, quem tinha o prazer de possuir uma casa apenas coberta de palha já era um luxo, apenas quem detinha de um poder aquisitivo maior mandava fazer casas de madeira e coberta de telha, as demais casas eram fechadas de pachiba (tabuas tiradas das palmeiras de açazeiro ou das árvores de miritizeiro). As palmeiras eram derrubadas e partidas ao meio, depois eram tirados os buchos (âmago) dos troncos até ficar no formato desejado e apropriado para uso, a cobertura era de palha, eram usadas tanto a palha buçu quanto a palha de ubim, muito utilizada para cobrir casa até nos dias atuais. As moradias eram simples no sentido de que nem todas as construções eram fechadas com tabuas ou apresentavam alguma segurança. Segundo relatos algumas casas tinham apenas cobertura de palha e não tinham parede sem contar que não havia divisória e abrigava uma família numerosa.

As casas em sua maioria como já citado eram cobertas de palha e as paredes também eram feitas de palha ou do braço do miriti tecido. Na atualidade não se encontram mais casas com essas características, todas as residências das comunidades nos dias atuais são cobertas de telhas de barro e fechadas com tabuas e são todas com mais de um compartimento capaz de oferecer o maior conforto para as famílias. Embora com toda essa simplicidade das casas para os moradores esse era o lugar mais aconchegante, que eles tinham além do respeito mútuo e união que havia entre os vizinhos, como nós podemos observar na fala do senhor Jacinto Ramos de Miranda.

Mais a parte mais principal que nós tínhamos, era amigos, vizinhos, que nós considerava um vizinho do outro e nós confiava e com aquilo nós vivia feliz, sem dinheiro, mais com que nós precisava que era o pão de cada dia, nós comia e bebia, era acostumado a comer a farinha, arroz, macarrão era só quando tinha um evento muito grande que aí alguém adoava ou fazia qualquer coisa, ou uma festa nós fazia pra quando chegasse na hora que nós ia pra lá. Lá ninguém levava nada, lá nós comia, lá nós bebia café, comia comida a véspera de festa tudo. Bem o costume nosso era assim. Nós eramos como todos irmãos, o que acontecia numa casa todo mundo de

perto e de longo sabia, olha tal coisa aconteceu, tem um doente, todo mundo pra lá ajudar, não tem esse negócio de deixar morrer pra chamar não. Eles chegavam um fazia uma coisa e outro fazia outro, um levava uma ajuda daqui outro levava da li, então com isso a gente vivia feliz. (MIRANDA em 15/06/2017).

Essa união que existia era o elo forte entre os moradores local, embora todas as famílias possuíssem algum grau de parentesco, isso só contribuía para que esse sistema de organização desse certo na comunidade. Para os moradores essa interação de respeito era fundamental para uma boa vivência em comunidade, segundo a fala dos entrevistados nesse período da década de 30 em diante não havia preocupação em deixar a casa só, sem ninguém pra vigiar que não corria o risco de serem roubados.

Tudo o que deixavam era encontrado no lugar e as casas ficavam abertas sem fechadura em alguns casos as portas eram feitas de vela de miriti, não mexiam nas coisas e nem nos cerimbabos no terreiro, os vizinhos cuidavam um dos outros. Hoje em dia fala seu Jacinto, não se pode sair nem por um minuto e deixar a casa sozinha, você corre o risco de não encontrar nada dentro delas. Em sua fala constata – se que alguns valores já não se aplicam mais como antigamente, como o respeito pelas pessoas, antes os vizinhos se preocupavam em cuidar um dos outros, se adoecia alguém da vizinhança, todos os outros iam pra lá cuidar ou ajudar em alguma coisa e vivem em total segurança, hoje em dia pouco se vê esse cuidado de uns com os outros, deixando de lado esses costumes que aproximavam as famílias.

A figura feminina sempre foi muito marcante na comunidade desde o começo pelo que se percebeu nas falas dos entrevistados, elas não só eram responsáveis em cuidar da casa como também tinham participação ativa nas decisões tomadas para a comunidade, seja nos trabalhos, assumindo frente como por exemplo os batalhões que existiam nessa época dos anos 40 a 80, onde eram elas quem ditavam as ordens e o andamento do trabalho no convidado. Nesse período onde o patriarcado imperava entre os casais, as mulheres dessa comunidade compartilhavam das mesmas decisões que seus parceiros e eram respeitadas, tanto nos trabalhos que comandavam quanto nas participações sociais.

As mulheres sempre tiveram forte participação na organização social da comunidade, se destacando principalmente nas lideranças, junto aos homens. Elas não eram deixadas de fora nesse momento de construção pois suas opiniões sempre eram respeitadas por todos, principalmente as mulheres mais idosas que tinham mais experiência na organização familiar e dos saberes existente na localidade, que as colocavam em uma postura social reconhecida e respeitada principalmente por serem mais idosas que todos. Suas participações eram maiores nos trabalhos junto aos homens. Elas comandavam os trabalhos na comunidade como a coleta dos

frutos silvestres, como a coleta da lólóta, ucuuba, murumuru, andiroba, e o corte da seringa. Elas exerciam esses trabalhos que garantia uma renda a mais para suas famílias, além de repassarem todos esses ensinamentos para seus filhos.

Se destacavam muito nas atividades como a organização dos convidados, atividade de plantio que envolvia todos os vizinhos para plantar um roçado, era uma espécie de troca de favores, onde os vizinhos se ajudavam nesse processo de plantar suas lavouras, nesse elas assumiam a liderança nas organizações dos convidados, onde as pessoas eram convidadas para o plantio da mandioca, eram elas quem comandavam o andamento do serviço no controle dos batalhões.

Essa atividade que fazia parte dos costumes dos moradores local, hoje já deixa de existir, se perdeu com o passar dos anos. Tudo o que se vê são as histórias relacionadas a isso, os moradores mais antigos contam com uma saudade no olhar, falam que sentem falta de quando funcionava tudo isso na comunidade, existia mais união eram mais parceiros uns com os outros. Um vizinho nunca fazia seus roçados sozinhos, por que essa forma de movimento servia como uma grande partilha entre as famílias próximas estavam sempre se ajudando e se preocupando um com o outro.

Outro papel importante desenvolvido pelas mulheres era o de parteiras e benzedoras, personagens comuns nas regiões amazônicas que desenvolvem um papel de médico com seus conhecimentos empíricos sobre a medicina natural no tratamento de doenças utilizando remédios extraídos da natureza e possuem uma técnica própria de executar seus trabalhos, na hora de dar a luz as crianças, entrava em cena para realizar o parto que segundo a parteira local é um dom dado a elas, ela conta:

Essa arte de ajudara as mulheres na hora do parto vem desde o começo da história, essas mulheres desenvolvem habilidades que envolvem todo um conhecimento informal sobre o uso de ervas e raízes no tratamento de doenças, a experiência dessas mulheres em suas práticas de benzer e curar ganha o respeito e admiração dos moradores que veem nelas um porto seguro na hora de qualquer enrasque de saúde. Segundo PINTO (2010) “essas práticas sobrevivem tradicionalmente alicerçadas pelos “remédios da terra”, do “mato”, ervas e plantas e pelas rezas ou orações, capazes de curar de facilitar o parto das mulheres”. Nesse sentido:

O uso de plantas medicinais no Brasil é tradição muito antiga praticada desde antes do descobrimento pelos povos indígenas que habitavam a região. Na Amazônia, essa prática antiga realizada pelos índios das diversas nações que habitavam nesse bioma, faz do conhecimento sobre o uso de plantas medicinais um saber milenar que atualmente é conhecido como conhecimento tradicional. (Souza e Barbosa, 2016, p. 59).

O uso de plantas medicinais no qual se faziam os remédios caseiros, e o principal meio de tratamento na época pelos moradores, as ervas, raízes e pau extraído da natureza para curar até mesmo doenças graves, essa prática exercida geralmente nas populações mais tradicionais, sempre buscando valorizar a medicina natural, (foto2). Essa prática de tratamento que faz uso de recursos da natureza, ainda é muito comum nos dias atuais. Principalmente nas comunidades que ainda conservam traços de sua cultura e identidade dos antigos, como nos fala seu Jacinto Ramos, nosso entrevistado:

[...] Com relação as doenças nós tinha uma experiência que eu tenho até hoje, eu ensino muito remédio caseiro e é esse remédio caseiro que dava o nome de, olha da o chá de pucuru. O chá de pucuru por que a nossa vasilha era uma vasilha feito com a mão, nossa mesmo de barro, aquele barro bem preparado, bem bom, não é qualquer barro. Eu conheço a qualidade por que eu fez muita coisa é até cabeça de cachimbo eu sei fazer, então nós fazia aquela panela, aquele pucuru, então quando adoecia nós fazia o chá de pucuru, aquelas rama que tem até hoje, aqueles medicamentos da terra da da folha que a gente plantava e todo mundo tinha suas plantas. Sabia o que era bom pra uma gripe, nós sabia o que era bom pruma..., essa penamonia sempre tive, muitos pessoas morreram com penamonia mais ficava fazia um sanapismo de gengibre e mais uns ingredientes e botava o emplasto em cima com dois três dias tava trabalhando. [...] (Jacinto Ramos em 15/06/2017).

Esses remédios caseiros usados pela comunidade em forma de banho, chás, garrafadas das cascas dos paus, das raízes de arvores e folhas das plantas que tem o nome de remédio farmacêutico, porém eram utilizado em planta e tinham a mesma função para cada doença específica e para quebranto e aborrecimento e o mais interessante é que as pessoas sentiam-se curadas após o tratamento com as parteiras, benzedadeiras e puxadeiras, esses são alguns remédios usado por elas, com seus nomes e funções.

Família/Nome científico	Nome popular	Parte utilizada	Forma de preparo	Uso local
AMARANTHACEAE Justicia pectoralis	Anador	Folha	Chá	Dor de cabeça e febre
Alternanthera brasiliana (L.) Kuntze	Cibalena	Folha	Chá	Febre; dor de estomago, dor de cabeça
alternanthera brasiliana kuntze	Terramicina	Folha	Chá	Febre, dor de cabeça, dor de

				dente, ouvido, estômago.
<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.*	Mastruz	Folha, caule	Suco, chá	Dor de Estomago, tosse, inchaço e ataque de verme, gripe, catarro
<i>Pfaffia glomerata</i> (Spreng.) Perdesen	Corrente branca	Folha	Chá	Infecção no rim e urinária
ANNONACEAE <i>Annona muricata</i> L.	Graviola	Folha	Chá	Depressão, gastrite, inflamação, comida que faz mal, inchaço de mulher grávida
APIACEAE <i>Foeniculum vulgare</i>	Erva doce	Folha	Chá	Verme, dor de barriga
APOCYNACEAE <i>Himatanthus sucubus</i> (Spruce ex Müll. Arg.) Woodson	Súcuba	Casca da arvore, sumo	Chá, banho	Gastrite, útero, dor de urina e de estomago
ARECACEAE <i>Euterpe precatoria</i> Mart.*	Açaí	Fruto, raiz	Chá, suco	Anemia, fígado hepatites, malária, rins.
ASTERACEAE <i>Acmella oleracea</i> (L.) R.K. Jansen*	Jambu	Folha	Chá, suco	Palpitação nervosa, Vômito, nervoso, queimadura, gripe, dor de garganta.
<i>Bidens bipinnatus</i> L. (<i>Bidens pilosa</i> L.)	Picão	Folha	Chá	Hepatite

<i>Cichorium intybus</i>	Chicória	Folha, Raiz	Chá	Diarreia, dor de estomago e gripe
<i>Eupatorium ayapana</i> Veuten.	Japana	Folha	Suco, chá, banho	Dor de cabeça, vermes, tosse, diarreia, dor de urina.
<i>micania sp.</i>	Cipó Sicuriju	Caule, folha	Chá	Fígado, dor de cólica
<i>Tagetes erecta</i> LEUPHOR	Cravo	Folha	Chá	Tosse
<i>Vernonia brasiliiana (L.)</i> Druce	Pau de moqué	Folha	Suco	Baque em geral
BIGNONIACEAE <i>Adenocalyma alliaceum</i> Miers.	Cipó alho	Folha	Banho	Aborrecimento e quebranto de criança
<i>Arrabidaea chica</i> Verlot.	Pariri	Folha	Chá	Anemia
BOMBACACEAE <i>Paquira aquática</i> aubl	Mamorana	Casca	Chá	Anemia
CACTACEAE <i>cereus jamacaru</i> DC.	Jamacaru (cacto)	Caule	Suco	Catarro, febre, canseira
<i>Pereskia aculeata</i>	Orapronóbio	Folha	Suco	Inflamação
<i>Pereskia grandiflora</i> Haworth	Sangue-de- Cristo	Folha	Chá, suco	Infecção, hemorragia, nervoso, coração
CANNACEAE <i>Canna glauca</i>	Maracã	Raiz	Chá	Anemia
CARICACEAE <i>Carica papaya</i> L.	Mamão	Folha seca	Chá	Diarreia
CONVOLVULACEAE <i>Ipomola grandifolia</i> (Dammer)	Corda de viola	Raiz	Chá/asseio	Inflamação do útero

<i>Ipomola mauritiana</i> jack	Batatão	Raiz	Chá	Purgante
CRASSULACEAE <i>Kalanchoe Pinnata</i>	Pirarucu	Folha	Suco	Bronquite, erisipela, Agapilori
EUPHORBIACEAE <i>Jatropha curcas</i> L.*	Pião branco	Fruto	Assado	Tosse, infecção pulmonar, sinusite, derrame, dor de dente e de cabeça
<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	Pião roxo	Folha	Banho	Aborrecimento e quebranto de criança
<i>Pedilanthus tithymaloides</i> port	Coramina	Folha	Chá	Coração
FABACEAE <i>Caesalpinia férrea</i>	Jucá	Fruta	Chá	Anemia, infecção, estomago, gastrite
<i>Cajanus cf. indicus</i> Spreng	Feijão-andú	Folha	Chá	Constipação, infecção intestinal
<i>Dalbergia monetaria</i> L.	Veronica	Arvore toda (caule)	Chá	Ameba, diarreia, anemia
<i>Dipteryx odorata</i> (Aubl.) Willd.	Cumarú	Fruto	Suco	Tira estrepe, fura tumor
<i>Hymenaea courbaril</i>	Jatobá	Casca	Chá	Tosse
<i>Ormosia coutinhoi</i> ducke	Buiuçu	Sumo do caule	Suco	Infecção, constipação
FRUBIACEAE <i>uncarina tomentosa</i>	Unha de gato	Caule	Chá	Infecção intestinal, câncer de mama, asma,

				pulmão, febre, gastrite, coração.
GRAMINEAE (POACEAE) Cybopongon cityratus (DC) Stapf	Capim-santo, capim-saúva, capim-marinho	Folha, raiz	Chá	Queda de cabelo, pressão alta, limpa o intestino de criança, calmante
Hymenachn amplexicaulis	Canarana felpuda	Folha	Chá	Infecção urinária, infecção no rim
IRIDÁCEAE Eleutherina Plicata	Marupáí	Fruto, raiz	Chá	Diarreia, ameba
LABIATAE (LAMIACEAE) Rosmarinus officinalis	Alecrim	Folha	Fricção	AVC, convulsão
LAMIACEAE (LABIATRE) Origanum majerona L.	Magirona	Folha	Chá	Febre; dor, dentição
LAMIACEAE Aeollanthus suaveolens Mart. ex Spreng.*	Caatinga de mulata	Folha	Chá, fricção	Dentição de criança, convulsão, Derrame, dor de cabeça, ouvido e no estomago, furada de prego, Cólica
Aloysia triphylla (L'Hé.) Britton	Erva cidreira	Folha	Chá	Sonífero, insônia, pressão alta
Mentha arvensis L.	Hortelã, hortelanzinho	Folha	Chá, suco	Dor de cabeça, de garganta e de estomago, Gripe,

				quebranto, tosse e febre, diarreia
Mentha sp	Hortelã do sertão	Folha	Chá	Infecção
Ocimum gratissimum L.	Alfavação	Folha	Chá	Conjuntivite, constipação, dor de cabeça, infecção urinária, resfriado
Pogostemom patchouly Pell.	Oriza	Folha	Chá	Infecção respiratória, mãe do corpo, coração
Plectranthus barbatus Andr.	Boldo	Folha	Chá	Fígado, dor no estomago, gastrite
Scutellaria purpurascens Sw.	Trevo roxo	Folha	Suco	Dor de ouvido e Diarreia
LAURACEAE				
Cinnamomum verum J. Pres	Canela	Folha	Chá	Pressão baixa
Persea americana Mill.*	Abacate	Folha	Chá	Anemia
LEGUMINOSAE				
Trifolium repens	Trevo branco	Folha	Banho	De criança recém nascida
LILIACEAE				
Aloe vera	Babosa	Folha	Suco	Infecção no estomago e no útero, queda de cabelo, gastrite
LYTHRACEAE				
	Sete dores/ Sete Sangria	Folha	Chá	Febre e dor

Cuphea carthagenesis (Jacq.) J.F. Macbr				
MALVACEAE Alecea rósea	Malva rosa	Folha	Chá	AVC, palpitação nervosa
Sida rhombifolia L.	Mata-Pasto	Folha	Chá	Limpar intestino
Gossypium Barbadeuse	Algodão	Folha	Suco	Corte e tosse
Abelmoschus esculentus (L.) Moench	Quiabo	Fruto		Colesterol, gastrite
MELASTOMACEAE Nespesera aquática aubl.	Barba de Paca	Folha	Chá, Banho	Asseio feminino, infecção urinaria
MELIACEAE caropa guiamensis	Andiroba	Casca, caule, fruto/óleo	Chá, uso tópico, xarope, ingestão do óleo	Gripe, tosse, golpe, antibiótico, sinusite, cicatrizante, rejuvenescedor, dor de garganta.
MIMOSACEAE Stryphnodendron adstringens (Mart.) Coville	Barbatimão	Casca do caule	Chá	Útero, inflamação
MORACEAE Fices sp. L	Cuxinguba	Casca/leite	Chá	Verme
MUSACEAE Musa sapientum L.	Banana	Flor, leite e folha	Suco, emplasto, chá	Vomito, nervoso, queimadura
MYRTACEAE Eucalyptus sp.	Eucalipto	Folha	Chá, suco	Tosse, diarreia, gripe, queda de cabelo, infecção, resfriado, constipação, dor

				de cabeça e de garganta
<i>Syzygium aromaticum</i> (L.) Merr. & L.M. Perry	Cravinho	Folha	Fricção	AVC, convulsão
PIPERACEAE				
<i>Peperomia pellucida</i> (L.) Kunth	Comida-de-jabuti	Folha	Suco, chá	Micoses, Infecção no rim e urinária
<i>Piper marginatum</i> Jacq.*	Elixir-paregórico	Folha	Chá	Estômago, ventosidade
PONTEDEIACEAE				
<i>Brosimum acutifolium</i>	Mururé	Casca	Chá	Anemia
PORTULACACEAE				
<i>Portulaca pilosa</i> L.*	Amor-crescido	Toda a arvore (folha)	Suco, chá	Estômago, fígado e queda de cabelo
PHYLLANTHACEAE				
<i>Phyllanthus corcovadensis</i> Muell. Arg.	Quebra-pedra	Folha, raiz	Chá	Infecção no rim e urinária, Pedra no rim
PHYTILACACEAE				
<i>Peteveria alliacea</i>	Mucuracaá	Folha	Banho	Dor de cabeça e constipação
PLANTAGINACEAE				
<i>Scoparia dulcis</i> L.*	Vassourinha	Folha	Banho	Aborrecimento e quebranto de criança
RUBIACEAE				
<i>Coffea arábica</i> L.	Café	Folha verde (grelo)	Chá	Diarreia
<i>cephaelis ipecacuanha</i> A.	Pecaonha	Folha	Chá	Febre
RUTACEAE				
<i>Citrus aurantiifolia</i> (Christm.) Swingle	Limão	Caule, folha, fruto	Suco, chá, banho	Aguar o sangue, gripe, dor de cabeça e febre

Citrus sinensis (L.) Osbeck	Laranja	Folha	Chá, banho	Gripe, dor de cabeça e febre
Citrus sp.	Lima	Folha	Chá	Coração
Ruta graveolens L.*	Arruda	Folha	Chá, Suco	Dor de cabeça; AVC, convulsão
URTICACEAE Urtica dioica L.	Urtiga	Folha	Suco, chá	Tosse, dor de garganta, estanca o sangue, diarreia, inflamação e menstruação
Cetrus Aurantuim	Vergamota	Folha	Banho, chá	Dentição, diarreia de criança
VERBENACEAE Avicennia nítida	Milindro	Folha	Chá	Tonteira
Lippia alba (Mill.) N.E.Br.*	Carmelitana	Folha	Chá	Febre, dor de cabeça
Lippia a/ba (Will.) N.E.Br.	Cidreira	Folha	Chá	Pressão alta, insônia
VITACEAE cissus verticillata (L.)	Pucá	Folha	Fricção	AVC, convulsão
ZINGIBERACEAE Zingiber officinale Roscoe	Gengibre	Raiz	Suco, chá	Menstruação, cólica, tosse, dor de cabeça, resfriado, dor no peito.
Não identificada	Amisque	Fruta	Chá	Cólica, pneumonia
Não identificada	For sangue	Folha	Chá, banho	Anemia; dor de cabeça, fortificante, hemorragia.

Não identificada	Istoraque	Folha	Chá	Febre, gripe, tosse
Não identificada	Lírio de índio	Folha	Suco, chá	Contra inflamação, AVC, tira estrepe
Não identificada	Lírio do mar	Folha	Suco	Infecção
Não identificada	Magirona branca	Folha	Chá	Hemorragia
Não identificada	Miolo de criança	Folha	Chá	Picadas de animais (arraia, insetos, cobra)
Não identificada	Necrosam	Folha	Chá	Dor de Estomago
Não identificado	Panama	Caule	Assar	Olho
Não identificada	Puruã	Folha	Chá	Palpitação
Não identificada	Rosa verde	Folha	Chá	Coração
Não identificada	Carapanã	Casca	Chá	Diabete
Não identificada	Camembeca	Folha/Raiz	Chá	Hemorroida

IMAGEM 2. Tabela de Plantas medicinais evidenciadas. Fonte: Acervo de pesquisa: Pedro R. S. do Carmo.

Na falta de um especialista formado na área da saúde, um médico ou enfermeiro, que pudesse cuidar dos enfermos. Se aplicava os conhecimentos populares sobre o uso desses remédios caseiros, os mesmos remédios serviam para as mais diversas doenças. Desde de infecção de pele até doenças graves como algum tipo de câncer como conta seu Jacinto Ramos.

[...] aquele tempo não, por que não tinha recurso pra dizer que vai procurar hospital médico outra coisa por que pra nós não tinha isso, era tinha em Belém, mais quem conhecia Belém? Ninguém ia e morria mais vivia muito, era oitenta, noventa anos, só se pegasse aquela doença como deu muito, hoje não sei como é o nome mais naquele tempo era congestão. A pessoa tava no seu trabalho com corpo quente se ele pegasse uma chuva ou metesse o pé n'água ele pegava a ta de congestão, e essa congestão não tinha doutor que desse remédio, era difícil escapar. Mais também era difícil a gente tinha todo cuidado, só numa casualidade pra acontecer isso, então a nossa vida era uma vida muito tranquila, muito boa, de experiência com amigo com tudo. [...] (Jacinto Ramos em 15/06/2017).

Embora eles não tivessem um diagnóstico científico que comprovasse a existência de tal doença. Além das ervas muitas das vezes se fazia uso das benzeções para diagnosticar a doença e achar o remédio certo. Algumas pessoas, devido à convivência com as benzedadeiras, acabavam aprendendo alguma técnica de cura, segundo nos fala o seu jacinto Ramos de Miranda:

Eu curava um cubreiro, como até em tapajós eu curei um cubreiro que tava acabando a carne de uma pessoa e com três dias ele chegou no meu rancho já pra caçar, era com remédio caseiro, eu tenho experiência do remédio caseiro pra curar várias doenças e que eu me curo, Deus que me cura, mais eu me curo fazendo chá e com a experiência que quase eu não uso remédio da farmácia por que... é, traz consequência, quando a gente toma sessenta comprimido numa caixa que cura aquela doença a gente já fica com dois sintomas de outra doença, e isso aí nós nunca podemos viver feliz ou sarado. [...] (Jacinto Ramos em 15/06/2017).

Seu Jacinto, um senhor de 78 (setenta e oito) anos, diz que sempre se cuidou com os remédios caseiros e poucas vezes precisou ir ao médico durante toda sua vida, hoje aposentado ganha a vida vendendo ervas e cascas de pau medicinal na feira de Mocajuba.

Segundo Pinto (2010, p.264) “é comum recomendarem ou ministrarem aos seus clientes poções, banhos, emplastos, unguentos, xaropes, defumações destinados a cura das mais diversas enfermidades”.

Para Moraes (2016), essa forte e diferenciada relação estabelecida com o meio natural, faz com que os ribeirinhos sejam detentores de muitos saberes tradicionais, como o uso de plantas medicinais, saberes sobre as épocas de plantio da terra, o ritmo e caminho das águas, entre outros. Tais conhecimentos são geralmente passados de gerações a gerações, com o intuito de dar continuidade e eternizar a identidade cultural de determinada população.

A prática da medicina natural ainda persiste na comunidade de Santo Antônio de Vizeu, como uma forma alternativa de tratamento. Embora esses conhecimentos esteja enraizados na memória dos moradores que ainda utilizam as plantas medicinais para tratarem de doenças menos grave, como uma diarreia ou dor de cabeça. Na comunidade só existe uma benzedeira que sempre atende aos moradores com seus dons de benzer e puxar, porem já se encontra bastante debilitada encontrando dificuldade em manter se na profissão. E com ela essa prática está ameaçada de acabar na comunidade pois não se encontra ninguém dos novos que queiram desenvolver essas habilidades, pois os mesmo se sentem envergonhados para realizarem esses serviços na comunidade.

Entretanto esses conhecimentos tradicionais são muitas vezes depreciados e estão perdendo espaço, inclusive na vida de seus detentores, os quais estão desvalorizando essas raízes culturais e priorizando outras com características mais urbanas – industriais, como por

exemplo, utilização cada vez maior de medicamentos químicos em detrimento de medicamentos fitoterápicos. (MORAES, 2016, p. 38).

As benzedeiras e parteiras são os personagens fundamentais nessas comunidades tradicionais, pois as mesmas exercem a função de medica e curandeiras se tornando em muitos casos as responsáveis pela cura e recuperação de pessoas já em estado crítico de doenças, além de serem as responsáveis pelo parto de quase todas as pessoas da comunidade o que as torna especial na vida de seus moradores com todos esses seus conhecimentos adquiridos com anos de profissão. Como nos conta dona Maria Cenira (Martinha) ao relatar sua história e como desenvolveu esse dom tão importante na sua vida e da comunidade.

com três dias quando deu umas meia noite, ai ela viu um homem perto da rede dela, ai ela chamou ela ei Marcelino vem aqui ligeiro tem um homem aqui perto da minha rede, foi na hora que todo eles levantaram, eles levantaram ai o olhou pra eles e correu, correu e caiu n'agua, ai ela disse to adormecida e agora que foi, vai lá chamar um curador pra benzer, foram buscar o curador pra benzer ai ele disse que foi um boto que veio lá na rede pra querer me levar, mais assim que ela deu logo o esparro foi ai ele correu e foi embora, mais já já fiquei admitida entendeu? Já fiquei já ..., já tinha jogado pra mim, não jogou pra ela jogou pra mim. (Maria Cenira, Entrevista realizada em 17/06/2017)

Para dona Maria, tudo começa nessa noite quando ela e sua mãe recebem uma visita inesperada que ela atribui ser de um boto transformado em homem, podemos ver ai que o misticismo é forte e faz parte da história de vida dessas pessoas que misturam o real com imaginário que são os contos locais e regionais, a do boto um dos contos mais comum na região ribeirinha onde essas aparições são comum para as mulheres e principalmente quando estão de parto por conta do encantamento das crianças recém nascida, essas histórias é comum e faz parte da vida dessas comunidades que tornam os místico uma coisa sagrada e fundamentam sua criação com respeito a natureza e temem às coisas que podem acontecer ao desobedecer esses fatos. Dona Martinha como é conhecida conta que aos nove anos começa receber as primeiras manifestações de espíritos que ao acontecer isso ela saia quabrando tudo na casa, isso tudo é relatado pela própria Dona Maria.

ai começu encosta em mim, começu encosta em mim ai eu vinha quando chegava de noite quando encostava em mim eu começava a quebrar fazia tudo deixava a casa limpa, foi foi, ai eu cuumecei já quando foi um dia cai minha irmã la embaixo, ai eu disse ah caiu caiu sacou o braço ai eu dei pelo essas bandas, ai eu disse olha tu quer eu puxo mana pra ti, deixa eu ver deixa eu ver se sacou, ai elas truxeram saiu isso aqui do lugar, ai eu peguei o azeite e foi fomentei bem e eu só torci e fez tró, olha ai já foi, foi embora. (Maria cenira, Entrevista feita em 17/06/2017)

A parti desse momento ela começou a trabalhar primeiro puxando as pessoas que se machucavam em serviço ou em jogo de futebol, com o passar do anos anos ela foi desenvolvendo outras habilidades e conhecimentos na arte de manipular as ervas medicinais.

Tudo isso foi desenvolvido sem ela receber nenhuma orientação ou ensinamento de outras pessoas, segunda ela no conta foi se manifestando naturalmente esse dom, primeiro o de puxar depois passou a benzer e conseqüentemente por ultimo começou a realizar partos das crianças da comunidade como podemos ver nos relatos de dona Maria conhecida como Martinha.

Quando foi de tarde vem a a finada Joana do Curilope tinha caído tava com três com seis meses de gestante, caiu caiu ela ta ruim ela ta jogando muito sangue ai como é? E ai o pessoal falaro olha a martinha já benze ela já já puxa, ela tem problema e ela tá trabalhando ai ela foi me buscar, o premero foi ela, ai chegou lá puxei eu disse olha, essa criança essa criança ta morta já, mais eu vou benzer perai que eu vou benzer, ai eu peguei uma rama benzi pá pá pá, disse e agora e agora, ai não tinha Mocajuba não tinha nada ai foi pra Cametá, foi pra Cametá ai quando ela chegou no outro dia lá a criança já estava mesmo ai foi olha era verdade, ai ta bom vim fiquei trabalhando isso com nove anos, com nove ano foi nove dez quando completei doze ai comecei a trabalhar, trabalhar já comecei puxar só não pegava o filho, ai vim foi me casei ai nós se dexemo com o marido ele ficou com a mãe dele e eu vim pra cá com minha mãe e mau pai, ai passa uns foi pra Belém, eu passei dois anos em Belém quando vim de lá ai eu já vim com José, aqui quando cheguei com Jose ai eu já comecei a pegar (Maria Cenira, Entrevista feita em 17/06/2017)

Segundo os dados que ela nos deu já realizou mais de duzentos e três partos desde quando começou trabalhar realizando parto. Das pessoas da comunidade de Santo Antônio ela realizou de todos os nascidos lá, conta que já fez mais de sete parto só de uma mãe e que até então nunca aconteceu de perder nenhuma criança no ato do serviço, isso lhe dá uma segurança e aumenta a confiança das famílias na hora de permitir que ela realize o parto das mulheres e também se torna motivo de orgulho para ela, segundo ela de longe já sabe como ta a condição da criança na barriga da mãe e isso ajuda ela a acalmar as mães quando chegam agoniadas com dor. Em sua conversa ela como toda parteira expressa toda sua religiosidade e temor a Deus e diz que não é ela quem reliza esse trabalho e sim é apenas um instrumento de Deus e agradece sempre por ter esse dom onde ela pode ta ajudando as pessoas.

1.3. OS SABERES DA ARTE DE CAÇAR E PESCAR, A PRÁTICA TRADICIONAL COMO MEIO DE SOBREVIVÊNCIA.

São muitos os saberes que um caçador desenvolve na sua prática, na relação com a caça e mata, que são desenvolvidos pelos caçadores que criam seus próprios métodos de captura (armadilhas) das caças, bem como os remédios criados por eles que possibilite uma boa caçada. Podemos ver alguns desses saberes relatado pelo seu jacinto Ramos quando fala que:

Eu fazia um remédio muito fácil, são muitos os remédios com muitas pessoas eu passei eu gastei três pá de pilha, ai um senhor me ensinou o seguinte remédio : você pega três colheres de sopa de cachaça e três colheres de tucupi e nove ponta de pimenta malagueta, você coloca no cano da espingarda e deixa passar três dias depois de três dias você lava a espingarda com cachaça e vá pro mato e ai eu fiz conforme ele mandou que quando eu cheguei lá no mato, no primeiro dia, quando cheguei lá eu dei logo um tiro foi ver era um cachorro do mato, e ai foi ver meu irmão e já tinha matado uma paca, peguei voltei, de volta olhei alumiei era uma paca ai peguei atirei matei e foi no primeiro dia, ai pronto acabou, ai toda vez que eu tinha um dia ruim, ai eu fazia também outras coisas, a pimenta malagueta, só que me dava ruim por que eu não gosto de pimenta, eu passava pegava uma pimenta malagueta e passava três vez da bomba até no ponto onde findava, três vezes e ia pro mato, era só chegar la no mato e sem demora ai, tava matando a caça. Mas que pra quem é caçador num tem caçador que diga que num fica ruim, fica, isso é uma coisa da natureza, não tem quem diga então, pra um cachorro eu curava ele morria correndo o viado o porco o que fosse, eu tirava um pedaço do fígado quando eu matava o bicho tirava um pedaço do fígado não era grande, eu partia eu riscava em cruz e ai eu botava três coisa, misturava três coisa e metia lá dentro, eu vou falar quiser aprender vai ser lá, pode aprender. E que não vai falhar mesmo, era o carajuru a espinha do puraqué(peixe elétrico), hoje isso não é muito difícil tem, e um oque o ouvido de uma agulha pegar do miolo do boto, essas três coisas metia la dentro e dava pro cachorro engoli, ele morria correndo atrás da caça. (Jacinto Ramos), entrevista cedida em 15/06/2017.

Seu jacinto foi caçador durante toda sua juventude, caçava todos os tipos de animais. Porém sua especialidade era a capturar onça para tirar o couro para vender. Ainda jovem sofreu um acidente na mata onde a espingarda do seu parceiro disparou atingindo-o nas costas, fazendo com que ele encerrasse sua carreira de caçador, mas a experiência que ele possui na área é muito grande e ele repassa esses conhecimentos para a nova geração.

Outra prática comum era a pesca de forma artesanal, feita somente para o consumo próprio, também eram feitas armadilhas utilizando recursos da natureza para a fabricação das armadilhas como nos conta o senhor Laudelino da Silva Sacramento, 90 anos, aposentado, que nos fala sobre a prática da pesca na época:

Olha tinha o cacuri, era eu que trabalhava ia cortar estaca, eu que trabalhava todinho, a gente trazia aquelas varas do mato apontava o pé da vara, alimpava o chão agora afincava afincava o as estaca assim que fazia o cacuri, agora fazia uma parede de estaca que era a parede do cacuri. Dois cacuri um de um lado outro doutro. O buto corria quando não entrava num cacuri o peixe entrava noutro cacuri. A tala era de era de ajuuba, do najazeiro, o cipó era o cipó que tinha ai no mato que chamava de cipó tracuá. Teci o pari com esse cipó, o pari era só um tamanho, era só um tamanho o pari por que não podia fifica feio, desde das talas. Nós cortava tuda as talas no mato, na arvore do najazeiro levava fazia o monte agora ia tirar a medida pra ficar só num cumprimento rachava colocava num vara assim próximo da terra assim uns dois parmo de artura, botava a tala pra secar, depois que ela secasse ia buscar lá trazia no ombro pra beira. (Laudelino da Silva), entrevista cedida em 15/06/2017.

Esse era o instrumento usado para a captura de peixe na beira do rio, conhecido na região como paredão, se fazia também os pari pra capturar camarão, da mesma tala da palmeira do najazeiro porem menor e mais trabalhado, do mesmo material se confeccionava o matapi. Com

esses instrumentos eram realizados as pesca como a tapagem pra pegar camarão, a gapuia, essas práticas não eram predatórias e não causava grandes impactos ao meio ambiente.

Não tinham instrumentos com tecnologias avançadas como há atualmente, por exemplo a malhadeira, as flechas. A cultura da pesca era toda artesanal e só era praticada para os sustento das famílias. Na atualidade a comunidade sofre com a escassez de alimentos, principalmente a pesca. segundo os moradores a falta do pescado é resultado da construção da hidrelétrica de Tucuruí, que causou um grande impacto ambiental nas regiões ribeirinhas do baixo Tocantins, sendo um dos principais problemas a falta de peixe.

Outra prática comum na região e que até nos dias atuais se realiza é a gapuia, um método antigo e tradicional de capturar camarão, sua prática era comum pelas mulheres da comunidade que levavam seus filhos para ajudá-las. Segundo nos relata dona Maria Rodrigues a gapuia é realizada da seguinte forma: procurava uma grota (um igarapé raso) que estivesse com bastante camarão, esperava a água começar vazar (secar), chegada a hora certa, quando o igarapé estava raso o suficiente para caminhar no canal, com a quantidade da água mais ou menos na altura dos joelhos, então se fazia a mocoóca, uma pequena represa no igarapé, essa represa é feita de galhos de arvores secos e barro (argila), feito isso a água represada é secada com baldes ou latas até secar todo o igarapé, nesse processo duas pessoas secam a água e as outras vão catando o camarão e os peixes que ficaram presos. Essa prática sempre envolve toda a família e em alguns casos os vizinhos são convidados, quando é assim o produto é dividido por igual entre as pessoas que trabalharam.

Essas práticas já foram muito frequente na localidade, a maioria de deixaram de existir outras ainda resistem ao tempo e as mudanças na comunidade, como por exemplo essas práticas de pesca tanto do camarão quanto dos peixes e da caça, ainda resistem ao tempo por serem atividades necessárias para sobrevivência das famílias, porém a gapuia já acontecem com menos frequência que antes, a forma mais viável de pegar camarão é utilizando as armadilhas de tala os matapi, instrumento usado por todos os moradores na captura de camarão.

Um fator que contribui para o abandono dessas práticas de pesca é a escassez de peixe na região, gerando uma preocupação para os moradores que dizem não ter mais aquela fartura de antes. Quando você não encontrava dificuldade em mariscar e pegava grandes quantidades essa é outra realidade que contribui muito para o abandono dessas práticas tradicionais de pesca, os moradores atribuem esse fato a construção da hidrelétrica de Tucuruí, dizem que desde sua construção a região passou por muitas transformações naturais.

É importante ressaltar dois fatos que marcou a vida dos ribeirinhos depois da construção da hidrelétrica em duas décadas que marcou a vida dos moradores e definiu a geografia do

lugar, o primeiro foi no ano de 1926, com uma grande cheia que inundou todas as comunidades ribeirinhas fazendo com que seus moradores se deslocassem para outros locais mais altos, abandonando suas casas, o mesmo fenômeno ocorreu em 1980, dessa vez numa proporção muito maior que a do ano 26.

Todas as casas ficaram submersas, dessa vez esse fenômeno provocou mudanças na formação geográfica do rio, surgindo assim uma ilha que acompanha quase toda a extensão da comunidade, com um pequeno igarapé cortando por trás de uma ponta na outra.

1.4. A RELIGIOSIDADE COMO EXPRESSÃO TRANSCENDENTE DO COTIDIANO RIBEIRINHO DE SANTO ANTÔNIO DE VIZEU.

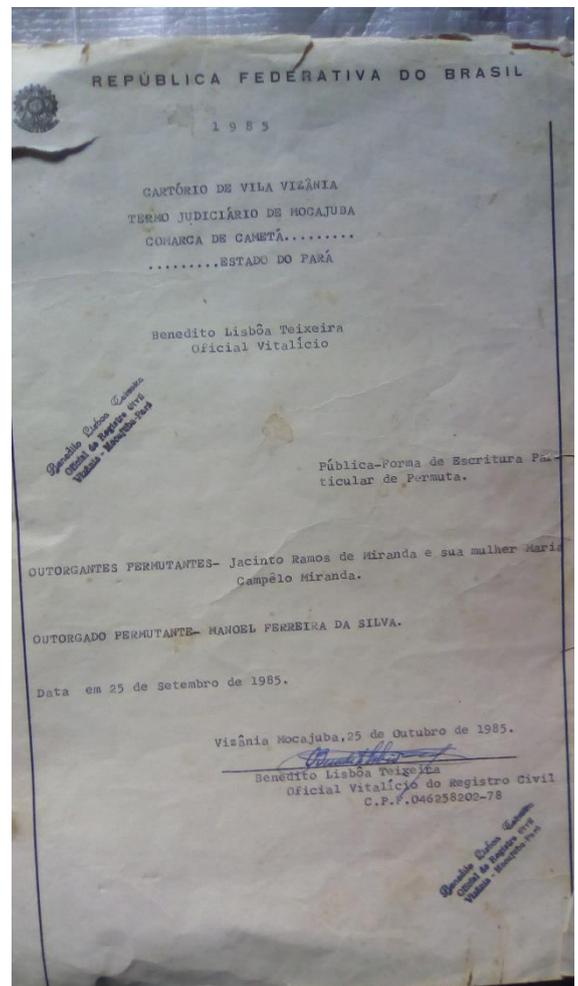
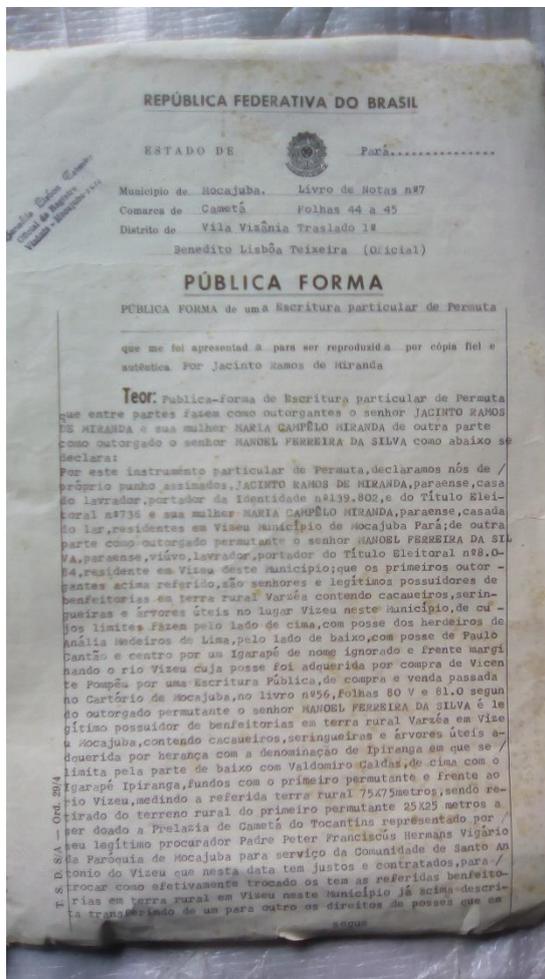


FOTO 3: Título de doação de terra para a paróquia Fonte: Gerson Campelo

Descrever a religiosidade de Santo Antônio do Vizeu é debruçar-se na beleza que nos encanta da fé, o que está presente na vida das pessoas, principalmente no meio rural, onde as venerações dos santos são fortes e vivas, expressadas no cotidiano de cada um através de seus cantos, danças, cultos e brincadeiras. Segundo a oralidade local, a religiosidade sempre se fez presente também como parte do processo de formação da identidade das pessoas e da comunidade. Eram expressas através dos rituais, pedindo as bênçãos e a proteção para realizarem um bom trabalho na lavoura, principalmente no plantio da mandioca. Neste sentido encontram-se também elementos da cultura negra vivenciados pela comunidade nas suas celebrações antes do plantio da mandioca, o que nos mostra o misticismos das práticas religiosas deixada como herança dos seus antepassados como nos conta seu Laudelino:

[...], tinha um ..., como é que diz? Um (pausa) um batalhão, batalhão aqui nossa Senhora de Nazaré tinha, ainda conheci. Ai tinha muita coisa, tinha o General, tinha o presidente, tinha a capitoa, todo do batalhão, o batalhão era da santíssima trindade. Batalhão de serviço de roça. Olha funcionava assim; de manhã, quase todo, todo que ia fazer o serviço ele mandava rezar na vespa do serviço dele. Mandava para santíssima trindade, as pessoas todo vinham, o batalhão, e (pausa), tinha o samba de noite, eles amanheciam dançando, tinha samba que amanhecia dançando e amanhecia o dia e cabava o negócio do samba e io tratar do serviço do centro, da roça, ia pra lá todo o pessoal pra lá ia, assim que era. Era almoço e janta, dava a janta na véspera do convidado e dava almoço no dia do convidado, o trabalho que nós fazia, nós ia lá pra roça, quem saia pra cortar a maniva saia, quem saia pra cuvá saia, quem saia pra samia a maniva saia e tinha as plantadeiras pra plantar. Mais isso não era poca gente, era muita gente, [...] (Laudelino a Silva), entrevista cedida em 15/06/2017.

Esses batalhões eram responsáveis pelos trabalhos na roça, nada mais eram do que a vizinhança reunida um dia antes do plantio para rezar, cantar e dançar; esse ritual envolvia reza, o samba de cassete e o ganzá, eles passavam a noite em festa em preparação para o dia seguinte quando iam plantar na roça. O batalhão era composto por general, a presidente, as cantadeiras, as plantadeiras, os coveiros. O responsável ou dono do trabalho organizava tudo, dava alimentação, bebida e o espaço para fazerem essa celebração, hoje conhecida como convidado, eram os vizinhos que se reuniam para trabalhar de forma doada ou como uma troca de favores.

Era forte a presença da cultura negra na comunidade e a fé nos santos católicos, pois mesmo sem ter comunidade formada pela igreja católica no local, havia um senhor que tinha uma imagem e ali funcionava uma irmandade onde ele festejava sempre o santo Antônio e o sagrado coração de Jesus. As novenas, um importante acontecimento social, onde as pessoas se reuniam pra compartilhar suas experiências e também observar outros elementos da estrutura social da comunidade, funcionava nas casas, esses cultos ficavam na responsabilidade da

família do seu Benedito caldas que tomava frente das organizações religiosas e organizavam as novenas e todas as festas que aconteciam no rio, ficando com eles toda a renda arrecadada durante o festejo, e as demais famílias do rio só iam participar sem nenhum compromisso, como podemos acompanhar no relato do seu José Mendes.

Durante toda a pesquisa desenvolvida na comunidade encontramos resquícios da presença de religiões africanas como o candomblé ou umbanda, pois alguns rituais também eram derivados dessas crenças, algum tempo depois da fundação da comunidade Cristã católica em sua terra doada para a paróquia, aproximadamente um ano após, surgiu a presença dos evangélicos protestantes no local, aos poucos foi se firmando ganhando adeptos e fieis até conseguirem construir sua primeira igreja. Os membros que compunham antes a comunidade Católica agora faziam parte de outra denominação religiosa, com isso os evangélicos cresceram rapidamente no rio.

Com relação as outras manifestações religiosas não se tem registro da presença delas, deixando de existir a questão do sincretismo religioso, esses dados foram coletado segundo os relatos orais de seus moradores. A única expressão religiosa existente na comunidade desde sua formação nos contam os moradores foi o catolicismo que por muitos anos imperou por lá, até a chegada dos evangélicos, essas duas religiões predominam até nos dias atuais nesse rio, com o tempo a igreja católica vem perdendo espaço para os evangélicos que já são maioria na comunidade.

Olha (pausa) a comunidade, era, nu era comunidade era irmandade, era ali no Benedito Caldas bem ali. Festejavu Santo Antônio e festejavu Sagrado Coração de Jesus, era lá, lá onde o Dorimar mora, lá era a festa do padroeiro Santo Antônio e do da sagrado coração de Jesus, bão ..., muitos anos ele fazia essa festa lá. E ai pá vai pra li vai pra culá e essa festa bonita dava muita muita gente, mais era mandade nu era festa comunidade, era mandade essa festa, era, o dono era Benedito Caldas, do Santo nu era de dizer assim era da responsabilidade da Paróquia. Bão ai o Marcelino Lopes, Marcelino Lopes que era o morador daqui do viseu, fez uma festa chamado festa que era da Catarina, santa Catarina, fez uma festa, esta festa eu murava lá na casa do Marcelino Lopes, esta festa quando foi na noite da missa que o padre vinha pra celebrar ele dormia, que ele vinha pra celebrar a missa no outro dia, não huje que o padre vem de manhã e volta (risada), ai o padre sorgiu o nome de comunidade era o padre Leonida parece, sorgiu o nome de comunidade já sorgiu o nome de comunidade e ai o padre perguntou pro Marcelino lopes se tinha um lugar pa pra fazer essa comunidade, que era bonita a comunidade e era bem animada ele disse tem, e ai ele mustru aquela comunidade lá esfola bode, foi daí que veio que nasceu esta comunidade, bom ai fui, ele disse que ele ia duar, ele ia vender esse terreino ai pra comunidade. Bom ai nós trabalhemo um bocado, muitos anos nessa comunidade ai, o Danilo Costa era (pausa), ele e o Osvaldo Bastos era os coordenador, premero coordenador dessa comunidade, Osvaldo Bastos e Danilo Costa, e fizeram um barracão bonito, grande o barracão, e com tanta vontade que ele queria ele sempre tem a vontade, compadre Osvaldo Bastos quando é tempo de festa ele vem embora prai, o dia inteiro ai festa, ele ajuda muito e ai fizero colocaram a pedra, a pedra e sentaram

a comunidade Santo Antônio de viveu (José Mendes), entrevista cedida em 15/06/2017.

Passados todos esses acontecimentos, foi construída a capela com a ajuda do prefeito, na época, que fez algumas doações de madeiras, fizeram o centro comunitário de Santa Catarina, porém o padre encarregado da época não achava certo festejar a Beata Santa Catarina por não ser uma santa reconhecida como os apóstolos, desta forma a Prelazia exigiu que fossem formadas e implementadas as comunidade Cristãs, porém era preciso que tivesse terra própria, como nos relata o senhor Jacinto Ramos de Miranda.

[...] chegou o marcelino Lopes e comprou outra casa que ele era la de Santana, comprou que era uma fazenda tinha uns quatro boi e umas coisas e lá ele fiz um barracão a prefeitura fez um barracão pra uma sala de aula, ele dava era festa, ele fazia a festa de santa Catarina e era festa e ai fazia também tudo o evento que tinha era lá. E ai os padres começaram a ir rezar a missa lá, e ai o padre ..., ainda era do padre porronca, mais eram três padres que tinha, Padre Pedro, Padre porronca e um não sei se era o padre Leônidas primeiro ou o padre Manoelzinho, mais um deles ai veio uma ordem deque já tinha comunidade, tinha comunidade já em 1966, já tinha comunidade e tinha que ter uma terra da comunidade aonde fizesse uma capela ou um barracão, mais da comunidade e lá era um barracão de donos que era o seu Marcelino Lopes. E ai fizeram uma reunião muito grande onde o padre determinou que tinha que tirar de la, mais também não podia ser a beata Santa Catarina por causa de que tinha que ser um apóstolo, um Santo. Então como nós tinha festejado vários anos o Santo Antônio, ai nós achamos que devia ser o santo Antônio ai ele aceitou, o padre aceitou e nós fizemos se reunimos e fizemos uma comunidade, do mesmo lado que era do seu Marcelino Lopes e que era pra ele doar a terra e nunca pode doar, nunca quis doar só falava que ia doar e não fez isso. Ai o padre Manoelzinho nesse tempo eu tinha um convenio grande eu trabalhava na comunidade e ai nós fizemos uma reunião pra ver o que fazia, e eles já estava lá com os animadores, os animadores eram de Cameté, eram uns dez ou doze animadores de cada comunidade de cada lugar tinha um. Então ai tinha que tirar a comunidade de lá pra um lugar, então eu disse olha nós não temos pra onde tirar a comunidade, ele disse (padre) tem muito miritizeiro derribam uns quantos unem um com o outro assoalham e botam a comunidade la em cima, foi a resposta que o padre me deu mais brincando comigo (Jacinto Ramos, em 15/06/2017).

Não chegavam a nenhuma solução sobre a doação da terra, e sabendo da necessidade de criar uma comunidade cristã na localidade por acreditar nos trabalhos realizados por ela, e suas propostas de mudanças à formação pessoal de cada pessoa envolvida, bem como era uma forma de organização e estruturação social, criando meios de unir a comunidade para lutar em busca de melhorias para todos, o senhor Jacinto Ramos de Miranda, acreditando nessa proposta de mudança e nos ensinamentos das doutrinas religiosas, resolveu doar uma parte de sua terra para a igreja, veja documento (foto 2) para construir sua capela onde o povo pudesse festejar e celebrar o seu santo de devoção. Tudo isso ele nos relata em sua fala:

Eu disse então vou doar 25m (vinte e cinco metros) da minha terra que ficava bem defronte (em frente), e ai nós ..., passamos a comunidade e ele disse tem que tirar e tem que passar. Marcamos o dia e todo mundo foi, tinha uns que era contra o pessoal

do Marcelino eram contra e não queriam que tirasse de lá o barracão e quando chegou no dia em que o padre disse que tinha que fazer pra cima de um miritizeiro viraram tudo a favor e quando foi na semana mesmo nós passamos a comunidade e fizemos a comunidade e que essa comunidade tinha um título de comunidade a cassula do Tocantins. Quando eu não pensava chegava uma lancha da prelazia de Cametá cheia de pessoas, homens mulheres pra passaer lá com a gente três horas, quatro horas da tarde e umas seis horas iam embora. Mais infelizmente quando eu sai de lá em oitenta e quatro eu entreguei a comunidade e começou ficar muito diferente e que hoje ela já tem outra comunidade zinha o povo não viveu mais unido. Ela existe, ela é a principal eu adoei o terreno e tá tudo em documento ai, tem o documento ai, tá tudo na prelazia tudinho e que eu adoei a terra e tá lá, ela á da comunidade ela nunca acaba, hoje ela tem a igreja ela tem a barracão e ela tem tudo o que precisa. Agora ela não é só lá, não tem uma inteligência como tinha quando nós antes que tinha os animadores, eu gostava muito por que os animadores dá uma força muito grande, como hoje não, fica uma comunidade e só quando tem um evento lá e tanto de animadores não, de vez em quando tinha um trabalho, tinha uma coisa, a gente tinha aquela, aquela confraternização de está assim conversando aprendendo muito mais, que eu aprendi, que eu hoje tô esquecido, não tenho mais uma vida, uma vivencia pra tá na igreja pra adoar meu trabalho, fazer de tudo. (RAMOS em 15/06/2017).

Com o centro comunitário pronto começaram os trabalhos catequéticos e de formação de lideranças, a comunidade se tornou a principal referência do lugar, todos os eventos aconteciam lá. Na vida social e pessoal ela contribuiu muito para o crescimento de cada um que se envolvia na luta e se doava ao trabalho de evangelização, assim como na luta pela melhoria social. Durante todo esse tempo sempre saíram representações de lá para reivindicar direitos para os povos ribeirinhos, e são muitas as histórias que se ouvem sobre esses assuntos. Muitos chegaram a participar de movimentos como: o grito da terra Brasil, a marcha das Margaridas, o grito da Amazônia, e assim por diante; a comunidade sempre mandava representantes para esses movimentos.

Comunidade católica era a única organização que existia na comunidade e buscava melhorias para o povo, já foi muito forte, porém, perdeu sua força, principalmente com o surgimento de outras igrejas evangélicas, onde parte das pessoas que eram liderança na igreja católica se sentindo em alguns casos, insatisfeitos com algumas atitudes na comunidade, usaram disso para fortalecer a igreja evangélica no rio, que aos poucos foi ganhando seu espaço junto aos moradores. Das pessoas que ajudaram na construção dessa história, muitos já morreram outros mudaram de religião e, outros não moram mais na comunidade.

Com muita luta ela ainda resiste em meio a tantos desafios, correndo o risco de ser esquecida com o passar dos tempos, como parte dessas culturas que foram se perdendo no tempo até deixarem de existir, juntamente como a história de santo Antônio de Vizeu que está vulnerável ao esquecimento, pois não existe nada escrito, com exceção de trabalhos acadêmicos sem publicação. Alguns moradores mais antigos já faleceram, outros já não moram no local e/ou não conseguem lembrar da história devido à idade avançada. Os que ainda residem na

comunidade, não têm a preocupação de contar as histórias antigas para os filhos mais jovens da comunidade a fim de manter viva a memória histórica do lugar.

1.5.DO BANGUÊ AO CARNAVAL DAS ÁGUAS: CULTURA E IDENTIDADE SOCIAL DOS MORADORES DE SANTO ANTÔNIO DO VISEU

Ouvindo as histórias dos moradores mais antigos, podemos constatar que existia muitas manifestações culturais nesse período que vai de 1930 até meados dos anos de 1990, muitas dessas manifestações eram a única forma de diversão dos moradores e era frequente na comunidade, como o samba de cacete, banguê, cordão de boi e o carnal mascarado (bloco das águas), que funcionavam de forma celebrativa entre os moradores. Essas manifestações expressavam a identidade e a forma de vida deles, as celebrações estavam sempre relacionadas à alguma atividade desenvolvida pelos moradores, o mais comum eram os convidados (mutirão) para plantio de mandioca. Como podemos observar na fala de nosso entrevistado quando perguntamos sobre essas culturas da época.

Ai nós fazia cordão de boi, eu. Toquei muitas vezes carnavá, muitos anos eu ensaiava carnavá eu doutrinava aquele povo que eu era o chefe, eu sai o outro depois saíram de lá os que tocavam saíram mais o cordão de boi parou no tempo mais o carnaval não parou. Pois é por que o cordão de boi nós tinha um senhor lá por nome Plácido esse era dos antigos, então nesse tempo eu e meu irmão nós éramos novo, um rapaz novo, mais o meu irmão era o tuchaua, pra quem conhece o cordão de boi tinha a tribo dos índios, então ele era o tuchaua e eu era um camponês por que ai tem um grupo de pessoas que era os índios e um grupo que é o camponês e outro que era os doutores, ai tem o pai Francisco e a caterina. A caterina é ela que faz as gaiatesa no cordão e tudo mais e os camponeses, tem o primeiro e segundo amo, eles tiro a um. a a partitura e a gente responde o verso, e com isso. O carnavá não. É diferente chama uma música, um conjunto pra tocar pra gente e ai ensaia só a parte a gente fala pra eles e eles que fazem as partes e ai eu fazia, tirava a parte e tenho até hoje eu tenho tudo elas na minha cabeça quase todas. Eu tirava a parte eu ensaiava todas as comedias eu doutrinava todo eles e ai saia, era um dos melhores cordão que tinha e era falado e até hoje o cordão do bola preta lá do vizeu, e não perdeu a fama até hoje. Mais hoje já é por menos. Isso nasceu de nós mesmo, é ii, por que a música que ensaiava de primeiro era uma pessoa por nome ..., era o satirinho e a irmã dele, era o que era da Vila do carmo, era eles que saia o carnavá mais depois eles perderam, morrero, e a gente ficou sendo.... o satirinho e a irmã dele. E a gente ensaiava e via como era e até hoje se chamar pra ensaiar um canava ou um cordão até hoje eu sei todo direitinho por que eu já fez e anda me lembro como é e posso fazer. (Miranda em 15/06/2017).

A cultura do cordão de boi ou boi bumbá, está na memória viva dos moradores da localidade, hoje o grupo não se organiza para brincar como antigamente, porque os jovens perderam o interesse de dá continuidade a essa prática, e os componentes do grupo estão idosos e não conseguem colocar em prática a construção das paródias e não possuem pique para

organizar o bloco, que exige muito trabalho. Mas ele descreve como acontecia com detalhes: tinha a mesma estrutura do bloco das águas, porém os personagens são totalmente diferentes, a maioria dos integrantes se caracterizavam de índios, que configura a tribo indígena, tinha um fazendeiro com sua filha a sinhá zinha, um velho e a velha que eram o pai Francisco e Caterina que fazia parte dos camponeses e eram quem mais fazia as palhaçadas na hora das apresentações e tinha os doutores que cuidavam de todos e tinha o amo do boi um vaqueiro dedicado que tinha uma relação muito próxima com o animal.

Suas apresentações tinham cantoria e encenações que retratava um acontecimento na fazenda do senhor que tinha um boi muito bonito como animal de estimação, em certo momento a Caterina deseja comer o coração desse boi e pede ao pai Francisco que mate ele pra realizar seu desejo. Conforme vai acontecendo a trama é cantada uma música onde todos dançam de forma circular no salão, todos muito bem caracterizados de acordo com seus personagens, ah uma batalha entre pai Francisco e o boi que passa a ser perseguido pelo mesmo, tudo isso com tom de comédia, até que certo momento pai Francisco consegue atirar no boi e mata, se toca uma música em seguida a sinhá zinha descobre e começa todo um ritual é chamado o tuxaua da aldeia para fazer o ritual e ressuscitar o boi, por fim ele consegue e todos fazem uma grande festa na fazenda.

Essas expressões culturais são fortes e muito presentes no modo de ser dos moradores da comunidade, que de alguma forma herdaram traços da cultura negra constituindo uma mestiçagem de identidade. Essa identidade foi se construindo com base nesses conhecimentos de fora, da cultura africana e indígena e que por muito tempo contribuíram para a animação, celebração e comemoração desse povo. Na maioria das vezes começava com uma simples brincadeira e que ganhava uma proporção gigantesca a ponto de proporcionar momentos de alegria para todos, como instrumentos produzidos por eles mesmo como no caso do ganzá como nos conta seu Marcos Sepeda:

[...]tempo de ganzar, tinha o ganzar, ganzar era feito aqueles instrumento uma caixa uma bateria, era reck era aquele bongo era banji tinha as vez dois banji e era assim, fazia era a gente mesmo que fazia, organizava aquilo e dava pra fazer isso, cantado tinha os cantores que cantavam ai os cantores botava duas voz duas pessoa[...].(Marcos Sepeda seu Neco 2017)

Com o tempo essas manifestações culturais foram deixadas de lado pelos moradores que agora recordam com saudade o que viviam. Alguns antigos da comunidade que tomavam frente dessas brincadeiras foram morrendo e os outros estão muito idosos e os jovens não foram incentivados a darem continuidade a tradição que acabou deixando de acontecer culturalmente.

Os jovens de hoje não chegaram a conhecer essas brincadeiras por isso não sabem falar sobre esse assunto e nem sabiam que existia isso na comunidade, pois também o costume de sentar em roda de conversa para contar histórias e repassar para os mais novos foi se perdendo e são poucas as vezes que eles sentam para contar essas histórias do local e os próprios jovens não buscam conhecer suas raízes. Hoje as expressões culturais existente na comunidade são poucas tendo maior ênfase ao carnaval mascarados ou blocos das águas, pois são poucos os jovens que querem dá continuidade mantendo-as viva, além disso não se tem grupos formados que trabalhe a valorização da cultura contribuindo para o desaparecimento das mesmas.

1.6. A ECONOMIA DA ÉPOCA DE 1930 A 1990 DO SÉCULO XX NA COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE VIZEU

A comunidade teve sua base econômica para comercialização nessa época de ouro os produtos naturais comercializados nas década de 30 a 90 do século xx, eram produtos extraídos da natureza e da lavoura tanto de cacau quanto das roças de mandioca que as famílias produziam, tanto para seu próprio sustento quanto para ser comercializada. Essas práticas da agricultura e do extrativismo sempre foram a base da economia local. Segundo os moradores mais antigos da comunidade em 1939, já era forte a comercialização de cacau e já existiam grandes plantações na comunidade, além disso tinha também a coleta de frutos da mata como relata o senhor Jacinto Ramos, sobre essa atividade e como movia a economia no lugar. Outro material que movimentou a economia dessas décadas, foi a comercialização da borracha da seringueira, nesse período de 1930 a 1990, inda era o auge da indústria gomífera na Amazônia e no País inteiro. Como bem enfatiza Ramos (2017):

{...}nosso trabalho nossas coisas todinho em que tinha pra trabalhar era lavoura, era juntar murumuru pra quebrar pra vender amêndoa, era bucuuba, azeite pra estilar, e isso era o trabalho por que não tinha como hoje em dia o grande benefícios que o trabalhador tem hoje. {...} (Jacinto Ramos, em 15/06/2017).

Nos conta seu Jacinto Ramos que existia uma fazenda de gado na comunidade que fazia parte de uma das propriedades de um dos comerciantes do lugar, e também quem detinha maior quantidade de terras era quem as arrendava para os moradores que não tinham onde trabalhar, fazer seus roçados. O cultivo do cacau na zona ribeirinha sempre movimentou a economia dessa

comunidade, antes apenas as pessoas que possuíam grande lotes de terra plantavam os frutos e contratavam os moradores sem condições de plantar para trabalharem na colheita dos frutos. Com o tempo os pequenos moradores foram conseguindo comprar aos poucos suas terras onde começaram a ir plantando seus próprios frutos. Outra prática comum de trabalho era a lavoura da roça, no cultivo e manejo da mandioca, arroz, milho, que gerava renda para as famílias e enriquecia cada vez mais os comerciantes locais, mantendo assim em suas mãos o poderio da época. (Jacinto Ramos, 2017).

Os desejos e anseios desses homens e mulheres de possuir sua terra própria para que pudessem trabalhar tranquilamente foi se concretizando aos poucos, com muito esforço. Os moradores pobres foram constituindo famílias e comprando suas próprias terras para poderem plantar e cultivar seus próprios produtos, saindo assim, do regime de escravidão, porém não da dependência dos comerciantes, pois os mesmos eram quem compravam as produções deles.

Quando questionado sobre as mudanças ocorridas na comunidade, por conta da economia local, se melhorou, o que melhorou, como era antes, as atividades que tinha antes se ainda são desenvolvidas como produção de renda pelos moradores, eles relataram que houve pouca mudança. Podemos constatar na fala de nosso entrevistado seu Marcos Sepeda, (seu Neco):

Olha um dia desse estava conversando sobre disso, tem problema, ele melhorou e piorou. Agora entenda, ele melhorou numa parte e piorou na outra. Por que antigamente você (pausa), huje, aquele tempo a gente vivia disso vivia de roça, vivia de corta seringa, vivia desses trabalhos assim e junta ucuúba da ucuúbeira, azeite da andirobeira e huje tá acabado, huje mudu, huje ta ta a dificuldade começou por ai, huje não se ajunta ucuúba, não se ajunta azeite, num... é difícil corta a seringueira, só ainda é a roça e utros trabalhos aumento oque? O açazeiro, o açái o plantiu do açái que num tinha aqui você via era, cunferia quantos açazeiro tinha nessas propriedades, huje em dia você não cunferi é muito por que o povo se dedicou a plantar o açái sabe? Plantar a açái. Uma ilha dessa aqui nunca teve um pé de açái, do ano de 1926 ficou esta ilha ta 26, ficou uma ilha dessa, de la pra cá olha da maneira que tá uma ilha dessa, vucê vai lá ta cheio de açazeiro é cacueiro é tudo. Mais ela ficou uma praia do ano de 1926 meu pai contava. Eu tenho um irmão que era de 1926 o Mundico mende era de 26 ele nasceu nesse ano dessa água grande. Só que a água era fui grande mais ela perdeu pra esse ano de oitenta, esse ano de oitenta muita gente disseram que foi maior do que o ano 26, e o Mundico era desse ano. Antão ele melhorou por causa do açái e o açái é um troço que todo mundo gosta bem poucas pessoas que não gosta (Marcos Sepeda, 2017).

As opiniões dos moradores são quase unânimes em alguns aspectos sobre as mudanças relacionados à economia, para alguns, antes era melhor, havia mais opções de ganhar dinheiro, as coisas eram mais abundantes, por isso era melhor, para outra essa falta desses recursos naturais que hoje é suprida de certa forma pela ajuda que eles recebem do governo como podemos analisar na fala do seu Edmundo.

Olha era mais difícil assim em termos assim, hoje tá um pouco mais fácil, mais naquela época era o que? Aquilo que a gente chama de gênero, gênero no caso o cacau, é a própria farinha que fazia roça pra comercializar, tinha também a parte extrativismo também do cacau o da andiroba, da ucuuba o próprio murumru né que hoje já tem de novo a compra mais antigamente era o foco, era isso que tinha. Não tínhamos essa renda que temos hoje por exemplo é oferecido pelo governo é o bolsa família, como o auxílio maternidade, como o seguro defeso, não tinha nada disso, então a vida era um pouco mais acreditado suprida do que hoje, hoje já tem essa facilidade pode ver até pela estrutura dos moradores, as casa que já melhorou bastante né. Antigamente pra você ver uma casa coberta de telha e fechada de tabua era muito difícil, hoje não, todo mundo tem, mais, com essa ajuda do governo por que ..., se dependesse mesmo só do extrativismo dessas coisa que a gente faz aqui não teria condição né de ter (Edmundo Ribeiro, 2017).

De acordo com a fala de nosso entrevista, vê-se que as mudanças foram muitas, principalmente a partir do momento em que o governo passa a dar assistência nos seus programas sociais, bem como o seguro defeso; outro fator é a importância dele na vida dos moradores ribeirinhos. Embora seja liberado apenas uma vez por ano com o objetivo de manter os moradores/pescadores, durante o período da desova dos peixes para se reproduzirem. Porém o seguro defeso tem uma importância muito além disso, que se torna significativa na vida dos moradores, eles usam esse dinheiro para melhorarem as casas, comprar eletrodoméstico e fazer pequenos investimentos para suas famílias.

Como a pesca não é o único meio de sobrevivência dos moradores dessa comunidade, pois os mesmos produzem cacau, trabalham na lavoura da farinha e caçam, conseguem se manter razoavelmente sem o período da pesca. E utilizam parte desse dinheiro liberado do seguro defeso para fazer as melhorias que precisam para suas casas e suas famílias, muitos conseguem fazer um caixa com esse dinheiro para conseguir algo maior em sua vida. Embora esse dinheiro seja usado dessa forma o período da desova é respeitado pelos moradores que procuram outros meios de subsistências, principalmente os que pertencem a parte da área quilombola devido haver em seu regimento o cumprimento de preservação da floresta, rios e respeitando os períodos de reprodução de peixes e de caças.

Portanto a economia local hoje, ainda se baseia na produção da lavoura de mandioca, com a farinha na maioria, para consumo próprio ou para vender mais em pequena escala. O que move e alimenta os moradores é a produção do cacau e o açaí, como já citado antes, esses dois produtos são as principais fontes de renda dos moradores na comunidade, agora com a ajuda do seguro defeso que oferece uma ajuda significativa para as famílias juntamente com o benefício do bolsa família que embora seja apenas uma ajuda pequena, faz uma grande diferença na renda familiar dessas famílias; além dos produtos da pesca que muitos praticam para venderem na cidade que ajuda na cesta básica, são esses fatores que movimentam a economia local.

CAPITULO II

UM BREVE HISTÓRICO DO NEGRO NO PARÁ, E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DENOMINADA “QUILOMBO”.

A história dos quilombos tem princípios já no período colonial brasileiro, quando milhares de negros eram trazidos da África, de lugares como: Guiné Bissau, dos litorais da angola e Moçambique para serem escravizados, e nesta condição supriam as demandas do trabalho nas lavouras canavieiras, nos engenhos, e em outras atividades que exigiam muita mão de obra. Neste sentido, com a escoação da produção da colônia para a metrópole portuguesa havia necessidade de muitos trabalhadores, sendo que havia pouca mão de obra disponível na época. Daí que uma das soluções encontradas foi a utilização da mão de obra dos negros escravizados que era a mais barata encontrada pelos senhores, e com isso houve um crescente número do tráfico negreiro, que procurava suprir as demandas da necessidade de trabalho, criando assim, um novo cenário no contexto histórico social do país. Salles (2005) destaca nos dados do caderno ITERPA (instituto de terras do Pará) sobre territórios quilombolas, os registros da entrada de negros na região Norte e, portanto, no Pará, apresentam algumas discrepâncias. Alguns autores assinalam a chegada dos escravos a partir do século XVII, outros estabelecem o século XVIII como marco desse acontecimento. Independente dessas divergências, há registros confiáveis afirmando que, entre o final do século XVIII e o início do XIX, “Belém tinha se tornado um centro consumidor e redistribuidor da ‘mercadoria negra’” (ITERPA, 2009 Apud TRECCANI, 2006, P.48).

Para o ITERPA, A chegada dos negros ao Norte do país e sua absorção como mão de obra estratégica para o desenvolvimento da Amazônia se deram paulatinamente. A Coroa Portuguesa tinha como meta tornar as colônias produtivas pela exploração dos recursos da terra, atividade para a qual os negros entrariam com seu trabalho escravo. Concomitantemente, eram considerados como moeda de troca, já que eles contribuía para o enriquecimento do Reino. A anexação dos negros na Amazônia não foi menos perversa, em sua forma e característica da ocorrida nas demais regiões do Brasil. As marcas da exploração estão explícitas nos relatos resgatados pelos estudiosos do tema, destacando como era considerada a mão de obra escrava nessa parte do país e o tratamento dispensado aos negros oriundos da África. (ITERPA, 2009, p.12).

Nesse contexto, Treccani (2006) fala que a introdução dos negros como mão-de-obra escrava nasceu do compromisso entre os missionários (que defendiam a segregação dos índios)

e os colonos (que acreditavam só poder viabilizar seus empreendimentos utilizando a mão-de obra escrava). Diante de dificuldades, sempre maiores, de se conseguirem braços indígenas, se fazia sempre maior a adesão à proposta apresentada por Antônio Vieira, desde 1633, de se substituir a escravidão dos índios por aquela dos negros africanos. Com o passar dos anos foram aumentando as dificuldades em manter a mão de obra escrava dos gentios e foi se amadurecendo a ideia de utilização do trabalho negro no Pará reforçando a ideia da escravidão.

Para Salles (2005), essa atividade se tornou tão grande que ganhou espaço no comércio e movimentava parte da economia da época, em alguns lugares havia um mercado específico só para compra e venda de negros, com acordo de comércio e tudo, tornando a captura e venda de pessoas um ato legal nas províncias Brasileira. Cabe lembrar que os portugueses fizeram uma primeira tentativa de dominar os índios e reduzi-los à escravidão, disputando com os jesuítas que pretendiam para si. Essa reação dos Jesuítas na defesa dos índios motivou a troca da mão de obra nos trabalhos escravos para os negros africanos. Salles (2005, p.26) ressalta que:

Belém não poderia subsistir, como ponta de lança contra a floresta, se não houvesse em torno lavoura de mantimentos. Assim instalados no forte do presépio os portugueses cuidaram de trazer colonos para iniciar os trabalhos agrícolas – a carga de mão de obra escrava. Paralelamente, foram deslocados alguns missionários, destinados a contactar os selvagens das redondezas. Entre esses dois grupos – colonos e missionários – manifestou – se uma luta pela posse do gentio e que, logo iniciada, tendia aguçar o antagonismo da sociedade nascente.

Segundo Salles (2005, p.26), dessa desavença derivou a introdução da escravaria de África que, promovida pelos jesuítas, representava um acordo. A ação de Antônio Vieira nessa contenda foi decisiva. Ele manobrou habilmente frente à dubiedade e fraqueza dos agentes do governo. Como último recurso, aceitava-se o negro escravo que deveria ocupar o lugar do gentio nos trabalhos da lavoura. Essa experiência realizada nos demais estado do Brasil, onde os escravos passaram a substituir com grande vantagem o braço indígena, serviu de inspiração para propagarem a escravidão fazendo aumentar o tráfico negreiro para essa terra. Ao chegar no território brasileiro, os negros eram distribuídos nas províncias da colônia portuguesa, para serem vendidos aos colonos da região (SALLES, 2005, p.26).

Até esse momento havia uma resistência quanto ao uso de negro escravo no Estado do Grão Pará. Alguns fatores poderiam contribuir para retardar essa prática de escravidão, uma delas era a realidade da região de mata densa e de difícil acesso nas terras, a outra poderia ser o tempo de adaptação dos negros no clima da região, aja visto que os gentios eram pessoas naturais do lugar, já tinham uma relação direta com a mata e conheciam o território para poderem ser melhor explorado. Partindo desse pressuposto podemos dizer que a região norte

em específico a do Grão Pará, foi uma das últimas região a aderir ao trabalho escravo usando os negros como principal ferramenta de trabalho.

Destacaremos aqui, segundo as análise de Salles (2005), dois pontos específicos de desembarque das peças da África, que foram fundamentais no povoamento dos negros na região amazônica, mais preciso no Pará, enquanto o tráfico negreiro estava fluorescente nos estados do Brasil e já supria as necessidades dos colonos mais abandonados. No extremo norte, ou seja, no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Os negros trazidos para o Norte eram divididos nessas duas províncias, sendo que a primeira parada era em Maranhão, onde ficavam os melhores homens e as vezes, o maior número também..

A presença dos negros na Amazônia, em especial nesses dois lugares de desembarque citados por Salles, iria estar possibilitando uma nova configuração na constituição dos povos do norte do Brasil. Nesse contexto de comercio o Pará sempre se via prejudicado com relação as peças trazidas para cá, devido serem escolhidas os melhores homens para o Estado do maranhão. Por esse motivo haviam reclamações perante os agentes do governo que procuravam manter o mercado sem haver muitos conflitos Conforme os acordos tratados entre os comerciantes e os mercadores. A adaptação dos negros foi positiva porem os mesmos encontraram nessa região grandes possibilidades de fuga para tentar se libertar do trabalho escravo, foi questão de tempo até os negros começarem as fugas para o interior do estado nas regiões mais densa de difícil acesso impossibilitando de serem encontrados com facilidade.

A partir desse momento vai surgindo uma nova configuração de povoação na região amazônica derivada das fugas dos negros os quilombos foram se formando em vários lugares dessa região que aos poucos foram ganhando forças e resistência contra o sistema escravocrata, com isso aconteceu o mesmo processo das demais regiões do país com as fugas dos negros em busca de liberdade que se rebelavam contra seus senhores e encontravam nos quilombos a maior força de resistência em busca de liberdade.

Já Neto (2012) fala também que os primeiros escravos africanos haviam sido introduzidos na Amazônia pelos ingleses já no século XVII, com a intenção de “realizar um empreendimento agrário de vulto, constante, principalmente do plantio de cana de açúcar para a fabricação de açúcar e rum”. Assim que chegavam nessas terras passavam a fazer parte da sociedade constituída de negros escravizados, submetidos aos mais cruéis tipos de tratamento e trabalho para seus senhores. Dessa relação surgiram dois fenômenos decorrentes desses sistemas escravistas, que eram as fugas constantes dos negros e consequentemente a organização de quilombos (NETO, 2012, p.25).

Devido aos maus tratos sofridos, os negros fugiam para lugares mais longe possível e de difícil acesso evitando assim, serem achados com facilidade, alimentando o fenômeno quilombola durante todo o período escravista. Contribuía para essa fuga o excesso de trabalho, junto com os castigos e maus tratos, e o excesso de trabalho forçava os trabalhadores escravizados abandonarem tudo, fugindo para as matas para defender a própria vida. Cardoso (2012, p.56). Nesse mesmo sentido Salles afirma que:

O processo tradicional da busca da liberdade constituiu invariavelmente na fuga para os matos, onde os negros se reuniam, solidários entre si, e formavam os quilombos. A fuga deve ter sido, no começo, solução bastante difícil e arriscada, além de empreitada individual [...], mais o negro aprendeu a se organizar. Chegou o momento em que a fuga não era mais uma aventura com resultados indefinidos. Uma vez escapado do cativeiro, sabendo o terreno onde pisava, surgiam os acoutadores mais ou menos conhecidos. [...] (SALLES 2005, p.237).

Os quilombos eram gerados quase naturalmente. Depois de instalados, cresciam e tomavam consistência, à medida que recebiam novos indivíduos iam se estruturando e ganhando forma de organizações muito peculiares, criando seus próprios sistemas de funcionamento. Essa ação de fuga dos negros e sua forma de organização nos quilombos acompanhou todo o período escravista, criando uma nova configuração na organização social do país. Mesmo com abolição dos escravos pouca coisa mudou na vida dos negros no que diz respeito às condições materiais de sua existência, as vezes até parecidos com a do cativeiro.

Embora a visão que se tinha na época dos negros que fugiam e formavam quilombos eram de pessoas rebeldes e arruaceiros, que não gostavam de trabalhar, quando que na verdade as fugas dos negros das fazendas se dava justamente pelo uso abusivo de suas forças de trabalho e a forma como eram mantidos em cativeiros. Essa ação gerou nesses homens e mulheres negros os sonhos as buscas incessantes por liberdade. Isso é tido como a maior forma de resistência negra contra a opressão no período colonial Brasileiro. Dessa forma a organização dos quilombos além de buscarem se livrar dos intensos trabalhos e castigos que sofriam de seus senhores, deram origem posteriormente a comunidades organizadas com seus próprios regimentos e normas em prol do bem estar dos irmãos.

Por outro lado, juridicamente, os trabalhadores escravizados passaram a ter autonomia sobre seu trabalho, eram tidos como homens livres não necessitando mais da fuga, tanto para dominarem seu trabalho quanto se sentirem livres e seguros. Dessa forma o quilombo perde sua identidade de fenômeno sociológico histórico e passa a ser visto no Brasil como comunidades rurais negras, de diferentes origens, contribuindo para o surgimento de novas identidades

sociais, que continuam lutando pelo controle de sua terra e pela venda de sua força de trabalho Cardoso (2012).

Para Cardoso (2012), algumas comunidades negras oriundas dos antigos quilombos formados ainda das fugas da repressão dos seus senhores, continuam no mesmo espaço geográfico que dominaram no período, outras não resistiram e foram encurraladas pela expansão da produção agrícola pastoril, em algumas regiões principalmente nas regiões mais desenvolvidas do país, causando a dispersão e/ou desfecho das comunidades que ali existiam. Outro problema que surgiu nessas comunidades negras rurais foi o fato de que os trabalhadores passaram a enfrentar problemas comuns que envolviam a posse de terras e relacionados à força de trabalhos:

Os trabalhadores negros rurais viveram como meeiros, moradores, posseiros, intrusos, etc., não chegando a vislumbrar a possibilidade da legalização da posse das terras que exploravam asseguradas na lei, chamada Lei das terras de 1850, que proibiu a entrega gratuita de terra. Esta ação impediu a ampliação da classe de camponeses proprietários, pois isto desviaria o homem livre pobre da necessidade de vender sua força de trabalho a vil preço nos latifúndios. (MAESTRI, 1988, p.130, apud, Cardoso 2012, p. 57)

Um dos problemas frequentes que dificulta a demarcação das terras quilombolas em alguns lugares, está atrelada ao latifúndio e a grilagem de terras, onde grandes quantidades de terras estão acumuladas nas mãos de poucos que dominam a prática do agro negócio no País. Levando os remanescentes de quilombos e outros povos a venderem suas propriedades num valor a baixo do custo deixando- os à mercê das próprias pessoas que fizeram negócio, tornando os funcionários deles vendendo sua força de trabalho num valor muito baixo e em condições muito precária.

Ainda segundo Cardoso (2012), os negros livres passaram a enfrentar novos problemas, pois, neste sentido, as terras que escaparam da apropriação dos colonos, passaram a integrar o patrimônio do estado Brasileiro, compondo as três organizações institucionais: União, Estado e Município, na categoria de terras devolutas criando possibilidades dos pequenos trabalhadores do campo adquirirem as posses de terras por meios legais. No entanto, embora se entendesse dessa forma, onde os pequenos trabalhadores tinham iguais possibilidades de compra ou de posse de terras, os mesmos tinham dificuldade a esse acesso por que não dinheiro suficiente para negociar as terras e também por não saberem lidar com as burocracias que defendiam seus direitos. A falta de informação sobre seus direitos contribuiu para o surgimento de novos fatores que impediriam o desenvolvimento dos negros na sociedade, nesse sentido Cardoso (2012.) fala que:

Diversos fatores se faziam empecilhos para a organização das trabalhadores negros rurais: a baixa renda monetária, a falta de representação política, a ausência de recursos para financiar o plantio, a carência de assistência técnica, entre outros. Pode – se afirmar que o capital foi o grande desestabilizador dessas comunidades. Em algumas, os trabalhadores tiveram as suas plantações destruídas, águas envenenadas, e não raro, os líderes foram assassinados. Problemas esses que ainda persiste nos dias atuais em muitos lugares envolvendo a posse de terras e a demarcação das áreas de quilombos (CARDOSO, 2012, p. 57).

Mesmo tendo direitos garantidos pela legislação federal, que permitia a pequenos agricultores adquirirem terras para trabalhar. Eles não detinham conhecimento desses direitos contribuindo pra a continuação de uma prática exploratória de trabalho dessas pessoas principalmente os negros. Percebe se aí que não havia nenhum interesse em mudar essa realidade por parte dos representantes públicos, que não desenvolviam nenhuma política de conscientização dessa classe que possui um papel importante na construção histórica desse país.

Na amazônida não foi tão intensa a presença de negros escravos como fora nas outras regiões do país em termos quantitativos, porém se destaca pelo maior número de fatos relacionados à fuga, na província do Grão Pará as fugas se tornaram, de certo modo, fatos rotineiros, quase que incontroláveis para os senhores proprietários de escravos. Pinto (2010) ressalta ainda que o itinerário das fugas a região do baixo Tocantins despertava uma certa atração, pois nesta região que envolve a área de Cameté se tinha rumores de luta contra o regime que havia na época, que outrora se estendeu pós adesão do Pará e a independência do Brasil, se entrelaçando com os ideias do movimento cabano.

Nesse contexto podemos constatar que a região do baixo Tocantins era de difícil acesso, essa dificuldade atraia os negros fugitivos para essa região. Sem contar que existia uma força maior de resistência contra o sistema da época no Grão Pará na região que dava uma maior confiança das fugas dos negros para essas bandas da região de Cameté. Além desses motivos os negros encontravam muita terra boa para criarem seus quilombos e cultivarem seus produtos para garantirem sua sobrevivência. Por meio desses quilombos na região do baixo Tocantins que hoje temos origens a várias terras de remanescentes de quilombos, após muitos anos de luta esse povo tem seus direitos e suas terras garantidas e asseguradas por lei.

Relatos mostram que até o final do século XVIII a entrada de escravos no Baixo Amazonas, mesmo que pouco regular, tinha como base o trabalho escravo nas grandes plantações, nas atividades domésticas e de serviços nas vilas. Essa realidade ou condição de vida ocasionou reações à essa escravidão, e uma das formas adotadas e mais eficaz eram as fugas de escravos para os quilombos, essa foi a forma mais expressiva de luta contra o regime escravista. Acevedo (1993), aponta que nesse contexto a sociedade escravista buscava meios

de barrar as atividades de fuga e a proliferação de mais quilombos ou mocambo, como destaca o autor quando diz que:

A sociedade escravista elaborou códigos para o relacionamento com os denominados mocambos em vários níveis; o mais imediato opera – se no campo jurídico e ideológico, identificando medidas para perseguir, evitar e controlar as fugas. A exemplo os atos e resoluções das câmaras da organização de milícias, de normas e punições para os não negros e homens livres que passavam a relacionar – se com os chamados mocambeiros; os regatões, entre eles, foram alvo de inúmeras disposições no sentido de coagir trocas com esses grupos. (ACEVEDO, 1993, p. 29).

A fuga desses negros apresentava grandes problemas e inquietações para os donos de escravos, assim como para o governo, pois não se tratava apenas de perda de peças comercializadas por um valor considerável, ou seja, era um investimento dos fazendeiros para realizar seus trabalhos. Mas se tratava de uma resistência contra o regime e, conseqüentemente, uma forma de organização social que vinha ganhando forças cada vez mais, como bem enfatiza Acevedo (1993):

[...] A fuga de escravos inaugura na década de 1820 formas coletivas, portanto diferentes, do rompimento individualizado com o senhor de escravo. Assim inscreve – se num contexto político de lutas internas e de forças que traziam conteúdos ideológicos emancipacionistas no Pará. [...], em 1822, as fugas de escravos intensificaram – se nas vizinhanças de Belém e registra – se o aumento de quilombos na ilha de Mosqueiro, no distrito de Barcarena, na ilha das onças, nas margens do rio Guamá e Capim e no distrito de Cameté. Esse último, atraiu a atenção das autoridades desorientadas pelo caráter político dos grupamentos de escravos. O período posterior à independência, revela significativas perturbações da ordem política onde entravam em jogo confrontos partidários (entre reinóis e nativos), uma forma de luta de descolonização donde emergia, de forma secundarizada, o conflito entre escravos e senhores (ACEVEDO, 1993, p. 32/33).

Portanto, segundo os estudos sobre a presença do negro na Amazônia em especial no Pará, e a forma de resistência que eles desenvolveram, torna-se pertinente dizer que, os quilombos foram muito além da resistência contra opressão negra, ela se torna uma forma de organização política que envolvia toda uma postura de vida. Os quilombos se tornaram também um ambiente de aprendizado das raízes negras no intuito de manter viva a memória e os saberes da África de maneira livre entre eles, haja visto que a interferência da cultura portuguesa estava levando os negros a fazerem um sincretismo que impedia a expressão plena de suas culturas e costume trazidos da África.

Por tanto, dentro dessa organização os saberes culturais foram acumulados de forma tradicional, assim como a maneira que eram repassados esses ensinamentos de forma oral de geração em geração. Eram fortes esses ensinamentos através da religiosidade, das práticas de

pesca, da organização do próprio local onde moravam, tudo isso representava uma postura vivida por esses grupos de negros essa forma de organização dos quilombos foi fortalecendo formação de suas identidades antes desvalorizada pelo regime escravista. Hoje a luta ainda continua para tentar manter viva a memória e cultura desse povo bem como o fortalecimento de suas identidades e costumes de seus antepassados.

2.1. COMUNIDADE RIBEIRINHA QUILOMBOLA: DISCUSSOES E DESAFIOS SOBRE SUA IDENTIDADE E SUA HISTÓRIA.

Não se sabe ao certo há quanto tempo essa comunidade existe, nem como surgiu seu povoamento, tudo o que sabemos, foi coletado através dos relatos orais, de histórias contadas pelos mais antigos da comunidade, que muito se esforçaram para lembrar e relembrar sua história, como o senhor Jacinto Ramos de Miranda, que fala sobre as pessoas mais antigas que ele conheceu do lugar, constam seu nascimento desde de 1915, que eram pessoas descendentes dos primeiros habitantes da comunidade.

Neste sentido, a história de santo Antônio de Vizeu está se perdendo, pois não existem registros históricos da vida desse povo, com exceção de trabalhos acadêmicos sem publicação de livros. Outro fator que preocupa para esse levantamento é que os poucos moradores mais antigo que possuíam um registro histórico nas suas memórias, já faleceram, os que ainda existem não moram no local ou estão com a memória cansada, apresentando dificuldades em lembrar de tudo com clareza, e não tem a preocupação de contar as histórias antigas para os filhos e os jovens da comunidade a fim de manter viva a memória histórica do lugar.

Para contar a história do local, vamos nos reportar ao período colonial, quando os alemães, holandeses, portugueses e Judeus, se deslocaram para o Brasil e na tentativa de colonizar as terras espalharam-se pelas demais regiões do país, se apossando de terras e construindo grandes plantações de acordo com seus conhecimentos. Para a região Norte se destacaram mais os holandeses árabes e portugueses, além dos jesuítas e frades que acompanhavam as caravanas expedicionárias. Ao chegar nessa região começavam a cultivar os produtos nela existente, como cacau, e os frutos silvestres, e fizeram grandes plantações de arroz, algodão e muito pouco a cana de açúcar. De acordo Netto, 2012, a princípio a mão de obra utilizada era a dos índios tido com gentios. Depois com a falta dessa mão de obra suficiente para a lavoura foi se introduzindo a mão de obra das peças africanas como era chamada na

época escravos (os negros), dessa mistura de raças e cores foi surgindo uma nova identidade social, os caboclos oriundos do cruzamento de negros e índios, de índios e brancos

Então, surgiram os caboclos amazônida e a mestiçagem de raça, que foram povoando o interior da Amazônia. Já nesse período de 1939, se conhecia as histórias da presença dos frades Jesuítas que em suas expedições passaram por essa localidade fazendo seus acampamentos em vários lugares da região, os mesmos deixaram suas contribuições para a história local. Do mesmo modo os comerciantes e fazendeiros que acabaram contribuindo para o povoamento dos interiores do Pará, no rio Vizeu, por volta de 1939, haviam duas grandes famílias de origem dos Judeus, segundo nos conta o senhor Jacinto Ramos de Miranda, eram grandes proprietários de terras e comandavam o comércio da região assim como toda produção do trabalho local.

{...}, E daí veio vindo a descendência daquelas pessoas que foro chegando eram judeus, portugueses, uma família muito grande, que era dos (pausa) os judeus, Benarrosada, ai essa benarrosada era um comerciante e uma família muito, muito grande de muitos filhos, tudo eram judeus mesmo diretamente, não foi que nascesse, vieram mesmo de lá diretamente de Portugal e tudo. E ai tinha outra família que chamava chamados de Amancios Dutra, que esses eram antigos, que quando me entendi já eram pessoas de cinquenta, sessenta anos. Então de 1905, essas idades ai eu conheci muita gente. {...} (Jacinto Ramos de Miranda, 79 anos, aposentado), em 15/06/2017 ²

Segundo o entrevistado, nesse período existiam cerca de dez famílias na comunidade, e ainda nessa época, os moradores trabalhavam em regime de escravidão, para esses comerciantes, mesmo não sendo negros, era uma espécie de escravidão branca, por não possuírem terras pra trabalhar, se sujeitavam ao trabalho em regime de escravidão, todas as famílias pobres do rio eram escravos, principalmente dessas duas famílias que possuíam muitas riquezas, terras e plantações, pois tinham que trabalhar para sobreviverem, como relata seu Jacinto Ramos.

[...] Pois é então eles eram uma família o Benarrosada e esses Amancios Dutra eram pessoas daquele tempo da escravidão que mandava era quatro, cinco que fossem vizinhos trabalhador mais era escravo deles e a gente tinha que trabalhar pra sobreviver. A minha vó era escrava mesmo o meu pai era um escravo mais determinado um pouco, ele determinava mandava um pouco na vida dele, nem ele e nem ela era negra agora era pobre e tudo o que era pobre era escravo, não tinha nada, tinha que trabalhar pra sobreviver, [...] (MIRANDA. 2017).

Na fala de seu Jacinto Ramos, percebemos que a comunidade de Santo Antônio de Vizeu, apresenta alguns personagens que foram importantes na construção de sua história, ele enfatiza que “não eram negros”, porém olhando o contexto evidenciamos forte influencia dos

² Entrevista concedida no dia 15 de junho de 2017.

negros no cotidiano dessas pessoas tanto no modo de vida, quanto nos saberes e cultura da comunidade. Um dos fatores que pode ter contribuído para a presença desses saberes é a origem da povoação oriunda da mistura de raças existente no país, a mestiçagem foi um ponto forte nesse processo de povoamento da Amazônia, onde era comum o envolvimento de brancos com negros e índios com negros e outros. Nesse contexto, Oriá (2005) destaca que surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos (RIBEIRO, 1995 apud ORIÁ, 2005, P. 379).

Mesmo com o surgimento desses novos sujeitos no contexto histórico, muitos desses homens e mulheres eram aliciados como escravos, devido não terem condições de adquirir suas próprias terras para trabalhar por conta própria, isso não foi diferente na comunidade pesquisada onde seus moradores eram mantidos como escravos nos seus trabalhos para poderem conseguir seus sustentos, ao mesmo tempo que cultivavam o sonho de conseguir comprar suas próprias terras para serem livres e trabalharem por conta própria, o que aconteceu depois de muitos anos.

Esse processo de divisão entre as famílias fica claro na fala do seu Marcos Sepeda quando aponta que:

Eu só sei que essa propriedade aqui era uma propriedade, daqui do combate até divisando com Dinho castelo, isso era uma propriedade de um dono. Era meu avô Eraquides Pereira Mendes que é pai do meu pai. Era dum dum duma família ai ficou ele responsável, ai quando ele morreu, ai o que foi que aconteceu? Foi dividido entre a família, eles eram muitos irmão, irmã, daí foi dividido, ai entrou a família Dutra na família, tinha o Raimundo dutra que era pai do velho chico Dutra, que era primo do meu pai. Raimundo Dutra ele (pausa), o pai do Raimundo Dutra, mãe do Raimundo Dutra, meu avo, essa gente toda. Ai foi dividido depus, teve parte pra velha marica que era Mariana Dutra, e essa parte aqui era do irmão da Marica, ai essa parte do combate essa coisa ai era do irmão da tia marica. Que era pai do Massau, do Casimiro do Mundiquinho que o o irmão do Paulo Cantão matou. E antão foi dividido esse ai pra cada um o seu. E huje existe isso tudo dividido, cada pedacinho é de um dono, por que vem de la daquele velho antigo. [...] Agora depois que foi dividido não diminuiu, o meu pai, o meu avô tomou conta de uma parte, o pai de Raimundo Dutra tomou conta de outra e ai começaram a dividir. E ai vem vindo os filhos e os filhos passaram pra filho pros neto e pra bisneto, antão huje em dia cada um tem uma talhada, cada um tem um pedaço, cada um tem um pedaço, mais era só de uma família, é só de uma família, Mendes dutra era a família (MARCOS; SEPEDA; NECO, entrevista cedida e 11/06/2017).

Dessa maneira a população de Santo Antônio de Vizeu foi aumentando, sendo ocupadas pelas famílias dos parentes, dos descendentes dos fundadores, todos esses espaços que são definidos na sua maioria, pela descendência e pelas trocas matrimoniais bem como em alguns momentos pela compra da terra. A partir daí surge um novo contexto de organização social, e a construção de uma identidade foi se fortalecendo aos poucos, os povos ribeirinhos assim conhecidos, a busca de identidade requer um reconhecimento social, que possa valorizá-los

como pessoas, e aos poucos se torna uma bandeira política de luta. Nesse sentido, a comunidade ribeirinha de Santo Antônio de Vizeu, pode ser chamada também de população tradicional. Esta população sempre sobreviveu dos recursos naturais locais e sempre tiveram o rio como forma de reprodução social.

Arruda (1999), frisa que populações tradicionais são aquelas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado no uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivados de reconhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável. Arruda (1999) traz a situação de fragilidade que essas populações tradicionais se encontram, expressa no seu cotidiano, no modo de vida, nas casas de palafita, algumas bem estruturadas outras nem parede têm, podemos constatar isso na fala de seu Laudelino Sacramento, ele conta que as casas eram cobertas com palha e as paredes e assoalhos eram feitas de pachiba, de miritizeiro e de açazeiro. As condições de vida desses povos não contribui para fazerem uma casa confortável, com condições dignas de moradia, mesmo assim as famílias eram unidas e felizes com tudo o que tinham.

Esta realidade, denuncia as marcas identitárias de exclusão social, castigada pelo descaso e indiferença do poder público, essas populações, por estarem afastadas das cidades, desde o princípio de sua formação, sempre teve carência principalmente de atendimentos e assistência à saúde e educacional. Nesse sentido, Freire (1987) enfatiza que a realidade social, objetiva, não existe por acaso, mas como produto da ação humana e que também, não se transforma por acaso, na medida em que, ao fazer -se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos.

Portanto a comunidade de Santo Antônio de Vizeu, tem em seu processo histórico uma luta incansável por uma identidade ribeirinha, se alto firmando pela busca de seus direitos à terra, ao trabalho, à natureza, e aos seus saberes, através da sua prática vivida e da forma como desenvolvem seus trabalhos. Culturalmente diferenciado se reconhecem como tais, assumem seu modo de vida, expresso nas vestimentas e gestos e falas de cada cidadão, além de sua forma própria de organização social, os mesmos usam e ocupam territórios de áreas densas em sua maioria alagadas ou à beira de rios e igarapés, usam os recursos naturais como forma de produção. Esses grupos populacionais têm seus conhecimentos transmitidos oralmente por gerações que vão criando novas modalidades e se adaptando a recriação do meio ambiente.

Ao pontuarmos a identidade da localidade, observamos que a comunidade apresenta, memórias de cultura quilombolas, de identidade negra, percebemos isso pelos fatos relatados nas entrevistas, onde as atividades desenvolvidas por seus antepassados eram de costumes dos

negros como por exemplo o samba de cassete que envolvia todos em uma comemoração festiva cultura originalmente negra que se espalhou por algumas regiões do norte, assim como o banguê e as práticas de cultivos da mandioca de origem indígena que os negros dominavam muito bem, sem contar nos saberes de alimentos. Embora a maior parte de seus moradores principalmente os jovens e adolescentes, não aceitem esse conceito talvez por falta de conscientização.

Devido a comunidade ter suas origens de povos caboclos ribeirinhos, alguns descendem de portugueses outros de caboclos amazônida. Embora para se denominar quilombola a pessoa tem que aceitar esse conceito na comunidade de Santo Antônio esse trabalho de conscientização foi trabalhado de forma muito superficial. Esse fator desencadeia uma confusão da própria identidade nos moradores, essa atitude está relacionada com a educação aplicado nesse local juntamente com a vivencia de uma sociedade que historicamente ensina o negro a negar se para ser aceito na sociedade, esse é o maior desafio enfrentado pelos negros brasileiros. (CADORSO, 2012, p.60)

A comunidade que até 1999, se considerava apenas ribeirinha a partir desse momento começou a discursão de inclui- lá na demarcação da área quilombola do segundo distrito de Mocajuba. Desse momento a comunidade passou a ser dividida em termo de identidade, do lado esquerdo do rio continua recebendo o título de ribeirinha e da margem direito constitui se remanescente de quilombos.

Por esse motivo é primordial que se tenha uma educação voltada para a emancipação individual e coletiva, que trabalhe as relações étnico-racial, uma educação intercultural, que viabilize as lutas contra a discriminação racial, que ultrapasse os currículos escolares colocando a importância das comunidades na busca por uma educação que reconheça as diversidades culturais e raciais brasileiras. Essa preocupação se deu após parte da comunidade de Santo Antônio passar a integrar a área de remanescente de quilombo, a comunidade que se formou e se reconhece ribeirinha, agora lida com outra realidade que causa uma divisão na organização política local, causando em partes dos moradores um certo desconforto ou uma negação de identidade, no caso identidade quilombola.

2.2. ENTRE ILHA, VÁRZEA E TERRA FIRME: A COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE VIZEU ATUAL.

Entre as laminas das águas cristalinas do Rio vizeu, que define os limites da demarcação da área remanescente quilombola (foto1) entre ilhas e várzeas apresentamos a comunidade Santo Antônio de Vizeu no Rio Viseu. A mesma é dividida pelo rio viseu, principal via de acesso às comunidades vizinhas e à cidade de Mocajuba. Como quilombola, essa comunidade

foi decretada na demarcação administrativa do governo de Ana Júlia Carepa, através da associação dos remanescente de quilombos (ARQDMO) do 2º distrito que corresponde à Porto Grande, Mangabeira, São Benedito do vizeu, santo Antônio do vizeu, Uxizal, Vila Vizânia e Itabatinga. A área de terra apurada na demarcação administrativa através do processo nº 1999/119.303, está localizada à margem esquerda do rio Tocantins, no município de Mocajuba com área total de 17. 220, 3792 há (duzentos mil, duzentos e vinte hectares, trinta e sete ares e noventa e dois centiares), perímetro de 54.921,71m, na forma de polígono IRREGULAR de 09 (nove) lado.

No 2º distrito das demarcações de remanescentes quilombolas somam-se sete comunidades (porto Grande, uxizal, Mangabeira, São Benedito, santo Antônio de Vizeu, Itabatinga e Vila Vizânia). Nosso foco de análise se destaca na comunidade de Santo Antônio de Vizeu que, como as outras, foi reconhecida por titulação como remanescente de quilombolas, o direito à terra de remanescente de quilombos é garantido pela constituição de 1988.

A comunidade ribeirinha de santo Antônio do vizeu, é composta de 53 (cinquenta e três) casas, contendo de 5 a 7 (cinco a sete) pessoas por residência somando um total de aproximadamente 370 (trezentos e setenta) habitantes. Possui uma economia voltada pra agricultura familiar, (trabalho na roça, colheita do cacau e da pesca) como forma de subsistência, além dos auxílios do governo como o bolsa família e o seguro defeso que ajuda na economia dos moradores locais.

Segundo Fraxe (2007), o termo “ribeirinho” refere-se àquele que anda pelos rios. Assim, pode-se dizer que os povos ribeirinhos são aqueles que moram nas proximidades dos rios e que sobrevivem da pesca artesanal, do extrativismo, do roçado e/ou da caça. Com o intuito de compreender e conhecer o modo de vida e as premissas que regem a organização de seu espaço, tanto territorial quanto social, esses povos vêm ganhando cada vez mais destaque das mais variadas ciências.

Já para Morim (2014), apud, Medeiros (2016, p.37), os ribeirinhos se adaptam e vivem a uma realidade repleta de limitações e desafios estabelecidos pelas leis da natureza. Desta forma, esses povos possuem uma íntima e específica relação com o meio ambiente e seus ciclos, influenciando no seu modo de vida altamente específico, baseado em uma estrutura de produção fundamentada no trabalho da própria população, utilizando dos meios disponíveis e delimitados pela natureza.

A comunidade apresenta pequenas mudanças na vida das famílias, visível nas estruturas das casas, sendo que antes eram poucas as que eram fechadas com tabuas e cobertas com telhas

de barro, hoje todas as casas já seguem esse padrão, além de já possuírem alguns eletroeletrônicos e energia elétrica, mostrando uma melhoria na vida das pessoas.

Apesar dos avanços ela ainda apresenta algumas dificuldades, presentes na maior parte das comunidades distante do centro urbano, no que envolve mobilização política sobre a assistência do poder público. Não possui posto de saúde nem uma enfermeira de plantão para dar os primeiros socorros em caso de emergência, a única assistência que se tem é de um agente de saúde que atende à duas comunidades ao mesmo tempo, Jacarecainha e Santo Antônio de Vizeu o aplicando um serviço muito precário nas duas localidades passando uma ou duas vezes por mês no máximo fazendo as visitas de rotina, o mesmo é quem agenda as consultas dos moradores no posto de saúde da cidade. Em caso de doença os moradores são obrigados a se deslocarem para a cidade onde o acesso se dá via barcos, não tem nenhum posto telefônico também para atender as famílias os telefones que tem no rio não particular com antenas de telefone rural.

Outra coisa que preocupa os moradores é a insegurança na comunidade, com o passar dos anos foi se perdendo a tranquilidade do local, o avanço de tráfico de droga dominou a comunidade, e com isso aumenta a violência e começaram a ser praticados os furtos nas casas, não tem mais aquele sossego de antes, e a comunidade não tem a presença de policiamento no local nem na região. Hoje se deixarem suas casas só, quando chegarem podem não encontrar nada dentro dela, esse é um dos pontos que mais preocupa os moradores o uso de drogas pelos jovens e o aumento da violência como resultado.

Há dois anos, mais ou menos, a comunidade foi beneficiada pela tão esperada energia elétrica, através do programa luz para todos, criado pelo ex presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na fala de seu Marcos Sepeda Castelo, que já foi há muitos anos líder da comunidade, fica claro que não foi fácil essa conquista:

a única a única coisa isso com muito trabalho e muita luta que nós temo aqui ainda é essa energia, é mais outras coisas nós nunca participamos se quer de nada, nós que se interessamo pra puxar isso pra cá e quase quase dando briga, quase quase dando revolta, então é a única coisa que até hoje, por que nós gastamo muito dinheiro e até hoje ainda não passou a cobrança, mais tem informação que nesse mês de julho parece vai passar a celpa colocando, mais ela tem que colocar primeiro os postes pra depois colocar o padrão, mais ninguém não tem certeza se é verdade, por que eu disse aqui pra os cara, eu quase não assino, quase eu não faço o cadastro mais depois eu disse olha eu vou fazer o cadastro vou dar meu nome agora uma coisa vou lhe dizer, se caso contrário nós vamos ter uma reunião na nossa comunidade que eu primeiro queria que nós tivesse uma reunião lá (Marcos Sepeda, seu Neco), em 15/06/2017.

Com a chegada da energia mudou a rotina das famílias, a vida simples e corriqueira de antes deu espaço à televisão, ao som e outros benefícios trazidos com o desenvolvimento. E foram alterados alguns momentos simples que definiam a vida da comunidade, como por exemplo, as rodas de conversas no fim da tarde entre os vizinhos à beira do rio sentados embaixo das árvores, estão sendo substituídos pela hora das novelas onde todos ou a maioria se reúnem para assistir seu programa favorito.

As crianças que antes passavam mais tempo brincando no terreiro usando e abusando de suas criatividades nas brincadeiras, agora trocam por desenhos e assistir dvd, em sua maior parte filme dedicado para adultos. Essas foram algumas das mudanças que a chegada da energia elétrica trouxe para a comunidade, além disso trouxe também muitos benefícios, facilitando a vida dos moradores, a inserção da geladeira por exemplo, serve para gelar água e conservar os alimentos comprados na cidade ou adquiridos pelos próprios moradores, como carnes e peixes, assim também facilitou a forma de consumo da água, pois antes da chegada da energia, era pega diretamente do rio e atualmente a maioria das famílias possuem bomba de puxar água e caixa de água para armazenar, facilitando as atividades domésticas, como preparar os alimentos, tomar banho, pois cai diretamente na torneira.

A comunidade de Santo Antônio do vizeu de origem ribeirinha e ilha, há dez anos, passa por um processo de readaptação e construção de identidade, devido estar dividida em remanescente de quilombo e ribeirinha. O que dificulta a aceitação da atribuição da identidade de remanescente de quilombolas, deixando confusa a mente das pessoas que fazem parte da demarcação quilombola e contribuindo, muitas das vezes, para a negação dessa identidade. Embora haja essa negação era forte na história de seus antepassados cultura de origem negra que eram praticado com frequência pelos moradores como o samba de cassete, os convidados e os banguês que já existiram e fizeram parte da identidade desse povo assim como faz parte de sua história.

Nesse sentido é visível na comunidade a cultura e costumes dos negros na identidade de cada família, que ainda mantem vivo nas memórias os costumes do seu cotidiano, dos antepassados, explícitos nos saberes do trabalho como a lavoura da mandioca, plantio do arroz as comidas e no modo de vida, e na relação com a natureza os cantos durante o plantio da mandioca ou durante o trabalho na roça, de onde se tiram seus sustento e a produção do seu trabalho, eles nunca trabalham em silencio principalmente quando estão na roça sempre os mais velhos puxam uma música ou contam causos ou piadas para animar os demais que estão no trabalho. Esses costumes e saberes desenvolvidos por eles na relação com a natureza dão

suporte para serem classificada ainda como uma população tradicional dessa maneira o Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, define povos e comunidades tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua produção cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, p.1)



FOTO 4, capela e barracão da comunidade cristã de santo Antônio de vizeu. Fonte: Gerson Campelo.

No rio encontra se a comunidade cristã de Santo Antônio com uma capela e um barracão ou salão de eventos (foto 4) onde acontece a maior parte dos eventos da comunidade (reuniões, palestras, encontros) a comunidade cristã foi a primeira forma de organização social da localidade, através dela, muitas conquistas foram realizadas para população local. Sempre destacada pelas suas lideranças que ousavam buscar e lutar por melhorias para o bem comum, hoje em dia já não está mais funcionando, como nos relata o senhor Marcos Sepeda:

[...], infelizmente tem um coordenador da comunidade que não se interessa por ninguém ele se interessa pela vida dela própria, dinheiro que entra lá ninguém não sabe de nada, não tem prestação de conta não tem nada. Bom tudo bem deixa pra la. Mais ele não se interessa por ninguém era ele o presidente daqui do remanescente de quilombo ele fez foi entregar por que ele viu que a tarefa era pesada que era ele pra tá junto também, e ele não se envolveu [...] (SEPEDA, 2017).

A comunidade apesar de ser um dos pontos de referência do rio, aos poucos vem perdendo sua força de atuação e o domínio de participação do povo, muitos são os fatores que contribuem para que isso ocorra, o mais forte é a presença de igrejas evangélicas protestante no local; além da igreja católica existe mais duas igrejas evangélicas na comunidade e predominam em termos de fiéis, a maior parte da população do rio hoje se denomina evangélica, inclusive as pessoas que antes eram líderes da igreja católica, foram as fundadoras ou ajudaram a criar as igrejas evangélicas no rio Vizeu.

Embora a atuação das igrejas sejam de forma doutrinaria, ambas desenvolvem um papel importante na luta social pelo bem do povo, atuam nas reivindicações ou tira um representante que busque melhorias para a comunidade geral, ganhando forças junto a comunidade católica, que se destaca por lutar em prol de conquistas para a população em geral, dessa forma a comunidade passa a ter mais força nas lutas de seus direitos e conseguem grandes conquistas e melhorias na qualidade de vida.

A comunidade sempre esteve presente na organização política local, sempre provocando as pessoas a buscarem de seus direitos, quando os líderes da comunidade tomam a frente, como por exemplo, suas últimas conquistas foram a nova escola que há seis anos foi construída um prédio novo, com mais espaço que oferece um conforto melhor para os alunos. Essa conquista se deu pelo interesse do professor Adilson juntamente com o professor Francisco que atuavam, na época, como professores e líderes da comunidade. Foi por meio de seus esforços que conseguiram não só a escola, mas também criar, junto com apoio dos moradores, uma secção eleitoral que para a comunidade foi uma grande conquista, como nos conta o professor Adilson:

(...) Por outro lado nós se empenhemo aqui na escola né, por que o gesto ele chegava com a gente e a comunidade e perguntava o que a comunidade tava querendo naquele momento ai nós optemos pra escola né, se envolvemos em fazer nossa secção com muita luta, andando nesse rio ai pegando a assinatura dos pais aquele que queria né a maior parte quis que facilitou mais o trabalho deles aqui com nós, aqui na secção, uma votação que não tem muito, não demora muito pra votar, olha foi no ano de 2006 por ai assim que foi criado a secção, já são três pleito de eleição. (PEREIRA, 2017).

Há muitos anos em Santo Antônio tem a presença do (STTR) sindicato dos trabalhadoras e trabalhadores rurais, o fundador da sede no rio foi o senhor Amadeu leite, hoje mora em Belém (capital) foi através dele que foi implantada a sede do sindicato com terreno próprio, com um pequeno salão onde faziam as reuniões e eventos, hoje o lugar se encontra abandonado na ponta da ilha onde se localiza. A presença da sede do sindicato foi importante como forma de organização social, porém não contribuiu muito com a população do Santo Antônio, a única utilidade era a liberação de documentos, principalmente, para buscar

benefícios sociais como aposentadoria e outros documentos necessários para os agricultores como podemos ver na fala do seu José Mendes atual presidente do sindicato, um pouco da história do movimento:

O premero quem fundou o sindicato aqui em santo Antônio, foi o Amadeu, ele foi o premero delegado do sindicato daqui, ai trabalhu trabalhu trabalhu ele, ai passu pro João Raimundo o João Raimundo trabalhu aposentou muita gente cum ... cum Bernado. Ai foi trabalhu trabalhu trabalhu e passu pra Liduina, a Liduina trabalhou uns quantos ano de delegado, quantos ano de delegado, ai fui no tempo que ela deixou, deixou de ser delegado sindicato ee passu pra Bernado, o Bernado meu primo ele trabalhu uns ano lá, ele foi delegado e eu como tesoureiro e ai trabalhamu uns quantos ano com Bernado como delegado sindicato ai, ele saiu de delegado sindicato, entru eu.(...) ai começu dar declaração deu deu deu um bocado de declaração, ai ele saiu, saiu ficu o ..., ficu eu, etrabalhei(...) (MENDES, 2017).

Hoje o sindicato quase não existe mais, o número de associados não é o suficiente para manter a sede funcionando por isso o descaso com a propriedade.

(...) O benefício que o sindicato trouxe pra cá pra comunidade nada, até a sede abandalhu, ta abandalhada ta no mato por que não teve benefício. num tem sócio, que podia ajudar se tivesse uns vinte sócio ou uns cinquenta sócio ai trazia um um bejetivo melhor pra sedia, como huje não tem e até num tem sócio cabu duma vez, ninguém que ser sócio do sindicato mais, e ai ficou no abismo o sindicato agora e praticamente até o sindicato de lá de Mocajuba tá ruim também. Aqui ele tem terra própria do sindicato mesmo (José Mendes), em 15/06/2017.

Esse descaso talvez tenha causado uma reação nos moradores que acharam mais viável se filiar à colônia de pescadores onde recebem o seguro defeso todo ano, esse dinheiro ajuda bastante na economia familiar, fazendo com que as pessoas consigam comprar seus eletrodomésticos e construir suas casas e mais o que desejarem.

Nesse contexto torna-se importante destacar aqui a mulher quilombola com presença forte e atuando de forma direta nas tomadas de decisões e andamento de processos para a comunidade local e na área quilombola. As mulheres quilombolas assumem papel importante nessas comunidades de protagonistas, envolvidas na maioria das vezes, nas lideranças das comunidades, associações, além de conduzirem suas famílias e os trabalhos na lavoura. Em relação ao nível de escolaridade dessas mulheres, constatou-se que todas tiveram acesso à escola, a maioria cursando até a quinta série do ensino fundamental.

A história dessas mulheres se entrelaça com a dos homens, desde o começo elas sempre tiveram papel principal assumindo compromissos e responsabilidade junto aos demais da comunidade quebrando o conceito paternalista dos homens, elas sempre se destacaram nos trabalhos, na roça puxando ou liderando os batalhões nos convidados, dividindo a reponsabilidade com seus cônjuges na geração de renda para a família. Eram elas as

responsáveis por conduzir os trabalhos da coleta dos frutos bem como aos poucos, foram se destacando em papéis de lideranças nas comunidades cristãs assumindo a liderança das mesmas e lutando por direitos para o povo.

Destacam-se também na presidência do sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais com sede na comunidade, onde buscavam sempre o reconhecimento da classe trabalhadora em busca de benefícios para os mesmos. Atualmente a comunidade cristã de Santo Antônio é liderada por uma mulher, a Dona Valdirene que luta incansavelmente para manter a comunidade ativa e atuante, bem como a associação dos quilombolas é coordenada por uma mulher que se destaca em sua postura nas tomadas de decisões e na busca por melhorias para os remanescentes de quilombolas do segundo distrito de Mocajuba.

Na comunidade de Santo Antônio constatou-se um forte processo de enraizamento da autonomia feminina, isso é visível não só através do percentual da mulheres que assumem um cargo diretivo dentro da comunidade nas associações, igrejas, sindicatos, mas também nos eventos realizados dentro e fora da comunidade, nesse processo elas tomam conhecimento dos seus direitos e vão em busca da conquistas de seus benefícios tanto social como familiar.

Destacamos aqui a beleza natural de Santo Antônio do vizeu, a relação do rio - terra – mata, que são exuberantes na sua naturalidade, com ênfase para o rio onde podemos presenciar o caminho e descaminho do vai e vem das pessoas nas águas tranquilas do rio viseu. Ele é o único meio de acesso para a cidade e as demais localidades bem como para os trabalhos dos moradores. Pequenas embarcações fazem parte desse cenário como os (barcos, canoas e rabudos), que transitam fazendo o transporte das pessoas e suas produções de trabalhos.



FOTO 5, Rabetas, um dos principais meios de transporte da comunidade. Fonte Gerson Campelo.

Nas vivências desse contexto da comunidade de Santo Antônio do Vizeu, onde a população ainda vive dos cultivos e coletas dos frutos como forma de trabalho para sua subsistência, sendo fraca a articulação com o mercado, com suas produções artesanais, preservando alguns traços dos seus antepassados, de modo que ela sobreviveu e sobrevive dos recursos naturais locais, preservando esses valores, que definem uma identidade peculiar de um povo caracterizado assim como comunidade tradicional, que Diegues, conceitua a:

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nelas produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso dos recursos naturais renováveis (...). Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. (DIEGUES, 1996, p.87).

Deste modo podemos considerar, nesse contexto da etno-conservação, a comunidade de Santo Antônio do Vizeu, que apresenta características tradicionais, através de sua produção de trabalho na agricultura familiar, no extrativismo vegetal, caça e pesca, bem como sua própria cultura e modo de vida, sempre visando o uso familiar, a troca e a venda de seus produtos.

Segundo Moraes (2016), não há um mapeamento preciso de que se define como povos e comunidades tradicionais no Brasil, podendo incluir povos indígenas, seringueiros, quilombola, castanheiros, pescadores artesanais, ribeirinhos, dentre outros (PAVARINO, 2013). Neste caso, tal como a maioria dos povos indígenas, esses grupos mantêm seus conhecimentos tradicionais originais incorporados em seus modos de vida, inclusive o uso da biodiversidade e dos recursos naturais (MMA, 2011 apud, MORAES, 2016).

Embora sejam reconhecidos dessa forma, tendo eles seus próprios meios de produção ainda encontram muitas dificuldades na relação campo-cidade, tornando uma relação dicotômica, são muitos os fatores que contribuem para isso, desde a comercialização de seus produtos até aos benefícios do governo, tendo seus trabalhos muitas vezes desvalorizado ao negociarem com atravessadores, os mesmos compram seus produtos por um preço muito mais abaixo do mercado e renegociam obtendo um bom lucro em cima, colocando-os em situação de exploração e domínio, vivenciado pela comunidade. Por trabalhar com o manejo do cacau, açaí e plantio da mandioca, do milho e do arroz e demais modos de produção. Esta exploração, segundo Freire (1987) dá-se numa relação de opressor e oprimido.

Neste contexto serão apresentadas as referências aos saberes dos sujeitos ribeirinhos quilombolas da comunidade de Santo Antônio, onde suas riquezas consistem, principalmente, nas experiências de vida dos moradores, do trabalho de subsistências, fazendo com que se destaque a identidade dos sujeitos. Essa preocupação se dá depois que parte da comunidade de Santo Antônio passou a integrar a área de remanescente de quilombo, a comunidade que se formou e se reconhece ribeirinha, agora lida com outra realidade que causa uma divisão na organização política local, causando em parte dos moradores um certo desconforto ou uma negação de identidade, no caso identidade quilombola que é legalmente dessa comunidade como afirma o documento a seguir.



FOTO 6: Mapa da área quilombola do segundo distrito de Mocajuba. Fonte: Francisco Campelo

Os direitos à terra dos remanescentes de quilombos são garantidos por lei, um direito conquistado através de muita luta de diversos movimentos e entidades sociais principalmente o movimento negro, um dos pioneiros na luta por reconhecimento e valorização do negro no país. Essa conquista foi de suma importância, tanto que hoje proporciona para os moradores de remanescente de quilombo um pouco de tranquilidade e segurança no que diz respeito à posse de suas terras. No segundo distrito de área quilombola (foto 6) do município de Mocajuba, essa história não é diferente, pois é registrada oralmente por moradores e representantes dessa área que relatam os anseios e desafios enfrentados para garantirem um pedaço de chão onde possam trabalhar tranquilamente e assegurar algo para seus filhos e netos. Esses dados nos são apresentados pelo estudo do ITERPA, onde vem dizer que:

A proposta de reconhecimento do direito à terra para “as comunidades remanescentes dos quilombos”, foi apresentada pelo movimento negro à Assembleia Nacional Constituinte, através de uma emenda de origem popular. A proposta não alcançou o número necessário de assinaturas para permitir sua tramitação. Em 20 de agosto de 1987, o Deputado Carlos Alberto Cão (PDT-RJ) formalizou o mesmo pedido. A inclusão da proposta foi fruto de muito esforço e luta da sociedade civil, de uma ampla mobilização social que conseguiu sensibilizar os constituintes (CADERNO ITERPA,2009, V.3, p. 29).

No ano seguinte foi aprovada a Constituição de 1988, que trazia no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT –, o reconhecimento aos remanescentes de quilombos, um direito de fundamental importância: “Aos remanescente das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir lhes títulos respectivos” (ITERPA, 2009, p. 29). Deixando sobre responsabilidade do estado a legalidade das terras e emitir os documentos de titulação para os remanescentes de quilombos.

Sua transitoriedade – que se prolonga por mais de vinte anos – faz com que ela tenda a perder as sua importância, na medida em que seu comando se efetiva. Preconiza-se que, no futuro, quando todas as comunidades tiverem seu direito reconhecido, que esta norma perca sua eficácia. Enquanto o Estado não emitir todos os títulos de propriedade definitiva, aos quais têm direito os remanescentes quilombolas que ocupam suas terras, o artigo tem eficácia plena, vinculando as comunidades remanescentes de quilombos ao seu território etno-sócio-cultural. O reconhecimento de domínio desse território é fator fundamental e indispensável para garantir a afirmação e continuidade das tradições desse grupo social (CADERNO ITERPA,2009, p.29).

Os avanços conquistados no tratamento da questão quilombola é fruto de uma organização social, esses movimentos tanto locais como nacionais, têm como meta principal pressionar o governo para que as áreas de remanescentes de quilombos sejam tituladas o mais breve possível, a pressão maior sobre isso é feita através de fóruns, seminário e palestras de conscientização para se exigir a execução do artigo 68 do CDCT, a fim de fazer cumprir a posse de terras para todos os remanescentes de quilombolas.

O direito à terra e de ser quilombola da comunidade de santo Antônio de Vizeu, foi tema de muita discussão entre as comunidades que compõem a área, segundo nos conta seu José Maria Medeiros da Costa, o primeiro coordenador da associação do segundo distrito da área quilombola. Segundo seu José Maria, tudo começou com uma discursão para legalizar uma colônia, como uma cooperativa, que viesse auxiliar os pequenos agricultores na sua produção e a facilitar benefícios do governo. Sabendo disso o sindicato entra na discussão junto com os representantes da cidade de Baião e ampliam o assunto envolvendo a questão quilombola. Seu José Maria conta que:

A intenção de criar uma associação quilombola, e aí esse foi um processo que levou um tempo né. E aí era só Baião né, só baião depois, por exemplo Zé Nobre foi uma pessoa que participaram de uma discussão lá e resolveram trazer pra cá, estender né, até a Vizania que é nosso distrito. E foi assim que foi feito a discussão, foi feito assembleia em todas as comunidades, então seriam agora sete comunidades né, na associação. (José Maria, em 17/10/2017).

Embora houvesse toda essa articulação com as comunidades que compõem a área quilombola, em entrevista com algumas pessoas da comunidade de Santo Antônio, eles ressaltaram a falta de comunicado sobre essa questão da comunidade se tornar parte dela, pertencente à área quilombola, em entrevista eles relatam que não foram convocados para essa conversa ou orientados sobre essa divisão de território na comunidade.

Ao adentrarmos ao contexto da comunidade de Santo Antônio de Vizeu, por meio de conversas com os ribeirinhos quilombolas sobre a divisão que houve na comunidade, sendo de um lado ela é remanescente de quilombo e de outro ilha, observamos nas falas dos moradores, certa insatisfação de pertencer à área quilombola, causando uma confusão quanto a identidade das pessoas que antes se denominavam apenas ribeirinhas. Assim como na sua própria organização política, a comunidade vive um dilema que afeta a vida das pessoas, como ressalta a fala do senhor Edmundo ex-coordenador da associação e morador da comunidade.

[...]Esse lado nós somos desde 1999, aqui tem esse esse esse problema digo problema que a ilha como faz parte da marinha no caso é federal, esse lado nosso aqui como é representado pelo estado fica pro ITERPA né, no caso iterpa desse lado e incra do outro lado que é ilha, só que pra nós é meio complicado que causou uma certa vamo dizer assim, uma certa indiferença por exemplo, o incra limitou que só pode agir naquele lado da ilha, então a comunidade de Santo Antônio é ribeirinha e não tem os mesmo direito que a ilha tem né, que o pessoal que moram na ilha, é nós que moramos aqui não temos os mesmos direitos por que somos representado pelo estado e lá é federal. É eu achei que ouve uma... eu não sei das pessoas que fizeram esse levantamento num num num agiram com necessariamente normal por que somos desse lado daqui mais sentimos os mesmo impactos de quem mora na ilha. [...] (RIBEIRO, em entrevista cedida em 15/06/2017).

Na expressão de seu Edmundo, é visível o conflito criado entre os moradores da comunidade com relação a ser quilombola, essa discussão vai além de uma questão de identidade, ela perpassa para a organização social, principalmente de assistência do governo. Isso se evidencia na fala do seu Zé Mende quando diz que:

[...]todo mundo mora no ribeirinho nós moramo no ribeirinho, não moramo na terra firme eles não soberam fazer esse formento. Por que a quilombola fica na terra firme, ela fica lá longe, por que nós semo nós semo associação quilombola nós faz frente pro rio aí tiraram a gente de direito, nós não temo caixa d'água pelo governo federal nós não temo a casa própria pelo governo federal, num temo nada disso por que ela tiru

uma dificuldade pra nossa família tudinho, uma dificuldade muito grande por que olha esses perssua tudo receberam rabeta, receberam casa vão ter casa tiveram caixa d'água, tiveram prodocimo tiveram motor de luz, tiveram um bocado de coisa e nós até aqui até huje não tivemos nada, antão deixou uma dificuldade, uma uma diferença muito grande pra área quilombola, muito grande mesmo.[...] (MENDES, em entrevista no dia 15 de junho de 2017).

As inquietações se mostram a partir do momento em que o povo da ilha recebe assistência direta do governo em forma de projetos ou benefícios que ajudam a melhorar a realidade das famílias contempladas. Mesmo a margem direita do rio se localizar na parte de ilha, tendo sua formação de origem ribeirinha, a mesma faz fundo com a parte de terra firme, que passou a compor a divisão da área de remanescente de quilombo, essa parte foi incluída fazendo divisa com o rio Vizeu. Na fala do seu Chico assim conhecido na comunidade, fica clara essa confusão devido à localização geográfica da comunidade.

Ah ta é assim, o meu trabalho é, eu cultivo a lavoura que é a roça né, e também a gente mexe um pouco na parte de ilha por que aqui adonde a gente mora, quase que é assim, a gente mora em setor meio que é errado, ai nós não somos nem quilombola nem ribeirinho. Por que é assim, os projeto que vem da da, da área quilombola, quase que ninguém participa aqui por que nós mora em área errada. Entendeu? Então a gente por fora de certas coisas que por causa que não vai nos adiantar por exemplo a casa própria, nós vamos ficar fora desses projeto por causa do setor que a gente para. (Sacramento, em 15/06/2017).

Nesse contexto esses moradores da comunidade alegam não terem sido consultados sobre o assunto, ou que a divisão não foi bem planejada na região, devido a comunidade ser ribeirinha e a maioria dos seus trabalhos concentrarem-se na ilha, sendo seus trabalhos concentrados em sua maior parte nesse local, com a produção do cacau, do açaí, a pesca, como vemos na fala do seu chico. Embora essas pessoas tenham essas opiniões sobre esse processo de criação da área quilombola, e alegarem não estar por dentro dessa articulação, isso vai de encontro com a fala do seu José Maria, quando diz que fizeram muitas assembleias com as sete comunidades que compõe a área quilombola, orientando as famílias, mas nunca conseguiram a presença de 100% das pessoas de cada comunidade.

Devido ser a realidade dessa comunidade de origem ribeirinha, as pessoas tendo sua formação e a construção de sua identidade dentro desse padrão social, essa mudança de território provocou um impacto grande na comunidade, onde as pessoas se negam ser quilombola. Para eles ser remanescente de quilombola tem que ser descendente de negro ou ser negro. Sobre essa concepção do deslocamento de identidade Laclau (1990) apud Hall, salienta que:

O deslocamento tem características positivas. Ele desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre possibilidades de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos e o que ele chama de “recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares de articulação” (LACLAU, 1990, p.40 apud, HALL, 2006, p. 17/18).

Essa discussão gera um desconforto na hora de falar sobre isso com os moradores, pois os mesmos não aceitam esse título, negando ou deixando de construir sua identidade como tal, pelas informações obtidas, o único momento que alguns moradores assumem ser remanescente de quilombola, é quando precisam de algum documento ou declaração para dar entrada em alguma ação, projetos, ou para os estudantes comprovarem sua identidade. . Muitos são os fatores que contribuem para essa atitude dos moradores, o primeiro é atribuído a sua formação pessoal na comunidade, ela é de origem ribeirinha a carregava esse título até meados do ano de 1999, quando surgiu a discursão por moradores de outras comunidades da criação de uma área quilombola que contemplasse sete comunidade num raio de quase 15 mil equitares de terra. Feito isso algumas assembleias foram feitas com os demais moradores explicando como se daria esse processo e que eles decidiriam se queriam ou não fazer parte dessa área, independentemente da ser comunidade de descendência negra ou não, a pessoa que se acha no direito de ser contemplada como remanescente de quilombos.

Outra questão que pode contribuir para a negação dessa identidade é o fato de que na comunidade de Santo Antônio de Vizeu, nenhum dos moradores se denominarem descentes de negro, pelo menos nenhuma árvore genealógica foi encontrada durante o período da pesquisa e os próprios moradores relatam isso nas conversas com eles, mesmo sabendo que a formação dos povos da Amazônia tem uma mistura de mestiçagem essa mistura de raça que foi originando uma nova raça que caracteriza a identidade dos caboclos amazônicos.

Por fim está ligado ao contexto histórico dos negros no Brasil, onde são calados pela segregação racial causando uma visão preconceituosa dos mesmos e em muitos casos ainda são tido como marginais, essa visão negativa e preconceituosa historicamente alicerçada na sociedade sobre os negros e a falta de uma formação que desconstrua essa visão, contribui para que os mais novos da comunidade se neguem ser quilombola por que eles associam com a cor da pele e não como personagens importantes na história de resistência do país. Por esses motivos eles não aceitam o título de quilombola, sendo visto isso com interesse próprio, muitos pela falta de conscientização acham que ser quilombola era algo que viesse lhes proporcionar benefícios da parte dos governos.

Nesse contexto os moradores só procuram se identificar como remanescente de quilombos quando necessitam de algum documento para fazer alguma coisa como benefícios,

projetos ou declaração para as escolas quando pedem. Tirando esse fator eles procuram não usar essa identidade por sentirem vergonha ou não aceitarem que são descendente de negros. A falta de conscientização desses moradores sobre a importância de ser quilombola e assumir sua identidade resulta nessas atitudes de negação.

Nesse sentido, Cardoso (2012) fala que a busca de identidade requer um reconhecimento social. No caso dos ribeirinhos quilombolas é possível verificar que o termo vem sendo habilitado por novos atores sociais, assim como vem transformando-se em uma bandeira política para seus componentes, visto que, seus direitos inclusive territoriais, são garantidos em função de suas lutas, saberes e história (CARDOSO, 2012, p.49) Nessa perspectiva pode se dizer que a comunidade de Santo Antônio de Vizeu, passa a compor o enredo de duas histórias, a continuação do sujeito ribeirinho na sua essência, e percebe-se também construção de uma nova identidade de ribeirinho quilombola se auto afirmando pela busca de seus direitos a terra, ao trabalho, à natureza e aos seus saberes.

Sobre essa descentralização ou deslocamento de identidade ribeirinha quilombola Hall (2006) fala que esta reconfiguração de identidade é um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentralização do sujeito. Nesse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo. [...] esses processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada.

Na comunidade, são muitos os moradores que fazem comentários de que ser quilombola, foi algo que não concedeu privilégio, pois com a falta de conscientização dos moradores sobre o que é ser quilombola, eles acabam achando que essa mudança traria mais benefícios da parte do governo para eles. Para eles se tornar quilombola viria trazer mais benefícios, projetos e ações sociais do governo, podemos perceber nesse sentido que a aceitação dessa proposta de se tornar quilombola por parte da comunidade que não buscou se reiterar do verdadeiro sentido de ser quilombola, foi por puro interesse em adquirir alguma coisa da parte do governo.

Segundo os moradores se tornar quilombola não mudou nada em questão de ajuda do governo não trouxe benefício nenhum para as famílias, só fez foi perder alguns benefícios que o povo das ilhas andaram recebendo do governo federal isso os deixou revoltado por que eles não foram contemplados por não fazerem parte das ilhas. Segundo a fala dos entrevistados a única coisa de positivo até agora foi a garantia do título de terra, é unanime essa opinião e ou

insatisfação entre os moradores ribeirinho quilombola. Podemos ter clareza disso na fala do seu Neco:

[...] Oha ele fez, ele fez uma mudança, ele fez uma mudança sobre uma coisa, os direitos que os outros tem nós não temos. E o governo não olha nossa necessidade, aqui se o cara tiver morrendo de fome ele morre melmo, aqui se o cara tiver morrendo de necessidade ele morre melmo, já tem algumas partes que os remanescente de quilombo tem os direitos máximo e aqui nós não. Quem tem direito aqui depois que nós fizemos parte dessa, desse lado aqui remanescente de quilombo, quem tem direito é o pessoal das ilha, nós nunca tivemos direito em nada, aqui nós nunca tivemos direito numa casa própria, aqui nós nunca tivemos direito como o pessoal das ilha já tiveram em rabeta, freeze, geladeira, isso tudo que eles tiveram já direito ali, um poço cavado pra ter uma água melhor, nós não temos esse direito e nós nunca o governo nos ajudou, por que nós nunca tivemos quem se interessasse por nós pra cobrar até mesmo do governo federal e aí nós num temo, nós nu foi foi teve uma mudança muito grande, foi a falta de direito que nós não tivemos mais, vivemos abandonados, nós vivemos abandonados, num lugar abandonado desse lado aqui remanescente de quilombo a única a única coisa isso com muito trabalho e muita luta que nós temo aqui ainda é essa energia, é mais outras coisas nós nunca participamos se quer de nada, nós que se interessamos pra puxar isso pra cá e quase quase dando briga, quase quase dando revolta, olha um dia desse teve uma revolta ali no juaba com o pessoal das ilhas, eu num sei se vocês suberam foi uma revolta que se reuniu lá pra uma três mil pessoas, quase quase pra guerrilhar por que o pessoal do juaba não querio que fizesse essa ligação.[...] (SEPEDA, 2017).

Neste discurso é possível observar a insatisfação dos moradores acerca da nova realidade em que se encontram. No entanto, em relação à memória de vida, as suas raízes os costumes que predominam na comunidade, tem uma identidade muito forte com a cultura e as tradições quilombolas e também de povo tradicional. Esses saberes, e tradições seguem o mesmo princípio educativo, passado pelos mais velhos, através da memória e do trabalho tradicional, que contribui para a identidade quilombola presente na comunidade por meio das atividades e do modo de vida de cada família. Neste bojo Hall(2006) ressalta que a identidade:

É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2006 p.13).

Percebemos que, apesar de os ribeirinhos quilombolas de Santo Antônio de viveu apresentarem a existência de conflitos de identidade, sem perceber, manifestam evidências da existência de processos, que contribuem para a constituição de sua identidade quilombola, elas estão expressas nas relações com a natureza, no trabalho, na cultura e na própria luta de reconhecimento social.

Segundo seu José Maria, essa discussão teve início em 1999, mais precisamente no mês de agosto. No começo a intenção era criar uma associação de agricultores como foi dito anteriormente, essa discussão foi se ampliando até desenvolver o interesse de criar a área remanescente quilombola, com o intuito de organizar as comunidades envolvidas com respaldo perante o governo, através da titulação das terras.

A titulação das terras demarcadas saiu entre 2008 e 2009. Durante esse intervalo houve todo um trabalho de organização, de discussão, para chegar a esse momento de titulação. Alguns segmentos ajudaram a fazer o levantamento dos dados da área, começando pelo (GTS) que era a localização exata das terras envolvidas, tinha o instituto (RAIZES) um projeto ligado ao governo do estado que ajudou bastante nesse processo de demarcação, sempre acompanhado as pessoas da comunidade junto ao (ITERPA) que ajudou muito a fazer o apontamento das terras envolvidas.

Após feito o georreferenciamento, foi feita a demarcação, que é o marco em todos os cantos da extensão que corresponde ao território da área. Em seguida saíram os editais de convocação, dizendo a demarcação da área, nesse edital as famílias decidiam se queriam fazer parte da área ou não, elas podiam fazer suas contestação. Depois veio outro edital já definindo os limites da área, nesse quem estava incluso não podia mais sair. Com dez anos após esse processo de fundação da associação, veio ser liberada a titulação da área de remanescente de quilombos do segundo distrito de Mocajuba.

A ARQDMO, (associação dos remanescente de quilombos do 2ª distrito de Mocajuba), enfrenta grandes desafios na sua organização. Embora tenha seu estatuto e também o regimento interno, que ajuda na condução dos trabalhos dentro da área, ela enfrenta dificuldades com a falta de conscientização das pessoas para com o meio ambiente principalmente. Um dos pontos fortes de trabalhos da associação é a preservação do meio ambiente, pois ele é a fonte de vida e renda para as comunidades da área quilombola, pois em meio a esses desafios é visível o resultado nas matas, segundo os moradores hoje já se encontra caças com facilidade na região, antes da associação funcionar e proibir a caça predatória com cachorros, os animais já estavam ficando extintos na região.

Seu José Maria foi o primeiro coordenador da associação, ressalta sua preocupação quanto ao andamento da associação, ele fala que é preciso estar organizado para poder funcionar direito, que sem organização não existe nada. A ideia das pessoas com relação a associação é visando projetos que beneficiem as comunidades que compõem a área, mas que para isso é preciso tá organizado, e que o primeiro projeto que tem que ser feito é o projeto de vida. E que esse projeto tem que ser bem elaborado para poder dar certo. Ao falar isso seu José Maria se

referia às dificuldades encontradas pelos coordenadores da associação em fazer funcionar de acordo com o regimento, haja visto que a maior parte dos remanescente não cumprem com o regimento nem com o estatuto criado por eles, criando um certo descontentamento por algumas famílias que não se sentem beneficiadas por ser quilombola.

A área do segundo distrito de remanescente de quilombos da cidade de Mocajuba, é composta por sete comunidades, sendo que três dessas tiveram quilombos formados, as outras entraram devido a extensão da terra que foi demarcada, outro fator que conta, foi a participação direta dessas comunidades no período escravista, no período colonial. Mesmo não tendo a presença do negro como base de sua formação, elas tiveram participação no modo de trabalho escravo, entre elas está o nosso foco de pesquisa, a comunidade de Santo Antônio de Vizeu, que é de origem ribeirinha, e com a criação da área quilombola ficou dividida, tendo uma parte ilha e outra parte ribeirinho quilombola.

Segundo nosso entrevistado a demarcação da área não foi definido pelos rastros genéticos dos negros na região, por isso envolveram a máximo de comunidades que poderiam, segundo isso foi feito com a ajuda do instituto RAIZES, e eles queriam definir todas as comunidades da região como quilombola, então envolveram as sete comunidades que hoje compõe a área de remanescente de quilombo.

Diante disso torna-se necessário provocar a discussão acerca da identidade daquele local, sobre o ser ou pertencer a uma área remanescente de quilombos. Essa questão ainda tá muito ligada à visão preconceituosa contra os negros, quando se fala em quilombos a maioria das pessoas logo associam que todos tem que ser negros, na comunidade de Santo Antônio é notório essas atitudes nas pessoas, principalmente nas crianças que se negam ser quilombola, na fala de um dos moradores da comunidade podemos perceber a dificuldade em aceitar essa nova identidade, devido à falta de formação e orientação na localidade, sobre isso seu Edmundo fala que:

hoje nós temo dificuldade de se auto reconhecer como quilombola, quando ela quer se reconhecer ela tá precisando de uma declaração, de um certificado da fundação pra pra mais que é pra ter direito a uma bolsa de estudo, aí ela vem encima da associação querendo viu , mais ela não auto se reconhece por que, mais eu dou razão por que não ensinaram isso pra ela, que é essa questão nova que nós temo de 99 pra cá tem 17 anos, parece que é, parece que é cinco de agosto de noventa e nove, foi fundada a associação quilombolas e foi demarcado esse terreno foi dois mil e dez parece, foi titulado, então perdemo muito muita coisa com isso, se perdeu .(Edmundo Ribeiro, em 11/06/2017.

Neste discurso, é possível observar a dificuldade encontrada pelos moradores em aceitar uma nova identidade, a de remanescente de quilombos, devido a falta de formação sobre esse

processo de titulação de remanescente de quilombo. Daí a importância de se trabalhar no currículo escolar uma educação multicultural, que envolva a realidade dos alunos para orientar sobre a importância de sua identidade e seu papel dentro da sociedade.

Sobre esse assunto seu José Maria fala que a associação já recebeu bastante ajuda sem relação à formação de identidade quilombola, oferecida pelo governo do estado, através da SEDUC, (secretaria Estadual de Educação) que já proporcionou curso na localidade de São benedito sobre a questão quilombola, inclusive deixaram uma biblioteca itinerante para funcionar na área, porém a mesma não funciona, sendo assim os livros estão todos guardados, sendo extraviados pelo tempo. A proposta com isso era justamente criar um currículo para se trabalhar nas escolas que correspondem à área quilombola, porém não deram muita importância.

Seu José ressalta a importância desse currículo, para poder mostrar às gerações futuras a história deles, dos quilombolas, mais uma história contada a partir do ponto de vista deles, e não uma história contada do olhar do branco para o negro. Essa é a preocupação de seu José Maria, em sua fala ele não vai descansar enquanto não fazer funcionar esses projetos que eles elaboraram para a área quilombola.

Percebe-se que a comunidade não foi preparada para receber tal mudança que abalaria suas estruturas organizacional social, política e principalmente identitárias de seus moradores. Com isso surge novos desafios para se trabalhar que precisara ser abordado de forma cautelosa entre essas pessoas. A escola é o meio mais eficaz de trabalhar esse processo de construção e reconstrução de identidades e conscientização dessa população. O melhor meio de se trabalhar é motivando as crianças em suas práticas pedagógicas a mudarem seu olhar para essa realidade, tentar desconstruir a ideia que está sendo impregnado em suas memórias.

Se a escola não trabalhar essa questão do racismo, do preconceito nas salas de aula, fica difícil se desconstruir esse paradigma social por que as famílias não recebem essa formação e acabam agindo da mesma forma. Para isso é necessário que aja uma preocupação maior nos conteúdos aplicados em sala de aula para que se trabalhe as questões de raça, cor as diferenças entre os outros, que possa aos poucos mudar o comportamento dessas crianças e sua visão de mundo, para que assim possam de fato assumir suas identidades seja elas quais forem sem receio ou medo de sofrer preconceito na sociedade.

2.3. OS SABERES DO TRABALHO NA COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO.

Entende-se por saberes, o conhecimento das ações desenvolvidas e realizadas em processo dinâmico das atividades humanas e vinculada à vida social e cultural dos indivíduos. Sendo algo único do ser humano, por onde se atribui sentido às práticas construídas de acordo com as intenções e as especificidades de um determinado grupo social. Cada grupo apresenta um estilo diferente de vida, de confecção de objetos, de vestimenta, de se comunicar, de dançar, entre muitas formas de realizar determinadas atividades culturais. Na qual ganham características bem peculiar daquele lugar, tornando fácil sua identificação diante de outros grupos sociais (CARDOSO, 2012).

Toda relação com o saber, enquanto relação de um sujeito com seu mundo é relação com o mundo e com uma forma de apropriação do mundo: toda relação com o saber apresenta uma dimensão epistêmica. Mas qualquer relação com o saber comporta também uma dimensão de identidade: aprender faz sentido por referência à história do sujeito, às suas expectativas, às suas referências, à sua concepção da vida, às suas relações com os outros, à imagem que tem de si e à que quer dá de si aos outros. (CHARLOT, 2000, p.72 apud CARDOSO, 2012, p. 17).

Neste sentido o desenrolar do cotidiano da comunidade quilombola de Santo Antônio do vizeu é repleto de saberes e práticas culturais, determinado pelo modo de ser e viver das pessoas, através das relações que estabelecem entre si e com o meio ambiente, de onde extraem suas matérias de sobrevivência. É por meio dessas atividades com o meio ambiente para atender suas necessidades de subsistência é que emergem os saberes e práticas culturais que enriquecem sua identidade local. Trata-se de um cotidiano impregnado de saberes e fazeres acumulados de forma tradicional, sendo passados através da oralidade, de geração para geração, próprio da cultura da Comunidade.

Com apropriação das entrevistas e observações feitas com os sujeitos da comunidade ribeirinha quilombola de Santo Antônio do vizeu, falaremos dos saberes e práticas culturais existentes no interior da comunidade, que ganham destaque pelo forma como são aplicadas entre seus moradores, esses saberes são caracterizados de forma tradicional entre os moradores, sendo repassados de geração em geração, mantendo viva a memória e cultura local.

Conhecimento tradicional é o termo utilizado atualmente para caracterizar o conhecimento próprio de povos indígenas ou de comunidades locais acerca do meio ambiente que os cerca e com base em observações empíricas. Esse termo se difundiu a partir da convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) adotado pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Segundo a OMPI, o conhecimento tradicional é aquele resultante das manifestações culturais de um determinado povo ou de um território e que é transmitido de geração em geração, tal conhecimento não é imutável e evolui de acordo com as mudanças no ambiente, alcançando apenas os conhecimentos agrícola, ambiental e medicinal. As demais manifestações culturais

como músicas, cantos e narrativas são classificadas na categoria expressões do folclore (ROCHA, 2009, apud. SOUZA/ BARBOSA, 2016, P. 60/61).

Faremos referências intencionalmente com a educação do ensino fundamental no intuito de posteriormente, a partir dessa pesquisa relacioná-las à discussão da inclusão desse conhecimento no espaço escolar, criando uma nova perspectiva de ensino, onde faça o aluno se enxergar como parte integradora dos conteúdos e aprendam a valorizar-se em seu contexto social e cultural.

É nesta perspectiva que compreendemos a importância dos conhecimentos tradicionais num contexto cultural enquanto balizador das relações entre seres humanos e natureza, entre cultura e sociedade. Tais conhecimentos são a base dessas relações e as discussões apresentadas destacam conhecimentos relativos a plantas, pesca artesanal, extrativismo e outras atividades. (MORAES, 2016, p. 14).

Usar esse conhecimento dos diversos saberes dos sujeitos ribeirinhos quilombolas na dimensão do educar das crianças e jovens da localidade, tais saberes poderão estar envolvidos nas atividades curriculares da escola, para proporcionar uma educação de qualidade, onde os alunos se sintam-se envolvidos nesse contexto escolar. Freire (1995) fala que usar a realidade dos alunos para trabalhar uma educação participativa através do cotidiano de cada um nas atividades desenvolvidas por eles, para fazer uma leitura de mundo e da sua realidade. Como o extrativismo e o manejo do açaí nativos, o cultivo do arroz e da mandioca, bem como as danças e rituais lá existentes. Essas atividades estão enraizadas na forma de ser desses sujeitos, na história do seu lugar, à prática cotidiana caracterizada no convívio das famílias, como podemos acompanhar na fala de João Francisco.

Ah tá é assim, o meu trabalho é, eu cultivo a lavoura que é a roça né, e também a gente mexe um pouco na parte de ilha[...]...]ao meu trabalho é assim como eu te disse, a gente trabalha na roça e mexe com açaí e com cacau. É assim que eu levo a vida entendeu, em relação ao meu trabalho, olha eu trabalho cerca de seis horas, sete com uma renda mensal de eu calculo que dê uns seicentos ou quinhentos. [...]. É desde o meu nascimento que eu pelo que eu conheço, eu sei que meus pais, meu pai mesmo ele é cametaense, aí veio se mudou daí do município de Cametá pra cá e (Sacramento, em entrevista cedida em 11/06/2017).

Aqui o trabalho é sempre dirigido pelo responsável da família, realizado sempre com a ajuda dos outros familiares ou pessoas contratadas, de fora da família, que ajudam nesse processo de produção do trabalho. São diversos os saberes envolvidos nesse processo do trabalho cabendo cada um ou família desenvolver suas próprias habilidades de executá-los. Cabendo aqui apresentá-los.

Um dos saberes adquiridos na vida árdua dos ribeirinhos quilombolas, na luta do trabalho pela sobrevivência, desenvolvida de forma artesanalmente é o plantio e manejo do arroz, onde muitos jovens adultos e crianças exercem esta atividade na forma de produção familiar. Esta atividade é feita sem uma preparação específica da terra a qual não recebe nenhum preparo de aragem antes, pois a aragem acontece no preparo para a plantação de mandioca, o plantio do arroz se mistura em meio a mandioca, o processo se dá após a mandioca estar com broto de fora, as famílias vão e espalham o arroz no terreno todo de forma desordenada, juntamente com outros produtos como o maxixe, o jerimum ou abobora, o jongome. Ambos são plantados misturado em meio a mandioca, aproveitando sempre o período chuvoso para esse plantio, essa imagem retrata a mistura das plantas prontas para a colher, a família toda se envolve nessa colheita que é feita manualmente.



FOTO7: Família coletando arroz de forma tradicional. Fonte: Gerson campelo

A produção do arroz não é muito grande, ela é feita apenas para o consumo da família que usa também para alimentar seus animais. Essa colheita feita de forma tradicional presente no saber e cultura dos ribeirinhos quilombolas, exige dos coletores de arroz um preparo físico para ficar de pé a manhã toda, assim como uma habilidade específica de manusear uma pequena faca que serve para cortar os cachos do arroz as árvores, eles vão cortando e segurando até não caber na mão, (foto 7), em seguida vão guardando em uma saca de palhinha ou nos paneiros,(foto 8), a colheita, assim como o plantio é sempre feita pela família, que no ato do trabalho vão sendo provocados a contarem casos, histórias ou cantar, costume esse que vem dos seus antepassados como forma de alegrar e animar um ao outro.



FOTO 8, agricultores carregando arroz nas sacolas de palhinha Fonte: Gerson Campelo

Após a colheita na roça, o arroz é levado para a casa e secado utiliza-se o tupé ou uma lona plástica para espalhar o arroz ao sol, seu beneficiamento é feito de forma tradicional e artesanal, o arroz é tirado do cacho após estar seco. Em seguida é levado novamente ao sol até ficar seco no ponto pra consumo, o beneficiamento é feito de forma manual, socado em pilão, um instrumento de madeira, herdado da cultura indígena e muito utilizado pelas comunidades amazônicas. O arroz é um produto muito útil na mesa das pessoas, sempre no final de cada colheita é separada uma porção para plantar no ano seguinte. A casca do arroz beneficiado serve de ração para alimentar os animais principalmente quem cria porcos, ela serve de nutriente de engorda para os animais.

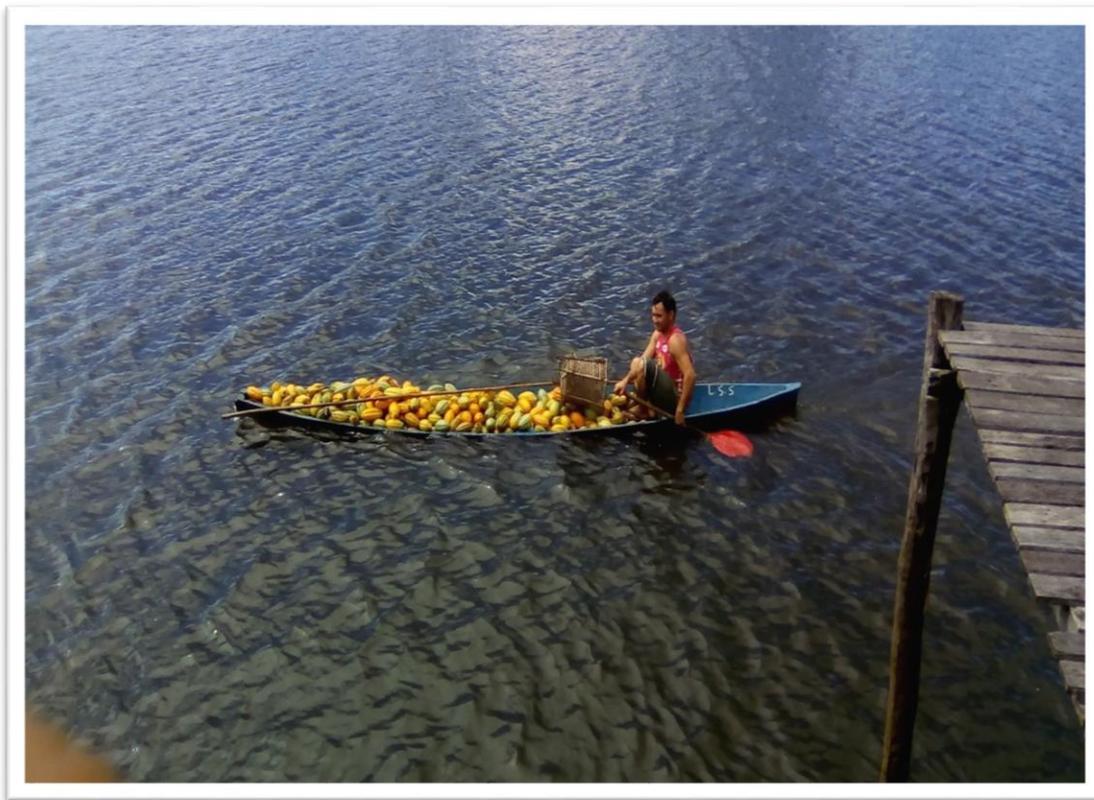


FOTO 9: Ribeirinho quilombola transportando cacau no casco. Fonte: Gerson Campelo, 14/06/2017.

Outro saber que se sobressai na comunidade é da produção do cacau, é um saber repassado pelos mais experientes e vem desde o começo do povoamento da comunidade, requer um manejo especial e um esforço muito grande na colheita e beneficiamento dos frutos. O cacau é uma das principais fontes de renda da comunidade, todas as famílias tem um pequeno Cacoal em suas terras de onde tiram maior parte de seus sustento, principalmente na safra.

De acordo com o (CEPEC) centro de pesquisa de cacau, o cacauzeiro é uma planta estimulante, tropical, pertencente à família das *esterculiáceas*, encontrada em seu habitat, nas américas, tanto nas terras baixas, dentro dos bosques escuros e úmidos sob a proteção de grandes árvores, como em florestas menos exuberantes e relativamente menos úmidas, em altitudes variáveis, entre 0 e 1.000 m do nível do mar. Na região amazônica é muito comum o cultivo da fruta do cacau, em alguns lugares se torna a principal fonte de renda das famílias, como no caso de Santo Antônio de vizeu, das 53 famílias da comunidade todas tem produção de cacau como uma das principais forma de subsistência. Algumas famílias possuem grandes extensões de terra ,da qual investem no plantio do cacau, sempre intercalando com os açazeiros e outras plantas regionais.

O plantio do cacau em Santo Antônio de Vizeu, se dá de forma tradicional de extrativismo, em sua maior parte preservando o método tradicional, onde as pessoas iam semeando as sementes aleatoriamente na terra. Deste modo, as árvores crescem de forma desalinhada e em meio às outras permanecendo assim na sombra delas, o que ajuda no seu desenvolvimento, a terra não recebe nenhum tratamento especial para receber o plantio e para se ter uma boa produção, não se aplica nenhuma adubação para influenciar a produção ou a qualidade dos frutos, a única coisa que é feita é a roçagem do mato uma ou duas vezes ao ano, o mato roçado é deixado nos pés de cacau servindo de adubo, tornando assim os custos de um cacau muito barato.

O saber da produção do cacau é cultivado de maneira tradicional, a colheita se dá duas vezes por ano, sendo que durante o ano é possível coletar alguns frutos que vão amadurecendo aos poucos, a safra principal ocorre nos quatro primeiros meses do ano, entre março e junho, no período chuvoso, o que aumenta a produção, outra safra que recebe o nome de safra do macaco se dá por volta do mês de novembro a dezembro. O fruto só pode ser coletado quando estiver bem maduro, com suas cascas amarelas ou começando a amarelar (verdoengo) como é chamado pelos locais, os mesmos desenvolvem algumas linguagens para classificar o tamanho da colheita, é comum eles fazerem uma (puicazinha), ou seja apanhar uma pequena porção dos frutos o suficiente para comprar uma pequena despesa ou o almoço do dia.

Os instrumentos utilizados para a coleta do cacau, são produzidos de forma artesanal como o paneiro de (costa) tecido de jacitara com pequenas hastes (perna) na vertical onde são colocadas as alças para poderem carregar os frutos presos nas costas, a alça é feita de saca de palhinhas ou de envira, uma fibra tirada da árvore da invireira. O gancho é outro equipamento utilizado para apanhar os frutos da árvore, o gancho é feito de uma vara fina com uma corda fina, ele é tecido na ponta da vara de forma bem segura que não se desfaça ao ser forçado, ao tentar arrancar o cacau, ou é usado outro equipamento chamado podão, um instrumento de ferro afiado de fabricação industrial, esse instrumento é pouco usado pelas pessoas por oferecer algum risco à segurança deles.

Após serem colhidos os frutos são depositados em uma parte da casa, onde serão processados pela família, pode ficar até uma semana na casca sem estragar as sementes. O primeiro processo é cortar as frutas ao meio para poderem tirar as sementes.



FOTO 10. Família reunida tirando a semente de cacau. Fonte: Gerson Campelo 14/06/2017.

Do fruto do cacau se aproveita quase tudo, primeiro se extraem as sementes que possuem um grande volume de polpa branca e açucarada, de onde se produzem sucos (vinho para os moradores), refrescos e a geleia ou doce como é conhecida na região, a casca é beneficiada e transformada em sabão caseiro, a fabricação é de forma tradicional e o produto muito usado inclusive como remédio. O processo de produção do vinho do cacau, após tirado da casca em um recipiente como mostra a (foto 10), é adicionado um pouco de água sendo amassado com as mãos para soltar o líquido das sementes, em seguida é espremido no tipiti, pendurado em um pau amarrado no esteio da casa; para espremer as sementes é preciso usar a força física e pode ser uma ou duas pessoas como ilustra a foto 11 dependendo do sistema armado para a prensagem. O vinho ou suco do cacau é muito consumido pelas famílias que produzem cacau, o mesmo é material para a produção de outros produtos derivados do líquido como o doce ou a geleia o vinagre natural de cacau e o licor.



FOTO 11. Casal tirando o vinho do cacau. Foto: Gerson Campelo.

O suco extraído do cacau, tem um sabor misturado meio ácido meio adocicado, é consumido pelos ribeirinhos quilombola com farinha de mandioca, que passa a ser um lanche da tarde. O suco do cacau também é comercializado na cidade e tem muita saída na feira, muitas vezes chegam fazer até encomendas do produto na feira.

Na fabricação do doce o vinho do cacau (suco) é levado ao fogo em um recipiente (foto12). O vinho fervido ganha mais durabilidade para consumo, em caso da fabricação da geleia, ele é fervido até ganhar o ponto certo. Existem duas maneiras de fazer a geleia. A primeira é o que eles chamam de doce branco, esse leva um ingrediente a mais que o outro, além do processo de preparo ser mais cauteloso para ganhar a cor e a consistência desejada.



FOTO12: suco do cacau (vinho), em panela já ao fogo para ferver Fonte: Gerson Campelo

O segundo é mais simples e menos trabalhoso. Esse processo nos é contado pela dona Maria Rodrigues, que relata o processo de fabricação da geleia do cacau. Segundo ela para fazer uma porção da geleia branca é necessário um frasco (dois litros) de vinho (suco) do cacau um quilo de açúcar e cinco ovos. A calda é levada ao fogo, na comunidade usa-se o fogão à lenha,

(foto13) com a calda no fogo deixa ferver por um tempo, tomando cuidado para não gastar com a pressão da fervura, quando ela começa pegar consistência, vai mexendo a calda sem parar, ao tira do fogo, continua mexendo sem parar, esse processo de mexer é que define a qualidade do produto.

Na comunidade quilombola de Santo Antônio ainda se usa muito o fogão a lenha, onde é feito quase todas as comidas, o doce de cacau é feito no fogão a lenha de forma bem tradicional e artesanal como ilustra imagem 13.



FOTO 13: Fogão de lenha utilizado para fazer o doce.
Fonte: Gerson Campelo 2017

Enquanto isso os ovos são quebrados e batidos em outro recipiente, até criar uma superfície espumosa, aos poucos vai adicionando o ovo na calda que está sendo batida continuamente. Segundo nossa entrevistada a cor é definida pelo processo de mexer sem parar a calda com os ingredientes adicionados. Após esse processo de mexer e levar ao fogo com frequência, ela vai criando a consistência e o produto final é uma geleia branca e deliciosa aos olhos e paladar, (foto14).



FOTO14, Geleia (doce) de cacau com ovo. Fonte: Gerson Campelo

Outro processo de fabricação é a geleia na tonalidade escurecida, esta leva menos ingredientes que a outra e é mais simples de fazer, segundo os relatos de dona Maria Rodrigues. Nesse caso, o líquido ferve com o açúcar por um tempo até começar ficar escurecido, tem que ficar mexendo até criar uma textura pastosa, a falta de ovo faz com que crie uma aparência diferente, mais escura, (foto15) a partir daí é necessário que fique mexendo continuamente com uma colher de pau grande. Esse processo nos é contado pela dona Maria Rodrigues, aposentada quilombola de Santo Antônio de Vizeu.



FOTO 15, Geleia (doce) de cacau sem a mistura do ovo. Fonte: Gerson Campelo.

O doce produzido é vendido na feira da cidade ou é dado de presente aos parentes que moram longe. Tem uma durabilidade de seis meses sem nenhuma mistura química, ele fica conservado em perfeito estado, segundo relatos a única coisa que faz estragar a geleia é meter colher molhada ou já metida na boca na hora de tirar do recipiente onde é guardado o doce.



FOTO16, Geleia de cacau sendo vendido na feira de Mocajuba Fonte: Gerson Campelo

A produção da mandioca é outro saber que faz parte da cultura local, é repassado pelos mais experientes da família e requer um manejo especial no tratamento da roça. O cultivo ainda preserva traços dos antepassados nos costumes do plantio, não havendo mais alguns costumes e movimentos como já citado anteriormente, como por exemplo os convidados, que era um momento onde todos se reuniam para celebrar em preparação para plantar o roçado de alguém da comunidade. Hoje as famílias trabalham sozinhas.

Em entrevista com seu Bigorriho, nos relatou sobre o trabalho do plantio da mandioca que começa com a preparação da terra, primeiro faz a derrubada das árvores, após alguns dias, elas são queimadas, o processo seguinte é a (incoivara) processo onde as pessoas vão retirar os galhos queimados fazendo pequenos montes, onde em seguida, são queimados, a terra onde se queimam os galhos servem para plantar verduras e legumes, como maxixi, melancia, jerimum (abóbora) entre outros. Para Costa e Sobrinho (2016):

A prática agrícola caracteriza – se pelos métodos convencionais, repassados por experiências individuais, nos quais o nível tecnológico compõe um sistema de produção simples, cuja lógica é definida muito mais em termos de sobrevivência do

que de rendimento financeiro, sendo a fator força de trabalho, essencialmente familiar. Esse sistema segue uma dinâmica de agricultura itinerante (agricultura de pousio), consistindo nas tarefas de broca, derrubada, queima, encoivramento, plantio, capina e colheita manual (AMAPÁ,2014). O importante neste tipo de prática agrícola, herdado dos indígenas, é que não há necessidade de utilização de nenhum arsenal de técnicas ou instrumentos agrícolas de alta tecnologia. (COSTA e SOBRINHO, 2016, p. 28).

Após esse processo, vem o período do plantio da mandioca e outras espécies como maxixe, melânica, jerimum o arroz, os mesmos são introduzido no mesmo espaço da mandioca. Para plantar a mandioca as manivas (caule) são cortadas em pedaços medindo um palmo da mão de um adulto, são feitas as covas rasas na terra e são colocados dois pedaços em cada cova, a colheita se dá com a idade entre 16 a 20 meses, quando as raízes já estão maduras o suficiente para colheita. É um trabalho árduo e dá pouco lucro, embora a farinha ainda seja um dos principais produtos presentes na mesa das famílias.

Os passos do processamento da farinha segundo evidenciou seu José (bigorriho) começa com a coleta da raiz da mandioca na roça, em seguida é levada para a casa de forno, onde passa por todo processo de beneficiamento da mandioca, é na casa de forno que se faz quase todo trabalho do beneficiamento da farinha. A casa de forno é uma pequena casa construída sempre em ponto estratégico para facilitar a locomoção dos produtos, é também um local de descanso quando eles vêm da roça, é uma simples casa coberta com palha, na maioria das vezes, da palmeira do najazeiro, em outras vezes é coberta de cavaco, sua cobertura serve mais para protegê-los do sol e da chuva nos períodos chuvosos, quando estão trabalhando nela. Dentro dela têm todos os materiais necessários para fabricar a farinha e os derivados da mandioca, como ilustra a foto17. A casa de forno utilizada por muitas das famílias da comunidade de Santo Antônio.



FOTO 17: Casa de forno ou casa da farinha da comunidade quilombola. Fonte: Gerson Campelo

É neste local que acontecem também as rodas de conversa, causos e casos que eles contam para animar e ajudar a passar o tempo de forma descontraída, a fim de que o trabalho não fique fadado apenas aos afazeres práticos de ralar, coar, pilar e mexer a massa da farinha. Nesse ambiente também acontece uma espécie de reunião familiar e um processo de formação da cultura e saberes que são transferidos de pai para filho nesses momentos de encontro, nos trabalhos braçais, reforçando assim a permanência da cultura no método tradicional passado de geração para geração.

A mandioca é levada da roça para a casa de forno dentro dos paneiros de costa ou paneiro de pé, de fabricação artesanal, os moradores acham melhor utilizá-los, devido a segurança e facilitação de locomoção que possibilitam. Depois que põem os paneiros cheios de mandioca nas costas, dizem conseguir andar qualquer distância sem ficar parando para descansar. Exige desta forma, muito esforço físico e resistência, mas com o tempo ficam acostumados com o peso nas costas e não sentem dificuldade em executar o serviço, é uma prática tradicional e comum o uso desse instrumento de trabalho nessa comunidade.

Segundo nosso entrevistado, o senhor José, a farinha é fabricada de duas maneiras que são nomeadas de acordo com o modo de preparo. A Primeira é a farinha d'água, feita só com a mandioca amolecida na água. A segunda é a farinha com ralada, feita somente da mandioca ralada ou triturada na máquina (caititu) segundo nos fala nosso entrevistado.

O processo da farinha d'água dá-se da seguinte forma: a mandioca é retirada da terra, guardada em sacolas de palhinhas e levada pra água, ficando de molho por oito dias ou até que todas já estejam moles, em seguida é descascada na beira do poço ou igarapé e lavada em água corrente. O descascamento é feito de forma manual, após é levada para a casa de forno onde

passa pelos processos de prensagem; primeiro a raiz é socada na masseira (instrumento de madeira fabricado de forma artesanal, foto 18), com a mão de pilão, depois é colocada no tipiti e prensado no sarilho para que seque a massa para depois ser esmiuçada na peneira, esse processo separa a massa fina dos caroços de mandioca que ficam inteiros, os quais chamamos de crueira, para em seguida ser levada ao forno para torrar a farinha.



FOTO 18, Masseira de amassar mandioca feita de madeira escavada.
fonte: Gerson Campelo.

Outra forma de fazer a farinha é com massa toda ralada ou triturada em caititu, a mandioca é retirada e levada para a casa de forno, onde é descascada manualmente com ajuda de facas, após retirada toda a casca (fibras), é lavada e ralada manualmente com ralo feitos artesanalmente, (foto 19), ou no caititu, depois é colocado no tipiti e prensado no sarilho para secar e extrair o tucupi e a tapioca. Em seguida, é coada em peneiras de fabricação artesanal de tala de arumã ou de tela de aço onde recebe a forma ao tamanho dos grãos da farinha, após isso é levada em pequenas quantidades ao forno para a torração em alta temperatura, onde vai mexendo até chegar ao ponto certo.



FOTO 19, Ralo feito de lata de óleo, usado para ralar a mandioca. Fonte: Gerson Campelo.

Desta forma as raízes são raladas manualmente em ralo de fabricação caseira, a afinação da massa e a textura da farinha depende muito da espessura do ralo. O ralo é feito de pedaços de chapa de zinco ou de lata de mantimentos, quando feito de lata, retira-se o fundo e abre-se nas laterais, depois é perfurada com pregos, o tamanho do prego determina a espessura do ralo, a base é feita de tabua, é cortado um pedaço de tábua no tamanho do ralo (foto19), essa é uma prática que está se perdendo, pois com os avanços tecnológicos, já se usa outra ferramenta de fabricação industrial, que necessita de equipamentos de suporte para fazer funcionar. O caititu como é chamada essa ferramenta, tem um formato cilíndrico com hastes de metal em formato de serra encaixado no cilindro de madeira, para fazer funcionar é preciso de um gerador ou um sistema muito comum por não existir energia elétrica nas casas de forno, é um pedal de bicicleta adaptado para o caititu. Com isso o serviço fica muito mais rápido e a produção aumenta.

Em seguida acrescenta a etapa da prensagem. Primeiro mistura-se a massa na masseira até ser levado no tipiti (instrumento de fibra de palmeira da folha do miriti tem um formato cilíndrico com medida entre 1,50m a 1,60m de comprimento) (foto20), após a mandioca ser ralada é socada, amassada e colocada no tipiti e pendurado no sarilho (foto 20), para escoamento do líquido denominado tucupí. Esse processo é necessário para reduzir ao mínimo possível, a umidade presente na massa, tanto a ralada quanto a não ralada, que impede o surgimento de fermentação indesejada além de economizar tempo na torração, fazendo com que a massa não fique com grumos (caroços) muito grandes prejudicando a qualidade do produto.



FOTO 20 Sarilho, instrumento de madeira que serve pra prensar a massa no tipiti. Fonte: Gerson Campelo.

Após ser prensada ela é tirada do tipiti na masseira para ser coada na peneira, essa peneira pode ser de tala de arumã, confeccionada artesanalmente como podemos ver na foto21 que ilustra uma peneira de tala, ou pode ser feita de tela de aço, qual é mais usada devido sua durabilidade e resistência, de acordo com o tamanho do buraco ou olho, como são chamados os orifícios da peneira, é a grossura dos grãos da farinha, para em seguida, ser levada ao forno para torrar a farinha.



FOTO 21, peneira feita de tala de arumã, própria para coar massa de farinha, Fonte: Gerson Campelo.



FOTO 22, peneira de tela, usada para coar massa de mandioca Fonte: Gerson Campelo.

Ao sair da prensa a massa está compactada, havendo necessidade de ser esfarelada, esse processo se faz na peneira já citada, na peneira, a massa é coada para separar as frações grossas contidas na massa, chamadas de crueira, que pode ser utilizado de várias formas, ela serve de alimentos para animais, porém poder ser levada ao sol até ficar seca e processa da virando um polvilho fino, dele se faz mingau, beiju e em alguns momentos, e de remédio, em forma de emplasto sobre alguma infecção. Após o esfarelamento/peneiragem, essas peneiras de fabricação artesanal feitas de tala de arumã ou de tela de aço, (foto 22) onde dá a forma ao tamanho dos grãos da farinha, após, é levada em pequenas quantidades ao forno para a torração em alta temperatura, onde se vai mexendo até chegar ao ponto certo.

O senhor Jose ressalta que a água extraída da prensagem da massa ralada, o “tucupi,” é muito tóxica e poluente. Porém os ribeirinhos quilombolas em seus saberes, conseguem tratar o tucupi através do cozimento, transformando-o em uma bebida usada em várias comidas ou que fazem parte da culinária paraense: tacacá, peixe no tucupi, pato no tucupi, molho de pimenta, etc. também é do tucupi que se extrai a tapioca, outro produto muito utilizada como alimento.

Quando o tipiti é levado ao sarilho para prensar, é posta uma vasilha embaixo para aparar o líquido que fica descansando por um tempo, até que se concentre toda impureza. Ocorre então, uma divisão dos líquidos, onde se coleta apenas o líquido que fica em cima, pois este é boa

de qualidade para ingerir, o qual chamamos tucupí, o que sobra é deixado mais um tempo até que se concentre toda a burra, daí surge a tapioca, um polvilho branco na qual é utilizada para se fazer, o beiju, tacacá, mingau, goma para colar papel, etc.

Nos conta nosso entrevistado, que o segredo para uma boa farinha está no processo de escaldamento da massa, que leva em torno de 20 minutos da massa no forno quente, onde o forneiro vai mexendo com o auxílio de um rodo de madeira, de cabo longo e liso para facilitar o processo de manuseio da massa (foto 23).



FOTO 23: Rodo de madeira específico para mexer farinha
Fonte: Gerson Campelo.

Esse instrumento é essencial na fabricação da farinha, pois sem ele torna-se difícil manipular a massa no forno, em processo de torração. É através dele que se dá o ponto e a textura da farinha no forno, o forneiro vai mexendo uniformemente, até a secagem final do produto, chegando ao ponto da umidade certa. De acordo com a forma e a quantidade de mexida com o rodo, é a qualidade da farinha, a torração tem grande influência sobre o produto final, porque define a cor, a qualidade, o sabor e a durabilidade da farinha.

O recomendado é realizar esse processo todo no mesmo dia da ralação ou da tirada da mandioca da água onde amoleceu, não havendo problemas graves se deixar pra fazer no dia seguinte, coisa muito rara de acontecer. Essa técnica exige muita habilidade e conhecimento do momento certo de escaldar a massa, a temperatura do fogo também é controlada tirando ou adicionando mais lenha embaixo do forno a torração tem grande influência sobre o produto final, porque define a cor, o abro e a durabilidade da farinha.

O forno da farinha fica em uma casa apenas coberta para proteger o forno e as pessoas que trabalham nele em caso de chuva, vento e do sol. (foto24) Após retirada do forno, a farinha

é espalhada em uma masseira (peça de madeira escavada) para esfriar e posteriormente ensacada para o transporte ficando armazenada para consumo.



FOTO 24, forno de torrar a farinha de mandioca, Fonte: Gerson Campelo

A produção da farinha de mandioca é umas das principais atividades desenvolvidas pelas famílias da comunidade de Santo Antônio de Vizeu, é também o trabalho que exige um esforço físico muito grande do produtores, sua produção requer dedicação no cuidado da roça, pra capinar, plantar outras variedades de frutos e principalmente saber o tempo certo de roçar, queimar e plantar. Na comunidade sua produção é em sua maioria para o consumo próprio das famílias, apenas quando muito necessário se faz para vender. A importância de se mostrar os saberes do trabalho do povo da comunidade é justamente para registrar como se dá esse processo e as dificuldades encontradas nas práticas exercida na produção artesanal da farinha de mandioca e de outros saberes que lá existe. Como eles desenvolvem esses conhecimentos na confecção de seus utensílios que são utilizados na hora da produção, para valorizar esse trabalho e a identidade desse povo que tem uma vida cansativa por meios de seus trabalhos. Esses relatos partiram da própria vivencia do senhor José, conhecido popularmente como (Bigorriho) que nos permitiu coletar esses dados, que expressa com propriedade as etapas relatada da produção da farinha junto com seus familiares.

A cultura do artesanato das mascaras na comunidade é motivado pelo acontecimento do carnaval das águas que é uma das principais atividades de lazer e diversão no lugar no período de carnaval no mês de fevereiro houve a necessidade de se aprender a confeccionar os materiais utilizados na brincadeira, devido à grande procura das máscaras no período do carnaval, e na localidade não tinha quem produzisse esses produtos. Todo tempo elas eram

encomendadas para um artesão de outra localidade e na maioria das vezes não chegava a tempo e faltava mascarar para os brincantes.

Embora o carnaval das águas já existisse a muitos anos quase desde sua fundação nessa comunidade, ainda não tinha ninguém que soubesse confeccionar as máscaras de papel. Somente a uns dez anos atrás que houve o interesse de aprender devido a necessidade ser muito grande, causando alguns empasses entre os brincantes.. Foi ai que o professor Francisco Campelo Miranda começou a produzir as máscaras de papel que dão vida aos personagens do bloco.

O professor Francisco Campelo Miranda, conhecido como chico, atuava na comunidade até um ano atrás, nascido e criado na comunidade, atualmente trabalha na cidade de Mocajuba como professor, também já compôs a coordenação da comunidade de Santo Antônio do vizeu, ele nos conta como aprendeu sobre o processo da produção das máscaras usadas no carnaval das águas, uma das maiores expressões culturais e artísticas da comunidade, que acontece anualmente. Sua sabedoria se traduz também na habilidade e delicadeza de manipular a argila, material utilizado para dar forma as suas artes (foto25). Fala também onde busca inspirações para criar os mais diversos formatos de rostos das máscaras, cada uma com traços e formatos próprios, e como faz para aperfeiçoar novas técnicas aplicadas em sua arte.



FOTO 25, Fabricação da forma de argila onde é confeccionado as máscaras de papel Fonte: Francisco Campelo Miranda

O professor Francisco se destaca na comunidade por sua personalidade e pelos talentos que possui, entre eles o artesanato das máscaras que dão vida aos personagens que compõe o bloco do carnaval das águas. Filho de carnavalesco, quando criança fazia parte de um dos blocos mais antigos da região, o “cordão do bola preta”, oriundo da comunidade de Santo Antônio de Vizeu. Conta ele que seu pai era o presidente do bloco por muito tempo, o professor começou a fazer parte como integrante do bloco desde os oito anos de idade, começou a participar como um dos personagens principais e se destacava pelo seu talento, ele era o palhacinho do cordão, seu papel nas danças era de saudar as pessoas ao chegarem no local, o dono da casa, e pedir licença para que os brincantes pudessem adentrar para o salão para assim se apresentarem.

A tradição cultural do carnaval das águas é um fator determinante nessa comunidade, e os conhecimentos dos saberes são repassados de geração a geração, de maneira natural no convívio coletivo, os mais velhos vão repassando suas experiências e vivências para os que vão chegando. E a necessidade de confeccionar os materiais necessários para os brincantes despertou no prof. Francisco, o interesse de aprender a confeccionar as máscaras, teve um pouco de dificuldade no começo, pois não havia ninguém na comunidade que praticasse esse artesanato. Foi em contato com pessoas de outros lugares que desenvolveu sua habilidade de manusear a argila e confeccionar as máscaras.

Esse trabalho requer paciência e dedicação para que tenha um resultado positivo. É um, processo simples, porém trabalhoso. O trabalho começa com a escolha da argila adequada, para isso, ele precisa procurar na beira do rio e igarapés até encontrar, o próximo passo é a escultura, o formato dos rostos que deve ser feito com bastante atenção e delicadeza, embora as máscaras em sua maioria, ganhem formatos diferentes, com rostos tortos, com nódulos ou alguma deformação, ele precisa de muita inspiração para criar esses rostos com perfeição. Os passos de fabricação são descritos pelo entrevistado: pega a argila (barro), coloca em cima de uma pedaço de tábuas, amassa a argila e faz a forma, primeiro faz o formato liso e só depois vai acrescentando o nariz e o beijo (lábios), deixa secar ao sol.

Após feito esse processo ele vai colando as tiras de papel, interessante ressaltar aqui que ele utiliza o processo de reaproveitamento de papéis, sempre usa revistas, jornais e cadernos que seriam descartados no lixo, esse processo de colagem do papel na forma de argila leva tempo e requer paciência e concentração, (foto26), aos poucos ele vai dando forma aos rostos que dão vida aos personagens do carnaval das águas.



FOTO 26, colagem do papel na forma de argila. Fonte: Gerson Campelo.

Após estarem prontas a forma e a goma de tapioca, começa a produção da máscara. Pega o papel rasga ou corta em pequenos pedaços, quanto mais estreitos melhor; em seguida passa a goma da tapioca em um lado do papel e prega a forma, e vai pregando em geral, sempre intercalando, um pedaço de papel sobre o outro. Não pode passar muita goma se não o papel cola um no outro de forma a atrapalhar o serviço, quando tiver passado várias camadas, leva-se ao sol para secar e volta-se a colar o papel novamente, depois que o papel ficar grosso, deixa secar para tirar da forma. A retirada da forma requer cuidado e delicadeza para não quebrar a forma que será utilizada para fazer a outra máscara, muitas vezes a forma se quebra ao tentar tirar a máscara.

Por último pinta-se a máscara com as cores que achar melhor. Faz o bigode a sobrancelha, de preferência com tinta preta, é quando elas ganham vida e destaque para os detalhes (foto27), isso ocorre depois de secada ao sol, quando a máscara fica bem firme difícil de ceder. Os cortes da boca, dos olhos e do nariz são feitos nesse momento com uma faca como as pontas quente, para facilitar a perfuração nas camadas de papel com cola, ou estiletos. A cola utilizada nesse processo é de fabricação artesanal, feito da goma da tapioca, pega um pouco de tapioca dissolve na água e é levada ao fogo mexendo até ganhar consistência da goma do tacaca, é a cola mais apropriada para esse serviço, além de ser mais barata. Essa técnica é tradicional

adquirida e desenvolvida pelo povo ribeirinho quilombola, devido a necessidade de comprar cola eles desenvolvem seus saberes com produtos naturais, essa cola de goma é tão resistente quanto a cola industrializada além de não ser tóxica, pois não leva mistura química no seu preparo.



FOTO 27, Pintura das máscaras para o carnaval das águas. Fonte: Francisco Campelo Miranda.

De acordo com o personagem é o formato das máscaras, e a cada ano novas técnicas são inventadas para deixar as máscaras mais bonitas e diferenciadas. Destacam-se as máscaras do velho, que ganha barbas embutidas no papel, sobancelhas que deixam mais a caráter o personagem, agora o professor está experimentando fabricar com novas matérias, ele começou usar isopor diluído sobre as formas, isso faz com que a máscara fique mais resistente principalmente, à chuva, além de dar uma aparência diferente ao produto.

Como ele é um dos poucos que se dedicam nessa prática cultural, e existem vários blocos na região, as encomendas começam ser feitas desde o mês de novembro, ele tenta alternar o tempo entre trabalho e confecção das máscaras. Isso o leva a envolver seus sobrinhos, são quem os ajudam a confeccionar as máscaras e dessa forma ele está passando os ensinamentos tentando manter viva, essa cultura artesanal, que ganha expressão na comunidade, motivado pela cultura do carnaval das águas que é uma das principais atividades de lazer e diversão no lugar no período de carnaval no mês de fevereiro, houve a necessidade de se aprender a confeccionar os materiais utilizados na brincadeira. Foi aí que o professor Francisco Campelo Miranda começou a produzir as máscaras de papel que dão vida aos personagens do bloco.

Uma cultura que se destaca em meio as outras é o carnaval das águas, presente na história dessa comunidade desde aproximadamente 1920, não se tem ao certo uma data de quando surgiu essa expressão cultural na comunidade. A falta de registros (por fotografia) e documentos que falem sobre essa cultura na comunidade, dificulta a definição do tempo de existência do Bloco “Bola Preta” um dos mais antigos das águas da região e na comunidade. O que se sabe é que existe essa expressão cultural e artística há muito tempo como o cordão do bola preta, que era o único que existia na comunidade, devido uma simples brincadeira com ex brincante do bola preta surgiu um novo bloco no rio que é o chamado Folha Verde, em 2010, daí em diante a comunidade tem dois blocos mascarados que saem no mês de fevereiro.

O carnaval das águas, comum nas ilhas do baixo Tocantins, é uma das maiores expressões culturais e artística da região, o evento acontece no mês de fevereiro e envolve toda a comunidade desde crianças a pessoas idosas (foto 28). É uma cultura tradicional e como as outras é repassada de geração a geração, pelos mais velhos da comunidade que buscam envolver todos e mostrar a importância de manter viva essa expressão cultural que ao mesmo tempo compõe suas identidades. Os blocos saem no mês de fevereiro, mas começam se organizar desde o mês de dezembro quando iniciam-se as organizações, como as escolhas das comedias (sátiras) usadas pelos personagens nas apresentações, bem como a confecção das vestes dos brincantes, muitas são repetidas de um ano a outro, também cada ano entram novos participantes para os blocos.



FOTO 28, Bloco Bola Preta depois de uma apresentação. Fonte: Valdirene

Cada brincante fica responsável em confeccionar sua roupa ou fantasia como é conhecida por eles, elas são sempre muito coloridas e cheias de brilho de purpurina (foto 28), alguns acrescentam detalhes de panos cortados em fatias para preencher mais a roupa. Todos em clima de festa e com muita alegria compartilham do mesmo desejo que é se apresentar e passar a mensagem que trazem em suas sátiras (comedias), todos se envolvem homens, mulheres e crianças brincam e se divertem juntos. O mesmo é esperado pelos moradores ribeirinhos com muita ansiedade, pois é para eles um momento de confraternizar e se divertir podemos observar isso na fala do seu Edmundo quando diz que:

[...] o que tenho lembrança que a gente via era os blocos de carnavais os cordão de carnaval no caso, o bola preta e do meu conhecimento é o bola preta. Quando era fevereiro a gente ficava animado já pra saber onde era que ia tocar o, o cordão ia dançar que era pra gente ir pra lá pra assisti pra..., era uma das coisas que eu tenho lembrança assim, [...](Edmundo Ribeiro, 2017).

Os blocos se apresentam sempre, em sua maioria, nas casas e salões ribeirinhas onde a cultura é mais vista e prestigiada, sua organização exige um esforço muito grande do presidente que tenta manter a ordem entre os brincantes. A forma como se organizam para se apresentarem mostra o respeito com a pessoa que puxa o bloco (cordão) e com a equipe responsável. Andam sempre em fila indiana (foto29) para se apresentarem, de modo que fica mais fácil ter o diálogo e manter a ordem entre os dançantes.



FOTO 29, Bloco Bola Preta em fila para se apresentar. Fonte: Valdirene.

As mulheres assumem um papel importante no bloco, pois dão mais vida e esbanjam simpatias com suas belezas e suas vestes sempre extravagantes com o corpo cheio de purpurina,

maquiagem bem exagerada e cabelos pintados ou perucas. Nesse momento a criatividade vai longe. A liberdade de expressão é muito valorizada nesse meio, onde cada um se veste ou adota o personagem que deseja para si, tanto que vários homens saem vestidos de mulheres assim como os homens sexuais tem seu papel dentro dos cordões, alguns assumem personagens de destaque nas apresentações. Trabalhando de forma simples e respeitosa os gêneros sexuais sem preconceito, a regra é apenas uma nessa brincadeira, diversão com responsabilidade.

Os brincantes não ganham nada, nenhuma remuneração financeira. Fazem tudo em busca de diversão e prazer em participar da dança, as apresentações são contratadas pelo presidente do bloco, é ele quem sai atrás dos locais onde se apresentarão, os locais variam vão desde barracão comunitário, casas com sala grande, nas ilhas ou na cidade, se apresentam na rua mesmo, na maioria das vezes no sol quente sem nenhuma assistência técnica em caso de alguém passar mal. Os blocos não têm um número definido de participantes, quanto mais brincantes melhor, mas esse número varia entre 25 a 30, as músicas que agitam os brincantes são as marchinhas tocadas pelas bandas de fanfarra, alguns blocos já tem músicas de autoria de alguém da comunidade como seu Jacinto Ramos conta que criou uma música quando era presidente do bloco (cordão) do bola preta, a letra é assim:

A terra tremeu o barracão balanceou, minha gente venham ver é o bola preta aqui chegou/ bola preta aqui chegou e veio pra abafar/ bola preta é o bola preta é o campeão do carnaval. 2xSegue em frente meu palhaço, vai fazendo a rebolada/ vai deixando pro segundo pra fazer a enrolada/segue em frente meu palhaço, aqui dentro do salão/ segue em frente meu palhaço comandando esse cordão. Bois.(Jacinto Ramos,2017).

Segundo seu Jacinto, essa música era de entrada do bloco no local onde iriam se apresentar, a letra dela relata exatamente o que os brincantes tinham que fazer no salão. Ela diz que o primeiro palhaço teria que entrar fazendo a rebolada abrindo caminho para o segundo palhaço entrar com os brincantes, entrarem de mãos dadas formando um grande círculo fazendo a enrolada que a música ordena. Essa é a formação oficial da dança dos blocos mascarados, após as, entradas o primeiro palhaço recita a primeira sátira saudando a casa e as pessoas que estão presentes. As apresentações seguem um padrão seguido de músicas e personagens recitando as sátiras sempre polêmicas falando das realidades vividas na sociedade, e principalmente na política.

Os personagens que se destacam são o político e eleitor, comerciante e agricultor, colombina, o época, o cachaceiro, namorador, velho e a velha e o psiquiatra. Cada personagem

desse tinha um papel importante nas apresentações, suas participações se dá da seguinte forma. O político com o eleitor recitam as sátiras falando da realidade da campanhas eleitorais, sobre a relação e o comportamento dos políticos tentando ganhar os votos dos eleitores da mesma forma os eleitores tentando se sair das falsas promessas de campanha mais que no final acabam caindo na conversa dos políticos, esse diálogo todo se dá de forma bem humorada no meio do salão, as mensagens são repassadas não só pelas falas dos personagens mas também pelas gesticulações usadas ao falar seus versos (foto30).



FOTO 30, foliões do linguarudos se apresentando com as sátiras (comédia). Fonte: Mari Dias.

A foto retrata o momento em que dois personagens se apresentam no meio do salão o formação circular dos participantes onde todo ficam em silencio prestando atenção nas falas do colega e também para que as pessoas que assistem possam ouvir a mensagem passada. Cada apresentação é composta de três blocos contendo duas participações de comediante em cada bloco, nos intervalos são tocadas músicas de acordo com o momento. Outros personagens são o comerciante e o agricultor falam da realidade vivida entre as duas classes sociais, suas relações de negócios e as relações de amizade que se formam entre os dois. Tudo isso com uma tonalidade de humor que torna divertido e prazeroso assistir as apresentações.

O época é um personagem que contribui muito pois ele faz um resumo de tudo o que ocorre no mundo durante o ano inteiro, ele decora em torno de 40 a 50 (quarenta a cinquenta) versos. Todos falando de fatos que ocorreram e marcaram a sociedade, sempre usando o humor para envolver as pessoas que prestigiam o espetáculo. O psiqueiro não tem comedia pronta mais

é um personagem que não pode faltar em nenhuma das apresentações, pois é ele quem dá o tom humorístico nas apresentações, ele fica atento a todas as e vai dando psica (fazendo piada) em cima de uma fala, o psiqueiro desenvolve um papel além de somente fazer piadas, ele se mete nas conversas e nos afazeres dos outros sem pedir permissão, no carnaval ele busca fazer peidas a todo custo nas falas e nos gestos dos personagens. Digamos que o psiqueiro é a peça chave dos blocos pois é ele quem faz o humor acontecer.

O cachaceiro retrata sempre a vida de um alcoólatra, sua vida sofrida e a paixão absurda pela cachaça. Ele traz sempre uma sátira (comédia) que fala de sua de sua vida e sua paixão pelo álcool, mais também é sempre ele quem se dá bem nas apresentações, pois ele sempre ganha a mulher do namorado. Outro personagem que na atualidade com a influenciadas mídias no caso as novelas, sempre recebe o nome de um personagem das novelas. O namorista é um apaixonado por uma jovem que ele acha linda, porém não tem coragem de chegar até ela pra se declarar, então vai pedir ajudar ao primeiro palhaço para intermediar essa conversa, e assim ele consegue realizar seu desejo, mais quando ele pede uma música para dançar com ela vem outro e a toma dele, enquanto que ele dança com a velha que compõem os personagens criando uma cena muito engraçado e divertido. O bloco é comandado pelos palhaços primeiro e segundo palhaço em alguns casos é acrescentado um pequeno palhaço, uma criança entre dez e doze anos para abrilhantar mais o bloco.

O carnaval das águas é a expressão cultural que ainda resiste ao tempo e as gerações, existe dois blocos na comunidade sendo que o mais antigo se chama bola preta que desde os primeiros moradores já brincavam na comunidade. A mais ou menos oito anos atrás surgiu mais um bloco o folha verde, devido uma brincadeira entre irmão surgiu a ideia de criarem um bloco e a partir daí foi crescendo. Essa brincadeira é a única que atrai o interesse dos jovens de participarem junto com os mais velhos, porém enfrenta grande dificuldade em manter essa cultura viva por falta de apoio do poder público. A cada ano que passa fica mais difícil manter um bloco, devido as despesas que são muito grande com músicos, transporte a alimentação para os brincante.

Essa cultura precisa ser mais valorizada nessas comunidades não só pelo poder público como também pelos moradores que precisam ser conscientizados da importância de manter viva essa expressão cultural, além de ser uma identidade desse povo que busca em meios a essas brincadeiras expressar de forma humorada suas insatisfação social.

Outra cultura que se destaca na comunidade é a produção do artesanato dos paneiro, abano, tipiti, que corre riscos de ser esquecida, segundo nos relata dona Zenaide umas das pioneiras nessa arte na comunidade. O paneiro assim como o abano e o tipiti, são as ferramentas mais utilizadas pelos ribeirinhos quilombola, todos os serviços exige o auxílio de paneiros, e dependendo do trabalho se usa um tipo adequado a ele, e recebem o nome de acordo com suas características e utilidade, tamanhos e formatos, de acordo com o tipo de serviço, (aricá, paneiro de costa ou de perna, paneiro de meio arqueiro, cestinha, etc.), essa linguagem é que diferencia das outras regiões. Os materiais utilizados para sua fabricação são extraído da natureza. Eles mesmos confeccionam seus paneiros, para uso próprio e também para venderem.

A confecção desse artesanato nos é relatado pelo senhor Jose Mendes que nos conta todo o processo de construção e como foi pra ele aprender essa arte de tecelagem, enquanto era entrevistado ele terminava uma paneiro de perna ou de costa como é chamado na região como mostra a (foto 31). Ele nos conta como está ligado o trabalho a necessidade de fabricação dos paneiros, que a produção dele não é só pra uso próprio mais que faz sob encomenda.



FOTO 31, artesão tecendo um paneiro de perna ou de (costa). Fonte: Gerson Campelo

Essa arte nos é relatada pelo senhor Jose mendes que está na foto, que fala das dificuldades encontradas para coletar as matérias primas para confeccionar esse instrumento de trabalho muito comum entre os moradores da comunidade, nesse processo ele nos relata que a forma como aprendeu foi a mais fácil na época pois os pais eram rígidos e muito tradicional,

Como aprendi olha, isso foi uma coisa muito fácil pra mim aprender, um dia meu pai tava trabalhando tava fazendo um paneiro ai ele, eu pedi pra ele me ensinar a fazer paneiro. Ele fazia muito paneiro e eu não sabia fazer, ele mandava colocar a tala tecer

a tala colocar a tala pra tecer o paneiro pra fazer o zolho, ele mandava colocar na boca a tala pra tecer pra fazer o zolho,(coloca na boca a tala), ai eu colocava na boca tirava o feixe da tala e colocava pra fazer o zolho, tirava da boca colocava e fazia o zolho, pra fazer o zolho ai eu não dei conta de fazer, ai ele me deu duas rimpada com a tala na costa, naquele tempo ou fazia ou apanhava, e ai puxou a tala da boca que me cortou a boca. Foi só aquela uma, no outro dia já tava profissional pra fazer paneiro huje, huje os filhos de huje não faz paneiro por que eles não se dedico, eu tava dizendo pros meus filho, é estudo pra vocês sobreviverem por que se valer de paneiro vocês não sabem nem limpar a tala, fica difícil não, olha esse aqui já vai terminar.

Esse material que to usando é jacitara, olha ai é meio difícil cara, que essa jacitara aqui é meio difícil por que olha, a gente vai no mato tirar a jacitara e apanha um bocado do espinho dela que a mão da gente fica bandalhada de espinho, furado de tanto espinho que dá, vem de lá corta o tamanho, tira o nó da jacitara, o nó que ele tem, parte e agora bota pra limpar, ai depois de limpo, se quiser fazer logo o paneiro gente faz se não quiser coloca como ta ali pra ela secar um pouquinho e no outro dia peita, molha ela e peita de fazer. Ai tece o paneiro amarra o beço, depois de amarrar o beço faz a rodilha essa rodilha aqui depois de fazer essa rodilha que vai amarrar a perna. Todo é técnica, por que se não tiver essa rodilha não dá, ai depois de amarrar a perna prepara o zolho no fundo, ai faz a aranha é o final, a aranha aqui do fundo é o final é o fim. A jacitara tem seu truques, pra limpar ela é viva, por que seca... ela é um pouco dura, tem que colocar n'agua, pra fazer esse serviço, por que se você colocar a jacitara seca pra limpar, voc

ê tem duvida com ela, é igua você limpo do jeito que você limpo fica a jacitara, ela num ela num encole, ela fica direto, mais se você limpar ela viva, ela encolhe ó, ela da cuia, tem que mulhar pra ela endireitar pra ela ficar assim direita assim pa poder fazer o zolho, é uma coisa não é difícil. (MENDES, 2017).

Segundo nosso entrevistado cada paneiro tem uma técnica de tecer e um material mais adequado para a qualidade do produto. Ele relatou a confecção do paneiro de costa ou de perna, recebe esse nome devidos serem anexados as suas bordas laterais pequenas varas atracadas no corpo do paneiro. Ele se diferencia por essas características é o maior de tamanho e só é feito de tala do cipó jacitara ou do cipó ambé, que são os mais resistente, as varas que servem de estrutura e o deixa mais resistente para suportar uma quantidade de peso superior aos outros também não é qualquer vara que serve. Se utiliza duas espécies de madeira a Maratauí e a Genipuarana, são pequenas arvores que chegam entre três a quatro metros de altura, são as madeiras que se usa para fazer a perna dos paneiros, dependendo do lugar onde se utiliza eles, se for na ilha é mais comum a Genipuarana e se for na terra firme o Maratauí.



FOTO 32, paneiro de costas ou de perna como é conhecido na região. Fonte: Gerson Campelo

O resultado é sempre um produto de qualidade e resistente (foto32). Após terminado o paneiro é dado o ultimo retoque para usar, se coloca as alças que vai facilitar ser carregado nas costas, por isso o nome de paneiro de costas, essa alça é feita de dois materiais, o primeiro é de uma fibra extraída da arvore da invirola, ou da invireira, muito comum nas matas, mais que tem toda uma técnica de tirar essa invira para não ficar dura e ferir os ombros, a segunda é feita de saca de palhinha ela é torcida e enrolada por entre as pernas do paneiro. Feito isso ele tá pronto pra uso, ele tem um capacidade de suportar até 50 kg, essa cultura está comprometida pela falta de interesse dos mais novos está comprometendo o futuro dessa cultura artística na comunidade.



FOTO 33, Paneiros, peneiras e tipiti a venda no mercado municipal de Mocajuba. Fonte: Gerson Campelo

O processo de fabricação dos paneiros é um saber repassado de geração a geração mais que está comprometido nessa comunidade pois os jovens não ver interesse em aprender essa prática cultural e os mais velhos que sabem confeccionar se preocupam com isso como nos relata dona Zenaide em sua fala, ressalta a importância de manter viva essa cultura, Maria Zenaide (2017).

A é importante sim né, por que olha agora já to nessa idade a vista já ta curta já faço já é com óculo e daqui pra mais tempo eu já não vou da mais conta de fazer antão vou faltar, eu sei que eu ou faltar mesmo né, e nem um deles aprenderam e vão ficar sem aprender, por que eles vão querer quando eles quiserem vão ter que comprar huje em dia nós faz as vezes a roça pra cá, meus filho vem, mamãe eu quero um tipiti corta o miriti meu filho eu faço, eles vem eu faço pra eles, e quando eu faltar eles vão comprar pra eles ter né, por que não quiseram aprender. (Maria Zenaide de Sousa Castelo, 2017).

Fica claro na fala da entrevistada que há uma preocupação em manter essa cultura viva principalmente para atender as necessidades das gerações futuras, quando ela fala que vai faltar ela quer dizer que quando morrer não vai ter quem dei continuidade nesse trabalho tão brilhante que é a confecção de paneiros e tipitis, e que isso a deixa triste de alguma forma. A tradição cultural é um fator determinante na vida dos ribeirinhos quilombolas, pois além de ser parte do ofício diário presentes nos trabalhos, ela constitui a identidade de cada membro da comunidade. Dessa maneira, esses conhecimentos são repassados de geração a geração de forma natural, no convívio diário com as experiências e vivências diárias. Em suas profissões e costumes os sujeitos trabalhadores carregam uma história de vida e de trabalho enraizados no cotidiano de cada um.

Algumas atividades são exploradas como geração de renda, outras não. Entre essas se sobre saem mais para o consumo das famílias: o cultivo da mandioca (roça), o cultivo do cacau, colheitas dos frutos e frutas (jambo, bacuri, marí, piquiá, banana). Ao discorrer sobre os saberes dos ribeirinhos quilombola, percebemos que o homem se constitui na relação direta com o ambiente, desenvolvendo capacidades de fazer algo e trabalhar conforme sua necessidade, sem alterar de forma brusca e agressiva sua realidade e o meio onde vive.

Com isso pode-se dizer que os saberes dos ribeirinhos quilombolas na Amazônia se constitui em diversos espaço e contexto social, esses saberes se fazem no processo de aprendizagem do trabalho dos sujeitos em suas relações sociais travadas diariamente, no processo histórico e principalmente na socialização familiar, cheio de conhecimentos construídos na luta pela própria subsistência. Para Cardoso (2012). Esse processo está ligado,

portanto, ao trabalho e a necessidade de vida, os saberes ribeirinhos quilombolas se articulam na troca entre pais e filhos de maneira que na relação de trabalho se sobressai o ensino dos mais velhos e por outro lado, os mais novos aprendem levados pela necessidade do trabalho(CARDOSO,2012).

Brandão (2002) reitera que é na relação do homem com os elementos da própria natureza que ele, o homem, se faz como ser cultural e que esta cultura depende das atividades do aprender para desenvolver - se, é esse processo de aprender, que chamamos educação, caminha inseparável recriação daquilo que recebemos da natureza e que chamamos de cultura.

Arroyo (1995, p.79) traz a reflexão sobre sua posição de que o saber é um produto resultado da práxis social, pois advém de uma concepção de mundo, de sociedade, de homem que continuamente se expressa no todo social desafiando assim, as práticas e concepções hegemônicas. Nesse sentido os saberes dos ribeirinhos quilombolas, está ligado à sua identidade, seu modo de viver, de relacionar- se com o outro, expressos nas suas emoções e necessidades básicas da vida. Esses traços, formam a diversidade de saberes, interagindo com os rios, terra firmes, várzeas, matas, nesse condição de vida simples, envolto das dificuldades encontradas de acesso as essas comunidades ribeirinhas quilombolas, que favorece a exclusão social, por esse motivo requer uma atenção especial da política no setor educacional pelos três poderes que prime melhoria na qualidade da educação e na condições de vida dessa população.

CAPÍTULO III

3.1. ESCOLA EMILIANO CABRAL E SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Focar na realidade dos sujeitos ribeirinhos quilombolas, recheados de saberes e práticas culturais diversos, nos levar a refletir sobre vivencia relacionada à prática educacional aplicado em sala de aula no ensino fundamental, realidade essa que os coloca em situação de exclusão diante da sociedade, principalmente pelo viés de uma educação de qualidade. Para tentar reverter essa realidade excludente, é preciso pensar numa participação na gestão política educacional, quer seja em nível local ou em nível nacional. Criar movimentos por uma política de educação para todos, envolvendo suas diferenças e realidades como afirma Freire (1995) que uma educação participativa envolvendo os saberes e os conhecimentos já trazidos pelos alunos para a sala de aula.

A lei 11.645/ 2008, que lança novos desafios para a educação nacional, possibilitando a construção de um multiculturalismo mais crítico nas escolas brasileiras. Reconhecendo toda luta do povo negro e indígena no país, principalmente para a inclusão da temática da história e cultura afro- brasileira e indígena no currículo escolar. A partir daí surge a indagação sobre como é incorporado os elementos afro – brasileiro e indígena no ensino aprendizagem dos aluno, para que se trabalhe essas questões étnicos raciais. Levando em consideração todo esse processo histórico do lugar e do povo, suas raízes e cultura existente ali. Para isso é necessário a inclusão desses conteúdos nos currículos escolares, como podemos ver nas orientações curriculares para a educação das relações étnico raciais que trata do currículo (Martins, 2012).

É importante que o currículo escolar considere a diversidade cultural, de saberes e conhecimentos, como forma de produzir e contrapor-se ao etnocentrismo. Pois entende - se que as narrativas contidas no currículo, explícita ou implicitamente, corporificam noções particulares sobre conhecimento, sobre formas de organização da sociedade, sobre os diferentes grupos sociais. Elas dizem qual conhecimento é legítimo e qual é ilegítimo, quais formas de conhecer são válidas e quais não o são, o que é certo e o que é errado, o que é moral e o que é imoral, o que é bom e o que é mau, o que é belo e o que é feio, quais vozes são autorizadas e quais não o são (SILVA, 1995, p. 195).

Como fazer essa abordagem tratando o assunto com ênfase, e não somente ligando a etnia negra e/ou a questão da escravidão, como a historiografia tradicional fazia até alguns anos atrás. Nesse sentido faz – se necessário analisar a relação do ensino sistematizado com as práticas culturais existente na comunidade e como está sendo inserido as práticas culturais afro - brasileira nas atividades da escola, possibilitando o sujeito situar – se no mundo, fazendo que ele reconheça de fato sua identidade, conservando os valores as crenças, as tradições e investigar os significados que tem para as pessoas que vivem na comunidade (MARTINS, 2012).

Partindo desse contexto dos ribeirinhos quilombolas, que traz uma gama de conhecimentos de vida repassada de geração a geração, expressado no dia a dia, desses sujeitos é pertinente pensar numa educação voltada à essas experiências e saberes que faz do adolescente um aprendiz que dialogue com novos conhecimentos a parti de sua própria realidade (CARDOSO, 2012). Essa relação de educação deveria ser vivenciada pelos adolescentes partindo do contexto significativo de sua vida, envolvendo ele como sujeito ativo de sua própria história.

Cardoso (2012) salienta que a educação tem uma amplitude de vida integrada à vivência do dia a dia de seus sujeitos, mais que, por exigência dos padrões sociais do capitalismo, se faz necessário que as comunidades se abasteçam de novos conhecimentos para o enfrentamento e empoderamento no embate às explorações sociais, econômicas políticas e culturais.

Para Brandão (1995), a educação está em todos os lugares e no ensino de todos os saberes. Dessa forma não existe modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela ocorre. Existem inúmeras educações e cada uma atende à sociedade em que ocorre, assim, é a forma de reprodução dos saberes que compõe uma cultura, por tanto a educação de uma sociedade possui uma identidade. Neste sentido a educação ocorre em todos os lugares, independe de paredes de escolas, ela está inserida no próprio contexto da comunidade, na vivência e na relação e inter-relação dos sujeitos, nesta particularidade, a educação dos ribeirinhos quilombola de Santo Antônio de Vizeu, tem princípios básicos na família, sua organização social, religiosa e econômicos estão entranhados pelos saberes vivenciados na comunidade nas mais diversas atividades desenvolvidas por eles.

Os sujeitos da comunidade de Santo Antônio de Vizeu, apresentam habilidades próprias do fazer e aprender de seus saberes no trabalho na roça, fabricação da farinha, cultivo do cacau, e nos conhecimentos de ervas medicinais, artistas na confecção do matapi, tipiti, paneiro, etc... que são repassadas de pai pra filho de modo informal, são atividades desenvolvidas diariamente juntos, além do saber diário que está aos poucos sendo deixada de lado como a remagem (atividade primitiva de remar em canoas) nas pequenas embarcações que são aprendidas desde a infância (foto 22) em fim, esses saberes que ainda não são contempladas no currículo escolar para uma educação participativa dos sujeitos ribeirinhos quilombolas, mas são enfatizadas fora dela, devem ser abordadas pela escola trabalhando assim a interdisciplinariedade, relacionando o cotidiano do aluno, levando-o assim a ser um agente participante na construção da sua identidade.



FOTO 34, criança remando na comunidade ribeirinha quilombola. Fonte: Gerson Campelo

As aprendizagens dos saberes culturais e sociais são repassados pelos adultos desde a infância das crianças. Nesse contexto as crianças vão absorvendo todo conhecimento que ao longo dos anos vão aperfeiçoando de acordo com suas necessidades. Esses saberes construídos pelos ribeirinhos quilombola se encaixam na dimensão do saber popular por se tratar de um aprendizado educativo e produtivo e cultural, onde o marcante é a criatividade e habilidade desenvolvido no cotidiano.

Nesse sentido focar na realidade desses sujeitos ribeirinhos quilombola recheados de diferente saberes, relacionando esses conhecimentos com a prática escolar, nos remete a um modelo de educação popular que reverte a realidade excludente do sistema educacional. Essa educação envolve um processo de participação efetiva das práticas dos movimentos populares,

trabalhando a realidade dos indivíduos, essa educação é denominada por Freire (1987), de “educação libertadora”.

Essa educação popular seria capaz de quebrar os alicerces da uma educação dominante elitizada, pois a mesma viria atender os menos privilegiados que vivem à margem da sociedade, principalmente os da zona rural e ribeirinha no caso os ribeirinhos quilombolas. Essa educação que prime o sujeito como parte do processo de construção do conhecimento, focado na bagagem cultural trazida pelos mesmo, para se trabalhar a inter-relação dos conteúdos ou transversalidade do currículo, apontando para um melhor desempenho dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Para que ocorra esse processo de transversalização de conteúdos, é preciso que haja uma formação especial para os professores poderem aplicar em suas salas de aula novos métodos de ensino. Que possa quebrar essa concepção positivista dos livros didáticos que vem permeados conteúdos que não valorizam a minorias étnicos especialmente os negros e índios que são os mais prejudicados pela história nacional. É necessário que se trabalhe essas culturas étnicas desses povos como uma desconstrução dos conteúdos impressos nos livros didáticos que trabalha de forma folclórizada dando ao europeu o título de portador de uma cultura superior.

Nessa perspectiva a escola pesquisada Emiliano de Santa Cruz não traz em seu projeto político pedagógico os temas transversais que possibilite trabalhar as práticas culturais existente na comunidade que trabalhe a ludicidade dos alunos e a partir desse contexto desenvolver atividades onde as crianças estariam envolvidas diretamente no conteúdo aplicado, isso não é possível porque a escola não possui seu próprio projeto político pedagógico, mas trabalha o que a secretaria de educação repassa, daí a dificuldade que os professores possuem em planejar sua aulas voltadas para a educação Quilombola, no entanto não deixam de abordar esses temas que podem ser trabalhado principalmente nas aulas de histórias conteúdos criados a partir de suas histórias reais, reinventando a história dos negros partindo da história da África. Isso poderá contribuir para desfazer os preconceitos construídos ao longo da história nacional.

Nesse sentido seu Zé Maria enfatiza em sua entrevista a importância de se trabalhar esses conteúdos construídos a partir dos próprios personagens local, no caso os remanescentes de, quilombolas e os índios. Ressaltou que seria de fundamental importância que se criassem um currículo com esses conteúdos para se trabalhar nas escolas principalmente as escolas das comunidades quilombolas que oferece inúmeras possibilidades de se valorizar a cultura local, incluindo – as no contexto escolar os saberes diários como por exemplo trabalhar a matemática a partir da colheita do cacau e sua venda os valores de mercado, ou trabalhar a disciplina de história a partir da cultura da dança como uma forma de aceitação do ser quilombola, ou a

geografia relacionado o espaço onde brincam, ou as localizações de suas residências bem como definir a localização de uma árvore frutífera na mata utilizando a leitura cartográfica para isso proporcionando aos alunos construir sua própria cartografia do lugar onde vivem. Utilizar o carnaval das águas para se trabalhar vários conteúdos da língua portuguesa e também a valorização da cultura.

Além desses conteúdos trazer temas transversais para sala de aula, que desperte no aluno o olhar crítico das coisas e que desperte o interesse por pesquisar sua história ou outras atividades envolvendo – os diretamente na aula. Outra forma de se trabalhar essas realidades temáticas da comunidades através de projetos de intervenção a ser aplicado para os alunos e moradores da comunidade que culminaria em uma aula partilhada mais atraente e prazerosa, possibilitando um resultado mais satisfatório no ensino aprendizagem das crianças.

PERFIL DA ESCOLA QUILOMBOLA EMILIANO CABRAL DE SANTA CRUZ



FOTO 35: Escola Emiliano Cabral de Santa Cruz Fonte: Gerson Campelo.

A Escola de Ensino Infantil e Fundamental Emiliano Cabral de Santa Cruz, considerada escola do campo na especificidade quilombola da comunidade de Santo Antônio do Vizeu, desde o ano de 2011. É atendida pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Mocajuba (SEMED), a mesma acompanha a educação infantil e ensino fundamental do Município de Mocajuba – PA.

A escola não recebe tratamento adequado que proporcione um serviço de qualidade para suas clientela, seus alunos, pela falta de interesse do poder público em investir na educação de qualidade, principalmente nas escolas do interior do município as verbas saem para serem investidos na educação. Por esse motivo a escola necessita de melhorias, em sua estrutura funcional. Além de reformas no prédio a escola precisa de alguns equipamentos necessário para se trabalhar com segurança e oferecer um melhor serviço a população escolar.

Dentre muitas coisas a necessidade de um freezer para gelar e conservar a merende das crianças, nem possui energia elétrica aja visto que a afiação passa à poucos metros da escola, embora se tenha uma tubulação toda pronta para água encanada, a mesma não possui esse serviço de distribuição de água dificultando o trabalho dos funcionários que improvisam seus serviços para proporcionar um ambiente favorável aos alunos, principalmente na questão da água que não existe bebedouro disponível, a água é armazenada em garrafa térmica para as crianças beberem. A maior parte da água utilizada é coletada diretamente do rio que passa na frente da escola e, não recebe tratamento adequado para ser consumida.

Não tem espaço de lazer adequado para brincarem, principalmente as crianças do ensino infantil e fundamental, existe um campinho de terra batida que fica na parte de trás da escola, o único espaço que os alunos tem para brincar nos intervalos. A escola possui uma área espaçosa, com um corredor largo que dá acesso às salas de aula, o mesmo é interligado com a ponte, no qual é feito o embarque e desembarque dos alunos, a escola como muitas outras das áreas ribeirinhas possui assoalho suspenso, (girau como é chamado), descendo tem uma área livre de mais ou menos 5 (cinco) metros de largura, que serve para as crianças brincarem e, também dá acesso as casas próximas. A escola Emiliano Cabral de Santa Cruz, apresenta um corpo docente com 4 (quatro) professores no turno da manhã, dentre eles dois possuem nível superior com graduação plena em pedagogia, os outros 2 (dois) possuem apenas o nível médio com formação do magistério, uma coordenadora pedagógica, quatro auxiliar de serviços gerais, um vigia, a maior parte dos funcionários são contratados sendo dois efetivados e um concursado.

A organização da escola se dá em multisséries, nesse processo o corpo docente enfrenta um grande desafio didático, onde os mesmo tem de atender aos alunos de várias series ao mesmo tempo e no mesmo espaço, usando o único quadro dividindo – o conforme o número de series presente na sala. A escola segue as orientações da lógica das seriações no planejamento escolar, os conteúdos programáticos, as avaliações, etc. a situação mais grave é da prática educacional que exige do docente um desdobramento pessoal para tentar acompanhar o processo de ensino-aprendizagem com várias series no mesmo espaço.

Além disso a escola atende as turmas do ensino fundamental maior de 5º ao 9º e a EJA, que passou a funcionar na escola. Essas turmas funcionam no turno da tarde que atende aos adolescente da comunidade de santo Antônio até parte da comunidade vizinha, a mesma dispõe de transporte escolar a disposição dos alunos nos dois turnos, o que facilita a acesso dos discentes na escola.

Aqui ainda funciona o multiseriado, eu tenho três, trabalho co

m segundo terceiro e quarto a professora a outra professora tá com jardim 1 jardim 2 e terceiro ano, olha cada turma tá com vinte e dois alunos cada um. Olha isso é um pouco dificultoso por que a gente tem que ampara um depois pega outro depois pega outro pra poder dar uma formação melhor pra eles e bem dificultoso mais a gente tem que levar desse forma por que infelizmente o ensino ta assim desse jeito né. (QUEIROZ, 2017).

Na fala do professor fica claro o desafio que o educador encontra para conseguir conciliar os conteúdos e também para lidar com as inquietações dos alunos, isto exige uma habilidade de um trabalho pedagógico que leve em consideração o espaço em que os sujeitos estão inseridos. Embora não tendo recursos adequados para se trabalhar com as crianças o professor procura da melhor forma possível desenvolver um bom trabalho, com a preocupação sempre no processo ensino-aprendizagem e no rendimento dos alunos.

A escola desde do ano de 2002, passou a fazer parte da área de remanescente de quilombola, sua transferência foi um processo muito delicado que exigiu uma negociação com os moradores da comunidade. Até chegarem a um consenso de mudar a escola pra outra margem do rio, tornando – a quilombola. Essa mudança possibilitaria a conquistas de alguns benefícios para a escola principalmente pela assistência do governo. Segundo os professores entrevistados com a escola pertencendo a área quilombola ficaria mais fácil conseguir verbas para serem aplicadas na melhoria da escola através de projetos que viabilizasse verbas em dinheiros para melhorar a estrutura da escola bem como comprar material didático para os professores e alunos.

A escola apresenta algumas dificuldades no seu funcionamento e na organização interna quanto a estruturação do conselho da escola e do projeto político pedagógico. Existe um conselho escolar formado porem o mesmo não funciona devido à falta de interesse da prefeitura em agilizar os procedimentos cabíveis para legalizar o conselho da escola. Esse problema está prejudicando a escola com relação as verbas que são destinadas para atender suas necessidades

básicas da mesma como material pra limpeza e outros, devido o conselho não funcionar fica difícil a aprovação de entrada dessas verbas dos programas do governo.

A escola está situada em uma comunidade de remanescentes de quilombolas, onde se encontra muitos saberes e práticas culturais nessa localidade, a mesma oferece inúmeras possibilidades de se trabalhar esses saberes no contexto sala de aula como uma forma de valorizar a cultura local além de proporcionar mecanismos que viabilize trabalhar métodos que viabilize a aceitação da identidade quilombola na comunidade. Dessa forma a escola estaria utilizando os saberes locais dos alunos, e passaria a trabalhar as questões étnicos raciais, contextualizada com a realidade de cada um, desconstruindo as ideias preconceituosa impregnada na história desse país.

Tendo em vista a lei nº 11.645/ 2008, que torna obrigatório o ensino da História e cultura africana, afro-brasileira e indígenas nas instituições de ensino básico, se faz necessário trazer uma perspectiva de valorizar e constituir essas culturas e a identidade desses povos que assegura incluir no currículo escolar as práticas culturais afro brasileiras e indígena, para fortalecimento e construção da identidade de um povo, bem como para a preservação de sua cultura. os professores entrevistados tem conhecimento dessa lei, porém, há uma necessidade muito grande de ter uma orientação específica para os professores acerca do funcionamento de lei, que determina o ensino de história e das culturas afro brasileira nas escolas públicas.

E se tratando de uma escola quilombola essa lei deveria estar sendo trabalhada nas salas de aula. Na pesquisa foi constatado que a escola embora situada em uma comunidade que apresenta riquezas em saberes culturais que poderia estar fazendo uso para fortalecer o ensino pedagógico, a mesma não faz uso em sua prática pedagógica dessa lei de forma correta. Tudo o que se vê é um ensino mecanizado e reprodutor, preso nos conteúdos dos livros didáticos onde ensino de história ainda é trabalhado com materias distante da realidade local ou regional, num sentido eurocêntrico, superficiais e de forma mistificada, sobre as culturas e etnia, sem despertar o olhar crítico dos alunos sobre os conteúdos proposto.

Ao fazemos análise no processo ensino aprendizagem aplicado na escola Emiliano Cabral de Santa Cruz, com relação ao conteúdo aplicado em sala de aula e os saberes existente nessa comunidade, adentramos no contexto da sala de aula na turma de 3º e 4º ano do ensino fundamental com o intuito de analisar qual a relação dos saberes culturais existente na vida dos alunos e as práticas escolares em que estão inseridos. São muito os saberes que podem ser utilizados pela escola para reforçar o ensino das crianças. A interculturalização desses conteúdos tanto da escola que também apresenta seus saberes quanto da comunidade pesquisada, formaria um currículo muito rico em conteúdos pedagógicos.



Aqui destacamos o professor que trabalha o ciclo da infância, possui formação no magistério, pertencente ao quadro dos funcionários efetivos da prefeitura de Mocajuba. Leciona na turma com multisseriado, atendendo a três turmas ao mesmo tempo no mesmo espaço com já foi citado acima, trabalha com as turmas do 2º, 3º e 4º ano do ensino fundamental menor, a priori nossa pesquisa seria apenas nas turmas de 3º e 4º ano, sendo assim envolveremos as três turmas devido estarem sendo assistida pelo mesmo professor e na mesma sala.

Ao adentrarmos no contexto da sala de aula, nos deparamos com as dificuldades encontradas pelo docente em trabalhar um ensino de qualidade com uma turma do multisseriado, que para se ter o controle da turma se ver necessário a aplicação de métodos tradicionais em sala de aula como por exemplo as cadeiras em fileiras e separando os alunos por serie. Mesmo assim os alunos conseguem interagir com os demais da classe, pois não permanecem sentados em suas cadeiras.

E se tratando das disciplinas e do caminho percorrido pelo professor e alunos para um ensino-aprendizagem produtivo, pudemos pelo processo de análise e reflexão, levantar algumas questões importantes no qual discorre a nossa pesquisa. De que forma a escola trabalha os saberes existente na comunidade? o currículo escolar contempla o ensino inter-cultural na escola? Como trabalhar isso em volto de uma educação que prime a qualidade do ensino levando em consideração a realidade do discente? Segundo a coordenadora pedagógica da escola pesquisada acontece assim:

o nosso currículo é de lá da cidade, a escola não tem um currículo próprio, pensado com a escola com a comunidade escolar, nosso currículo é aquele que é pronto e acabado, é um currículo que é feito lá na escola olha agora em fevereiro já vai pra lá planejar que vai ter a semana Pedagógica e a gente planeja, só que o nosso currículo nós professores nós temos essa liberdade de torna lo ele flexível de acordo com a realidade da nossa comunidade, esse currículo ele é feito e a gente vai adequando nosso currículo de acordo com a nossa realidade e as necessidades dos nossos alunos pra atender para a nossa demanda sendo que nós estamos numa escola quilombola.

Portanto, a escola em si não possui seu próprio currículo, mas o que é repassado pras escolas pela secretaria de educação tem autonomia para flexibiliza-lo de acordo com a realidade, ou seja, para trabalhar sua identidade, seus saberes, no entanto, os professores precisam introduzir no seu planejamento as questões culturais, associando-as aos conteúdos do currículo para que o aluno tenha uma educação de qualidade que contemple sua realidade. Nesse contexto Freire (1980), fala que:

Na medida em que o homem, integrado em seu contexto, reflete sobre este contexto e se compromete, constrói a si mesmo e chega a ser sujeito [...] o homem, precisamente porque é homem, é capaz de reconhecer que existe realidades que lhe são exteriores. (FREIRE,1980, p. 36).

Dessa forma, ao olharmos para os sujeitos ribeirinhos quilombolas nas suas especificidades, em nenhum momento o teremos como objeto a ser manipulado, seguindo as doutrinas impostas sem participação direta de qualquer processo. Mais teremos pessoas com reconhecimento na sociedade sendo fundamental no processo de educação no qual está inserido.

Essa realidade diversificada de índios envoltos de saberes e costumes peculiar dá região. Que já trazem uma gama de conhecimento de suas raízes, do seio familiar, do convívio com vizinhos, onde são desenvolvidos seus interesses políticos, sociais e econômico, que estão entranhados nos seus saberes vivenciados na comunidade pelas mais diversas atividades desenvolvidas por eles. Para Brandão (1995):

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para ser ou para conviver, todos os dias, misturamos a vida om a educação. Com uma ou várias: educação. Educações. (BRANDÃO,1995, p. 18).

Brandão (1995) frisa que a educação está em todos os lugares e no ensino de todos os saberes. Dessa forma, não existe modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela

acontece. Existem inúmeras educações e cada uma atende à sociedade em que ocorre, assim, é a forma de reprodução dos saberes que compõe uma cultura, portanto a educação de uma sociedade possui identidade.

Para Cardoso (2012) a educação para o ser humano é um processo permanente, interminável, que se faz por meio de intervenções no mundo, no processo histórico- social e das relações humanas. No caso, conhecimentos que se faz pela cultura de diversos saberes. Portanto, a educação de jovens, adultos, e idosos não se prende a escola, criando – se outras possibilidades de aprender.

Nesse sentido torna – se pertinente analisar o ensino aplicado na escola Emiliano Cabral de Santa Cruz, aja visto que ela compõe uma comunidade de remanescente de quilombola, e os alunos trazem uma bagagem cultural muito forte para a escola. De que forma eles estão sendo empregados na sala de aula, como os professores lidam com esses saberes dentro dos seus conteúdos de sala de aula.

Segundo o professor entrevistado os professores recebem uma formação continuada oferecido pela secretaria de educação do Município, porém é apenas para saberem lidar com as crianças na sala de aula, mostrar novas metodologias que podem ser trabalhadas com as crianças para facilitar o ensino aprendizado deles. A escola é atendida por uma coordenadora pedagógica que cobre as sete comunidades da áreas quilombola, os materiais didáticos e o planejamento pedagógicos da escola são fornecidos direto da SEMED, pois a escola não possui direção própria.

O professor prepara o plano de aula de acordo com o planejamento feito pela secretaria de educação, a escola não tem um planejamento próprio fica dependendo então dos conteúdos montados pela secretaria, os conteúdo que vem pra escola é baseado nos livros didáticos normal, seguindo o currículo normal. Segundo o professor a questão da identidade ou da quilombola é muito pouco abordado no planejamento escolar, aja visto que ele segue o currículo nacional de educação, quando fala desse processo histórico é de forma muito superficial.

Se trabalha se trabalha a gente fala um pouco sobre isso ai por que quando a gente vai pegar a formação lá as nossas coordenadoras elas falam isso pra gente tocar um pouco nessa questão quilombola e a gente fala. Olha é em termo de palavra, explicar pras crianças o que é quilombola como se deu o setor as pessoas que são quilombola e vai explicando. [...] (QUEIROZ, 2017).

Segundo informações da coordenação pedagógica do campo (SEMED,2017) o trabalho pedagógico desenvolvidos nas escolas quilombolas não se difere das demais escolas urbanas, os professores são orientados a falar sobre a nova realidade em que os sujeitos estão inseridos, não saindo do conteúdo programado pela coordenação da SEMED, mesmo conteúdo é aplicado em todas as escolas, sem diferenciar o contexto onde a escola está inserida, elas não apresentam acompanhamento curricular específico à sua realidade.

Na sua fala, o professor entrevistado menciona dificuldade em trabalhar a questão da identidade quilombola entre os alunos da comunidade, devido haver uma negação da identidade pela maioria das crianças, algumas não gostam nem de ouvir falar que são quilombola, a invisibilidade de uma educação voltada para a orientação e construção quilombola é um agravo muito grande e desgastante, colocando em cheque o processo de criação de diversidade cultural, que atua na relação entre as pessoas e o mundo onde estão inseridos. O professor por sua vez deveria trabalhar tal questão da identidade, colocando a importância da cultura local, no vida dos moradores como um espaço social indenitário. O mesmo deve se informar sobre a lei que contempla o ensino de história e as culturas afro e indígena, para seguir o que consta na lei que ampara tais população dentro do ensino sistematizado. Porém há uma controvérsia nesse discurso, pois a coordenadora da escola diz que a secretaria de educação oferece formação continuada:

Agora nós vamos continuar um curso de formação continuada que é sobre os saberes da terra, ainda não iniciou, ele é um curso muito bom sobre escola ativa, nós estamos no PNAIC também que curso de formação continuada, então nesse sentido a secretaria nos dá um suporte muito bom pra que a gente possa tá trabalhando dentro das nossas comunidades nessas escolas quilombolas. Esse ano é meu primeiro ano lá na Emiliano Cabral o ano de 2017, então como agora tem os dois professores novos mais o antigo lá, como a gente vem trabalhando não vejo muito ele aplicar sabe, aplicar o conteúdo e trabalhar assim de uma forma dinâmica onde as crianças possam aprender falando assim, eu não vejo isso assim, eu não tô aqui criticando ninguém mais tem um professor lá sabe, ele é muito conteudista aquele quadro cheio e agora o ensinar as crianças brincando, aquela dinâmica toda aquela metodologia que é brincando que criança aprende mais a gente tá tentando mudar isso né por que a educação do campo ela já foi taxada a muito por conta disso os professores tradicionais né, aquele negócio todo da palmatoria e da tabuada da decoreba de ficar decorando os estudos, então com essas nossas formação que a gente tá direto lá e aprendendo buscando então isso já tá mudando né nas escolas do campo a gente já ver essas coisas não cem por cento mais ainda tá assim engatinhando por uma escola de qualidade. (Coordenadora Mariza, em 2017)

Temos termos contraditórios nessas entrevistas, um que diz não haver formação que abranja essas questões e outro que diz haver, pesquisando mais afundo percebemos que há

formação sim, pois o PNAIC se estende a toda todas as escolas com formações específicas para se trabalhar a relação dos conteúdos com o meio em que o aluno vive, utilizando a sua realidade.

Cardoso (2012) fala que ao desenvolver um trabalho pedagógico voltado à vida dos sujeitos, o educador compreenderá que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que vai além dos conhecimentos dos conteúdos traçados pelos coordenadores e professores, quer sejam reprodutores da ideologia dominante, quer favoreçam o desmascaramento. Isto é, o educador comprometido com a mudança assume o compromisso de desmascarar, de desvelar as situações de opressão e dominação que se faz presente nas práticas pedagógicas e políticas nos diversos segmentos da sociedade.

Ao desencadear a discussão sobre a educação relacionada com os saberes dos ribeirinhos quilombolas, sendo necessário destacar o cotidiano desses sujeitos em sua inter relação com o saber cultural existente na comunidade, observar – se que a escola Emiliano Cabral de Santa Cruz, não está preparada para trabalhar uma educação voltada para as realidades dos povos ribeirinhos quilombola. Mesmo a escola exigindo uma aquisição dos diversos saberes, das discussões e olhar do fazer do cotidiano e do fazer docente, como construção do conhecimento na inter- relação existente na comunidade.

A comunidade quilombola pesquisada oferece inúmeros saberes e práticas culturais do cotidiano das pessoas e que contribui no processo de construção dos indivíduos enquanto seres em construção de conhecimentos e define sua identidade como de povo tradicional rico em saberes do trabalho adquiridos no decorrer de sua história. Esses saberes oferece inúmeras possibilidades de ser valorizada na cultura local, se incluindo – as no contexto escolar como metodologia de ensino utilizando dos recursos locais para desenvolver um conteúdo diferenciado em sala de aula. Esses conteúdos partiria da própria realidade dos alunos em sua relação com o meio em que vivem, ressaltando a importância de se trabalhar sua identidade na sociedade.

Os alunos ao chegarem na escola já possuem uma gama de saberes do seu cotidiano, que pode ser inserido no contexto escola para facilitar a interação dos mesmo com o conteúdo aplicado. As crianças já traz em si uma marca identitárias do local, da relação dos saberes onde estão inseridos desde seus nascimento e que contribui para a construção de sua identidade. Nesse contexto trabalhar esses saberes para reforçar essa identidade e valorizar a cultura do local exigiria um planejamento da escola para criar mecanismos que possibilite essa interação dos saberes envolvidos. Uma das opções para melhor se trabalhar essa questão seria a escola

criar projetos que viabilizasse mecanismo de uso dos saberes culturais dentro dos conteúdos programáticos dos professores. Para isso precisaria existir pesquisa que fornecesse materiais e conteúdos didáticos desenvolvido a partir da realidade local. Contendo todos os saberes e práticas culturais da comunidade de forma pedagógica, juntamente com uma formação adequada aos professores para desenvolverem novas metodologias para se trabalhar esse ensino de forma inovadora.

No entanto o que se percebe nessa análise do ensino na escola local, é que a subjetividade a cultura dos sujeitos, não é contemplada no dia a dia da escola, no seu currículo com as experiências pedagógicas, para isso acontecer é preciso as abordagens que podem ser utilizada para transformar as relações interculturais em todo processo educativo, pois são nesses processos de conhecimento dos atos das palavras dos gestos, que vão ganhando significados e se transformando em conteúdo curricular tornando o espaço escola plural.

Embora com todo esse reconhecimento ainda não se trabalha uma educação que envolvesse essa temática, pois deparamos na qualificação do corpo docente, sobre tudo, os que lecionam nas series iniciais do ensino fundamental. Esses professores precisam estar habilitados para trabalhar com essa temática curricular nas salas de aula, isso leva – nos a refletir que não basta apenas introduzir o estudo dessa disciplina no currículo, há de se pensar, também, na formação desses profissionais para saberem lidar com essa diversidade e desenvolver aulas voltadas para a realidade. Usando no processo de formação critico social do cidadão com relação as questões cor, raça e religião. Principalmente dando suporte e reforçando a desconstrução das diferenças de cor e raça.

É nessa perspectiva de resistência de uma educação tradicional que procuramos resgatar a ideia de Paulo Freire, que acreditava num processo contínuo, capaz de firmar não somente o espaço educacional sistematizado, que atua mais no campo social, político e cultural visando mudanças para uma vida de igualdade com respeito as especificidades de cada sujeito, que constrói sua história de maneira singular.

Nesse sentido torna – se indispensável uma educação prazerosa que venha firmar o educador comprometido com a educação, que busque transformar a partir da compressão do contexto social do ensino. De uma forma onde os educadores se inquietam diante do contexto existente, e busquem trabalhar uma educação libertadora se diferenciando dos métodos tradicionais, causando uma reação bem mais produtiva entre a classe escolar.

Por tanto se torna necessário, principalmente na comunidade ribeirinha quilombola de Santo Antônio de Vizeu, que se trabalhe uma educação voltada para a realidade local, valorizando os saberes existente na comunidade, de forma que valorize a identidade dos

indivíduos. Que saiba ouvir as falas dos principais sujeitos da educação, que possibilite ao aluno buscar fazer uma leitura de mundo, do seu cotidiano, da sua cultura. Que seja construído um projeto inovador para se trabalhar na escola, com um ensino que garanta os direitos e respeitos as diferenças e as diversidades culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começo minhas considerações falando da criação da área remanescente de quilombolas do segundo distrito de Mocajuba, que constitui uma importante organização política das comunidades, tornando-se um instrumento muito eficaz, no intuito de promover e garantir políticas públicas que assegure os direitos garantidos por lei para os povos remanescentes de quilombos no Brasil. Além de proporcionar uma organização interna que garanta em suas organizações direitos, iguais e a manutenção de seus costumes e tradições, trabalhando a conscientização dos membros para a importância da preservação do meio ambiente fonte de subsistência e, de onde retiram todos os recursos de produção para o sustento de suas famílias.

Deste modo, o ordenamento territorial fornecido pelo Estado, garantiu de forma direta e indireta o desenvolvimento de mecanismos que facilite a compreensão do acordo entre moradores, que possibilita desenvolver atividades extrativistas dentro de suas terras.

Não se pode deixar de ressaltar os desafios encontrados para a realização desta pesquisa, foram tantos e de diversas categorias. Dentre eles, o desafio de começar a árdua tarefa da pesquisa de campo e, a busca por material de leitura para a produção, no entanto, não poderia me deixar vencer, seguir a diante em busca de conhecimentos que embasassem minha pesquisa. Voltei a ser sujeito aprendente, aprendendo a ouvir, produzir, socializar, a observar com um

olhar de pesquisador, que questiona, suspeita, investiga, para que assim, se aprendesse a fazer leitura e releitura dos saberes da terra, do trabalho, das águas e das matas.

A pesquisa se fez em volta de diversas dificuldades que acabaram endossando e tornando o trabalho prazeroso de se realizar. E apresento aqui como resultado inacabado, na certeza de que ainda há muito o que se explorar sobre esses saberes e, a construção da identidade dos ribeirinhos quilombolas, com relevância na dinâmica da educação envolvendo as especificidades de seus sujeitos que não se apresentam finalizadas, mas, em construção coletiva, confirmando que a subjetividade da vida e saberes é contínuo e, necessário para garantir uma perpetuação desses conhecimentos adquiridos no decorrer de sua história.

A comunidade de Santo Antônio de Vizeu, considerada ribeirinha, agora ganha uma nova nomenclatura, passa a ser também ribeirinha quilombola, traz marcas identitárias construídas a partir dos saberes adquiridos por seus antepassados, esses saberes são recheados de valores, conhecimentos, habilidades e atitudes, produzidas nas relações sociais passadas de geração para geração. Esses saberes se constituem na identidade desse povo, caracterizado também como população tradicional, os conhecimentos tradicionais são forte influência em suas práticas de trabalho, na relação com a natureza, com o meio ambiente e na comunicação local, a linguagem, os gestos e as vestes, caracterizam suas personalidades dentro da sociedade.

Para os sujeitos ribeirinhos quilombolas os saberes ocorrem primeiramente na relação da família e do trabalho, nesse processo de construção se tecem as teias de relação homem/saber e homem/natureza, que se constituem na materialização de suas ações. Destaco o saber da produção, no cultivo do cacau e da mandioca, pois entre tantos que existem na comunidade, percebi que essas duas atividades se sobressaem entre as demais, visto que contribuem diretamente para a economia e sobrevivência dos ribeirinhos quilombolas.

A identidade desse povo, o de ser ribeirinho quilombola, ainda se apresenta de forma muito tímida pelos sujeitos da comunidade de Santo Antônio do Vizeu, pois, passou a se considerar quilombola a partir da conquista e demarcação do território. No entanto, os moradores estão em conflitos, devido suas raízes e memórias se fazerem presente na comunidade, fato este que me motivou a investigar essa comunidade em busca de registrar essa história e, a luta desse povo, agora em um novo contexto de construção da sua identidade.

Firmado o objeto de pesquisa nos saberes ribeirinhos quilombolas e sua relação com a educação do ensino fundamental, busquei aproximação com a realidade educacional dos sujeitos, afim de compreender como se dá esse processo de ensino aprendizagem na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Emiliano Cabral de Santa Cruz, que possibilitou chegar ao resultado da pesquisa. A escola traz esfericidades ribeirinhas, que requer uma atenção

especial no tratamento dos sujeitos envolvidos, que atenda às necessidades básicas e proporcione uma educação satisfatória para todos. Nesse contexto a escola encontra-se em constantes dificuldades por falta de assistência da secretaria, com benefícios que viabilizem os trabalhos e, o bom funcionamento da mesma.

Com a nova configuração da LDB 9394/96, que propõe uma prática pedagógica que se atente à subjetividade de seus sujeitos, buscando uma educação contextualizada que problematize a realidade vivida pelos alunos a fim de torná-los leitores críticos da sua realidade, provocando leitura de mundo como aprendizagem, se valendo da lei nº 10.639/03, e a lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino das culturas Afro-Brasileira e indígena no processo de construção de identidade dos indivíduos inseridos no contexto escolar, num currículo que prime a valorização desses saberes culturais locais, que contribua para a leitura e releitura do mundo.

Os breves dados apresentados aqui revelaram uma realidade complexa com dupla dimensão que envolve os moradores da comunidade de Santo Antônio de Vizeu. Assim, pode-se afirmar que existem conflitos de identidade que estão ligados à posse de terras, pois os mesmos se auto denominam ribeirinhos por pertencerem a ilha e na escola não contemplam de forma adequada o trabalho de formação desses sujeitos enquanto protagonistas e, portadores de saberes capazes de ajudar na transformação social.

Para finalizar, afirmo através das pesquisas e observações desenvolvidas que a comunidade possui uma riqueza natural, cultural e social notória, que a caracteriza como comunidade tradicional ribeirinha Amazônica com traços e, características da cultura negra envolvida. Os resultados da pesquisa demonstraram que com relação às práticas culturais na educação, ainda há um longo caminho a percorrer, é um grande desafio para as escolas e professores trabalharem um currículo multicultural de forma adequada, ou seja, terão que quebrar a cultura de uma educação tradicional embasada em meio à uma política governamental excludente.

É preciso que as escolas se desprendam desse método tradicional para alcançarem uma educação inovadora, capaz de quebrar as barreiras dos preconceitos e, que de fato assegure uma educação que faça valer a participação dos sujeitos como protagonistas da educação, dessa forma, a realidade ribeirinha quilombola ou outras comunidades que vivem na diversidade poderão tornar-se visíveis e participativas no currículo escolar.

FONTES DA PESQUISA

a) FONTE ORAL.

- Adilson Queiroz Pereira cedida em 15 de junho de 2017.
- Edmundo Ribeiro Dias cedida em 15 de junho de 2017.
- Jacinto Ramos de Miranda cedida em 15 de junho de 2017.
- João Francisco de Carvalho Sacramento cedida em 15 de junho de 2017.
- José Mendes, cedida em 15 de junho de 2017.
- José Maria Medeiros da Costa, cedida em 17 de outubro de 2017.
- Laudelino da Silva Sacramento, cedida em 15 de junho de 2017.
- Maria Domingas Figueiro Gonçalves, cedida em 15 de junho de 2017.
- Maria Zenaide de Sousa Castelo, cedida em 15 de junho de 2017.
- Marcos Sepeda Castelo, cedida em 15 de junho de 2017.
- Mariza gilberte Nunes Cabral
- Maria Cenira Albuquerque Lopes

REFERÊNCIAS

ACEVEDO Marin, Rosa. CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Negros do trombetas. guardiões de matas e rios** Belém: UFPA/NAEA, 1993

ARRUDA, Rinaldo. *Populações Tradicionais e a Proteção de Recursos Naturais em Unidade de Conservação* In. **Ambientes e Sociedade**, ano 11. N 5, 1999

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Artistas Gráficos, 1993

_____. **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2002

BRASIL, Decreto nº 6. 040, de 07 de Fevereiro de 2007. “Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2007

CANDAU, Vieira. **Direitos Humanos, Educação e Interculturalidade**: As Tensões Entre Igualdade e Diferença. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v 13, n 37, p. 45 – 46 Jan/abr 2008.

CADERNO, ITERPA, **Instituto de Terras do Pará**. 2009. Disponível em www.iterpa.gov.br. Acesso em 27 de setembro de 2017.

CARDOSO, Maria Barbara Costa. **Saberes ribeirinhos quilombolas e sua relação com a Educação de jovens e adultos da comunidade de São João do médio Itacuruçá, Abaetetuba/** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará Belém 2012
CEPLAC,

COSTA, Euryandro Ribeiro/ SOBRINHO, Mario Vasconcelos. **Conhecimentos Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação: O Caso da Floresta Estadual do Amapá.** 2016.

DELGADO, Camila de Almeida Neves. **História Oral e Narrativas: Tempo, Memória e Identidade.** (2003).

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto/ PEREIRA, Henrique dos Santos/ WITKOSKI, Antônio Carlos. **Comunidade Ribeirinhas Amazônicas: Modos de Vida e Uso dos Recursos Naturais.** Manaus: EDUA, 2007.

FREIRE, Paulo. **Conscientização, Teoria e Política da Liberdade. Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido,** RJ- Paz e Terra, 1995.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local. Novos ensaios em Antropologia Interpretativa.** Tradução de Vera Melo Joscelyne, - Petrópolis, RJ: Vozes.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade.** Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopez Louro- 11. Ed- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEAL, Luana Aparecida Matos. **Memória, Rememoração e Lembranças em Maurice Halbwachs.** (p.2) Mestranda do Programa de Pós – Graduação em Memória: Linguagem e sociedade. Da Universidade Estadual do Sudeste da Bahia – UESB, Campus Vitória da Conquista.

LEI nº 11. 645, de 10 de Março de 2008. **Inclui no Currículo Oficial da Rede de Ensino a Obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro – Brasileira e Indígena.** Disponível em [www. Planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso as 13 horas do dia 22/ 04/ 2017.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira: **Soldados da Borracha: Das Vivências do Passado às Lutas Contemporâneas,** 2013.

LOWENTHAL, David. **Como Conhecemos o Passado.** Projeto História. São Paulo: EDUC, 1981.

MARTINS, Guilherme Luis Mendes. **Um estudo sobre os saberes culturais entre remanescentes quilombolas no bairro do Arraial, no município de Mocajuba.** Mocajuba: 2012.

MEDEIROS, Silvana Benassuly Maués/ PEREIRA, Lorena Reis/ MIRANDA, Priscila Raquel dos santos. **Conhecimento Tradicional na Ilha de Capanema**. Abaetetuba – Pará: Principais Desafios. Caderno Conhecimentos Tradicionais Discursões e Desafios, 2016.

NETO, José Maia Bezerra. **Escravidão Negra no Grão Pará**. (Séculos XVII – XIX) Belém, 2012.

ORIÁ, José Ricardo Fernandes. **Ensino de História e Diversidade cultural Desafios e Possibilidades**. Campinas: Dez. 2005.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas da Mata: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Editora Açai, 2010.

PINTO, Celeste Benedita de Moraes. **Escravidão, fuga e a memória de quilombos na região do Tocantins/proj. História São Paulo (22) jun, 2001.**

PINTO, Celeste Benedita de Moraes. *Os Remanescentes de Quilombolas na Região do Baixo Tocantins (PA) História, Cultura, Educação e Lutas por melhores condições de vida*. In: **Dimensões da Inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola**. Brasília: UNESCO/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 271- 302.

RASCON, Nilton, **Histórico do Município de Mocajuba**. Mocajuba: 2017.

ROCHA, L. K. *Um Estudo Crítico sobre a Proteção dos Conhecimentos Tradicionais associados a Biodiversidade*. Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC – RS, 2009.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime de escravidão**. 3ª edição. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005.

SEDUC. **ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS/ Conferência Estadual de Educação, realizada em maio/2006.**

SOUZA. Armando Eduardo de. BARBOSA Wagner Luiz Ramos. **Conhecimento tradicional e uso de plantas medicinais: Uma revisão teórica**. 2016

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: Secretaria Executiva de Justiça, 2006.

VITTE, Camila Oeste Delgado. **Linguagem e Interpretação: Construindo Saberes nos Diálogos do Contexto de Sala de Aula**, 2009.